

NO CAMINHO DAS LETRAS:

Veredas Linguísticas



MAILSO ATANKEVCZ DA LUZ
MAXMILLIAN GOMES SCHREINER
SANDRA MARA DA SILVA MARQUES MENDES
(ORGANIZADORES)


EDITORA
SCHREIBEN

MAILSO ATANKEVCZ DA LUZ
MAXMILLIAN GOMES SCHREINER
SANDRA MARA DA SILVA MARQUES MENDES
(ORGANIZADORES)

NO CAMINHO
DAS LETRAS:



Veredas Linguísticas


EDITORA
SCHREIBEN

2024

© Dos Organizadores - 2024
Editoração e capa: Schreiber
Imagem da capa: svtlini - Freepik.com
Revisão: os autores
Livro publicado em: 17/12/2024
Termo de publicação: TP01062024

Conselho Editorial (Editora Schreiber):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)
Dr. Daniel Marcelo Loponte (CONICET – Argentina)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (URI)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiber
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiber@gmail.com
www.editoraschreiber.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C183 No caminho das letras : veredas linguísticas. / Organizadores: Mailso Atankevcz da Luz, Maxmillian Gomes Schreiner, Sandra Mara da Silva Marques Mendes. Itapiranga : Schreiber, 2024.
143 p. : il. ; e-book

E-book no formato PDF.
ISBN: 978-65-5440-364-1
DOI: 10.29327/5465708

1. Educação - linguística. 2. Análise do discurso literário. 3. Letras – Brasil.
I. Título. II. Luz, Mailso Atankevcz da. III. Luz, Mailso Atankevcz da. IV. Mendes, Sandra Mara da Silva Marques

CDD 306.446

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
O IMPACTO DA CRIAÇÃO BILÍNGUE PELO MÉTODO <i>ONE PERSON – ONE LANGUAGE</i>	7
<i>Alexa Yohanna Benvenuti</i>	
<i>Michele Schneiders</i>	
ANÁLISE (CRÍTICA) DO DISCURSO TEXTUALMENTE ORIENTADA (ADTO): UMA BREVE INTRODUÇÃO.....	20
<i>Altair dos Santos Bernardo Júnior</i>	
UM OLHAR ENUNCIATIVO SOBRE RÓTULOS E EMBALAGENS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS.....	29
<i>Andriele da Costa Mendes Ribeiro</i>	
ANÁLISE DO MEME “CALMA CALABRESO” PELO VIÉS DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DA SINTAXE.....	42
<i>David William Moraes</i>	
<i>Maria do Carmo Machado Martins</i>	
<i>Luciana Fracassi-Stefaniu</i>	
A MANUTENÇÃO E A PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA UCRANIANA E DA LÍNGUA POLONESA EM ANTONIO OLINTO (PR).....	52
<i>Emily Aparecida Barão</i>	
<i>Michele Schneiders</i>	
O <i>DICIONÁRIO INFORMAL</i> E OS EFEITOS DE SENTIDO DA PALAVRA <i>DEMOCRACIA</i> : REPETIÇÕES E DESLOCAMENTOS.....	67
<i>Líria da Graça Macedo</i>	
<i>Maria Cláudia Teixeira</i>	
ANÁLISE DE DISCURSO: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA AO PRECONCEITO SOCIAL RETRATADO NA CANÇÃO “CIDADÃO” ETERNIZADA NA VOZ DE ZÉ RAMALHO, COMPOSTA POR LÚCIO BARBOSA.....	81
<i>Lívia Barbosa Pacheco Souza</i>	

ESCRavidÃO CONTEMPORânea E CINEMA: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DO FILME <i>PUREZA</i> , DE RENATO BARBIERI.....	96
<i>Mailso Atankevcz da Luz</i>	
<i>Maxmillian Gomes Schreiner</i>	
<i>Sandra Mara da Silva Marques Mendes</i>	
A FALA PÚBLICA DAS MULHERES ERVEIRAS DO VER-O-PESO, DISCURSOS SOBRE DESEJO E SEXUALIDADE.....	111
<i>Nelma do Socorro Santana Queiroz</i>	
FORMAÇÃO DOCENTE INDÍGENA: ALGUNS APONTAMENTOS.....	123
<i>Sandra Yva Faustino</i>	
<i>Maria Claudia Teixeira</i>	
ÍNDICE REMISSIVO.....	139

APRESENTAÇÃO

Caro leitor,

Nesta coletânea, você encontrará uma convidativa abertura para enveredar pelo maravilhoso caminho das Letras. Compõem esta obra dez trabalhos escritos, com muito esmero e rigor científico, por Alexa Yohanna Benvenuti, Altair dos Santos Bernardo Júnior, Andriele da Costa Mendes Ribeiro, David William Moraes, Emily Aparecida Barão, Líria da Graça Macedo, Luciana Fracassi-Stefaniu, Maria Claudia Teixeira, Maria do Carmo Machado Martins, Michele Schneiders, Nelma do Socorro Santana Queiroz, Sandra Yva Faustino e, também, os organizadores, Mailso Atankevcz da Luz, Maxmillian Gomes Schreiner e Sandra Mara da Silva Marques Mendes.

Os autores que contribuíram para a existência deste livro são graduandos, graduados, mestrands, mestres, doutorandos, doutores, professores da educação básica e do ensino superior. Os textos apresentados são fruto de pesquisas de iniciação científica, de trabalhos de conclusão de curso, de ensaios e artigos produzidos em disciplinas de pós-graduação, de trabalhos completos apresentados em eventos científicos, bem como de textos originais, escritos especialmente para compor o livro, que ora apresentamos.

Os capítulos trazem reflexões e investigações com base nas teorias da Aquisição de Linguagem e do Bilinguismo, da Semântica da Enunciação, da Análise Crítica do Discurso Textualmente Orientada, da Sociolinguística, com ênfase da Diversidade Linguística paranaense, da Análise de Discurso Pecheutiana, da Semiótica Discursiva, dos Estudos Discursivos Foucaultianos e dos estudos sobre Pedagogia e Educação Indígena.

No romance “Grande Sertão: Veredas” (1956), do renomado escritor Guimarães Rosa, o personagem Riobaldo – um fazendeiro que relembra seus tempos como jagunço e as dificuldades que viveu no sertão em companhia de Diadorim, seu grande parceiro –, disse o seguinte: “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. Em consonância com esse pensamento, esperamos que as reflexões trazidas nos capítulos desta obra possibilitem que a travessia pelo caminho das Letras seja profícua, transformadora e instigante.

Sejam todos bem-vindos ao grande caminho das Letras, repleto de veredas linguísticas!

Atenciosamente,

Os organizadores.

O IMPACTO DA CRIAÇÃO BILÍNGUE PELO MÉTODO *ONE PERSON – ONE LANGUAGE*

*Alexa Yohanna Benvenuti*¹

*Michele Schneiders*²

Palavras Iniciais

A linguagem é uma ferramenta essencial na história e evolução das sociedades, mediando relações afetivas, culturais e de poder. Segundo Vygotsky (1995[1934]), este rico e complexo fenômeno transforma o desenvolvimento humano, atuando como um instrumento de mediação entre o homem e a realidade.

Embora o conceito de linguagem vá além do domínio de idiomas, estes são fundamentais para as interações e relacionamentos humanos, refletindo a diversidade cultural e social, uma vez que cada idioma carrega peculiaridades que moldam a percepção da realidade e a cultura de seu povo (Martelotta, 2008).

Dessa forma, entende-se que a língua, sendo um ato comunicativo relevante para todas as interações humanas, constrói-se com diferentes caracteres indissociáveis, entre eles o cultural (Rozenfeld; Viana, 2019). Assim, a aquisição de múltiplas línguas mostra-se complexa e envolve diversos elementos, como: cognitivos, linguísticos, culturais, sociais e, menos estudados, afetivos.

Este trabalho de natureza aplicada se concentra no aspecto afetivo do bilinguismo, investigando se o método *One Person - One Language* (OPOL), conhecido por seu funcionamento restritivo, pode impactar negativamente as relações afetivas familiares. A pesquisa tem procedimentos bibliográficos e de estudo de caso e está estruturada em quatro partes: uma introdução ao bilinguismo e à criação bilíngue; uma explicação do método OPOL e de seus possíveis impactos; resultados das entrevistas realizadas com uma família usuária do método, e uma conclusão geral.

1 Acadêmica do curso de Letras Português e Inglês da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de União da Vitória. alexabenvenuti@gmail.com.

2 Doutora em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus Cascavel. michele.schneiders@unespar.edu.br.

O fenômeno do bilinguismo e da criação bilíngue

Compreender o bilinguismo em sua integridade pode ser uma tarefa árdua - e talvez não totalmente possível na atualidade -, mas entender seu delineamento básico e os principais fatores que o envolvem é essencial para uma melhor compreensão do método específico a ser estudado, o *One Person - One Language*.

Extremamente complexo e antigo, o bilinguismo vai além do simples domínio de duas línguas, instigando além de linguistas e envolvendo também aspectos sociais, culturais e neurológicos. Este fenômeno, portanto, é influenciado por diversas condições e variáveis que resultam em experiências singulares, havendo, dessa maneira, diversas possibilidades de análise e uma grande complexidade em alcançar uma definição exata sobre o fenômeno em si.

Dentre as diferentes visões de bilinguismo descritas em décadas de pesquisa e de história, a adotada no presente trabalho é centrada na ideia de Grosjean (2013) e em sua definição de que o bilinguismo é definido pela utilização e manuseio de idiomas, ao invés do foco no grau de fluência. Tendo uma visão geral do conceito de bilinguismo, é importante concentrar-nos nos aspectos que implicam na ascensão deste fenômeno nas últimas décadas.

Presente em muitas sociedades antigas - como países com dois dialetos, por exemplo-, o bilinguismo sempre esteve presente na humanidade se manifestando de diversas maneiras: às vezes de forma prática e pouco metódica - com o contato orgânico com mais de um idioma e o absorvendo -, e em outros casos, de modos mais intencionais - como membros de elite, especialmente na juventude sendo enviados para escolas particulares estrangeiras, com o principal intuito de obterem um idioma de prestígio social e cultural, como foram o latim e o francês.

Um poderoso fator para a comunicação entre nações, o estabelecimento de lucrativas conexões e expansão de culturas e ideais há séculos, o bilinguismo mostra-se ainda mais relevante na atualidade. Com o avanço da globalização e a expansão cultural e linguística tida nas últimas décadas, houve uma acentuação na presença de termos estrangeiros e, conseqüentemente, na busca do conhecimento de uma segunda língua, especialmente o inglês - a atual Língua Franca -, para a ampliação de oportunidades e a conquista de novos espaços e cargos de reconhecimento.

Esta necessidade pode ser especialmente observada no contexto atual brasileiro. Cada vez mais, o entendimento da língua inglesa tem se tornado uma exigência básica em cargos simples no mercado de trabalho e tem se transformado em um fator determinante para a admissão, ou não, em certos espaços de privilégio e de oportunidades. Isto está, social e historicamente, relacionado à mentalidade brasileira de que a aquisição de uma segunda língua, especialmente

a inglesa, é um bem de consumo importante, possibilitando ascensão econômica e status sociocultural privilegiado (Fortes, 2013, p. 2).

Tendo em vista tal realidade presente no Brasil e no mundo, e também a dificuldade encontrada por muitos ao aprender uma segunda língua na vida adulta, muitos pais optam por implantar o bilinguismo de forma muito mais intencional e planejada: aplicando o crescente fenômeno conhecido como criação bilíngue.

A criação bilíngue consiste na inserção de uma segunda língua desde momentos iniciais da infância, o que, como visto anteriormente, pode ser um processo natural e espontâneo dos contextos de convivência, ou pode ser metódico e previamente planejado. Apesar de concepções obsoletas e equivocadas a respeito de supostas dificuldades de aprendizado associadas ao bilinguismo infantil, esta prática é valorizada por teóricos do campo da linguística, da psicologia e da neurologia.

Grandes precursores e defensores do bilinguismo infantil, King e Mackey (2007) direcionam suas pesquisas para a investigação de grandes equívocos e a explicação de fenômenos envolvidos em tornar uma criança uma bilíngue desde cedo.

Dentre as concepções incorretas trabalhadas pelos autores, a de que crianças são jovens demais para aprenderem uma segunda língua é amplamente discutida, uma vez que, segundo os teóricos, “(...) nunca é muito cedo ou muito tarde para aprender-se outro idioma. Agora é o momento certo para seu filho aprender uma segunda língua, independente de sua idade.” (p. 55-56). É especialmente interessante analisar os motivos que justificam tal afirmação e que compõem argumentos para a tese de que o bilinguismo infantil é vantajoso para o desenvolvimento e o aprendizado do indivíduo.

Como comentado anteriormente no presente artigo, a linguagem é uma característica que impacta e reflete fortemente nos aspectos culturais, sociais e identitários das pessoas. Assim, a linguagem infantil condiz exatamente com a experiência tida por uma criança: muito mais simples e sem pressão do que a vivenciada por um adulto. Essa menor complexidade, segundo King e Mackey (2007), é justamente o maior benefício do bilinguismo na infância.

Mesmo na língua materna, crianças ouvem e utilizam construções muito mais simples e resumidas, o que gera um processamento muito mais facilitado. O mesmo acontece com a utilização de uma L2, que, se adaptando às vivências e ao raciocínio infantil, é consumida e produzida de uma maneira mais direta e clara do que por adultos - os quais enfrentam em seus dias a dias construções frasais complexas, cheias de subtópicos e sentidos abstratos. Assim, em uma pequena idade os indivíduos se naturalizam com uma língua menos

“assustadora”, próxima à língua materna e que, assim como esta, vai aumentando a complexidade com o decorrer de seu próprio desenvolvimento e sua própria necessidade de sentenças mais longas e gramaticalmente intrincadas.

Além disso, o bilinguismo na infância possui uma série de demais benefícios, como a falta de pressão emocional e a facilidade em superar e lidar com o “erro”, gerando, assim, menos barreiras de aprendizado, quando comparamos com a experiência adulta de aquisição de uma L2. Um cérebro jovem, também, possui facilidade na internalização do sistema fonético da língua, causando uma produção oral com muito menos sotaques e dificuldades de pronúncia.

De uma maneira geral, a criação bilíngue é comprovada como extremamente vantajosa aos jovens aprendizes, que, com naturalidade, aprendem uma língua estrangeira juntamente com seu idioma materno. Resta, no entanto, a dúvida de como lidar e direcionar este bilinguismo precoce.

One Person - One Language: seu funcionamento e especificidades

Descrito originalmente pelo linguista francês Maurice Grammont, o método *One Person - One Language*, conhecido também popularmente por *One Parent - One Language*³, constitui uma das múltiplas possibilidades de uma criação bilíngue direcionada⁴, isto é, intencional e previamente planejada.

Neste trabalho iremos nos concentrar nas definições e análises trazidas por Romaine (1995), que, em seu livro *Bilingualism*, relata extensivamente o fenômeno do bilinguismo em diversas áreas e perspectivas, entre elas, na vertente da criação bilíngue. Em seu trabalho de análise bibliográfica nesta temática, Romaine estabeleceu e detalhou 6 tipos de bilinguismo na infância previamente descritos na literatura, sendo o método *One Person - One Language* o tipo número 1.

Segundo a autora, considera-se uma aplicação do método OPOL quando há pais de nacionalidades diferentes - um deles tendo como língua materna a mesma língua utilizada na sociedade e o outro sendo naturalizado em um idioma considerado uma L2 dentro daquele ambiente - e é realizada uma divisão em que cada responsável comunica-se com a criança unicamente em sua própria língua materna, em todos os casos e contextos.

3 *One Parent - One Language*, em português, *Um Pai - Uma Língua*, é um termo utilizado por alguns teóricos e pesquisadores, mas principalmente por pais e responsáveis adeptos à abordagem, para se referir a este método de bilinguismo infantil. O presente trabalho, no entanto, adota o nome *One Person - One Language*, por acreditarmos que este é mais abrangente de diversas realidades familiares, com diferentes cuidadores e responsáveis aplicadores do OPOL. Os termos utilizados no decorrer deste trabalho serão alternados entre “pais”, “responsáveis” e “cuidadores”, buscando incluir múltiplas realidades e também a fim de evitar repetições.

4 Klein, 1986.

Dentre os motivos para pais e responsáveis optarem pelo método *One Person - One Language*, além de todos os benefícios da criação bilíngue relatados por King & Mackey (2007) e citados aqui, está a proposta de um uso e ensino muito natural de ambos os idiomas. Padilla and Lindholm (1978) defendem que, quando expostas com frequência desde o nascimento, duas línguas podem ser aprendidas em um processo simultâneo, gerando, assim, uma pessoa bilíngue com naturalidade.

Além disso, a abordagem de utilização das línguas maternas age como uma importante ferramenta de preservação da cultura, da herança e do legado da família. Afinal de contas, é através da linguagem que são estabelecidos laços culturais com antecessores e raízes. Dessa forma, utilizar sua própria L1 com seu filho (a) forma uma conexão geracional familiar, além de moldar a percepção cultural tida entre o idioma predominante na realidade da criança e o idioma cultural da família.

Tão relevante como a transmissão de uma língua de herança são as tensões e as relações que emergem destes indivíduos, isto é, sua percepção da realidade, o contato e a interação com a cultura dominante e a cultura da família, e como este sujeito percebe a língua do entorno e a língua de herança (Moroni; Gomes, 2015, p. 24).

É necessário, no entanto, analisar também a complexidade da aplicação do método *One Person - One Language*. O comprometimento absoluto em se comunicar com a criança nos idiomas previamente definidos - em todos os contextos e situações, incluindo momentos públicos ou aqueles tomados por emoções - gera abertura para possíveis interferências simbólicas no relacionamento entre a criança e os progenitores, em especial aquele que assumir o papel de se comunicar no segundo idioma.

Por exemplo, nos anos iniciais a comunicação familiar é marcada por expressões de afeto e carinho, e utilizar uma língua que não é habitual fora do núcleo familiar pode gerar uma sensação de distanciamento emocional. A pressão imposta em utilizar um idioma em específico para revelar seus sentimentos, juntamente com a dificuldade em traduzir expressões afetivas ou lidar com termos intraduzíveis, pode interferir na espontaneidade e autenticidade dos gestos de carinho. Consequentemente, levanta-se a consequência disto a longo prazo: o indivíduo crescido e criado pelo método OPOL sente, na vida adulta, dificuldades em expressar carinho com a própria família e com as demais pessoas?

Outro ponto relevante é a questão de gênero na divisão de idiomas. É interessante refletir sobre quais papéis são atribuídos a cada figura parental no OPOL e se as expectativas sociais de gênero influenciam essa divisão. Será que

o método reflete ou reforça certas dinâmicas familiares relacionadas ao gênero, especialmente em termos de rapidez e facilidade de expressão?

Ademais, a teoria do filtro afetivo de Krashen (1982) também oferece considerações interessantes. Ela sugere que, quando exposto à pressão, ansiedade e baixa autoestima durante o processo de aprendizado, o aprendiz possui um filtro afetivo alto e pode sentir dificuldades na absorção de uma segunda língua, gerando um bloqueio. Em adolescentes, por exemplo, a figura do pai que fala a L2 pode se tornar um símbolo de pressão e exigência, semelhante a um “professor sempre presente”, o que pode elevar o filtro afetivo do jovem, afetando tanto o processo de aprendizagem como o vínculo emocional entre pai e filho. Tal possibilidade pode gerar, inclusive, uma eventual resistência e oposição ao uso do método OPOL, criando, possivelmente, ressentimento e afetando a dinâmica familiar e a expectativa dos pais em relação ao sucesso no bilinguismo.

A hipótese defendida por esta pesquisa, com base nos argumentos levantados, é que o método de bilinguismo infantil *One Person - One Language* afeta negativamente os relacionamentos afetivos familiares, promovendo situações de pressão e distanciamento a longo prazo dentro da família.

O método OPOL em prática: entrevistas com o núcleo familiar

A fim de investigar o caráter afetivo das relações familiares e testar a hipótese tecida através da pesquisa bibliográfica, o presente trabalho - cujo projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos, sob o parecer nº 81561824.0.0000.9247 de 09/08/2024 - utiliza-se dos procedimentos técnicos de um estudo de caso, elaborando hipóteses generalizantes sobre o fenômeno a partir de aplicações existentes e específicas de tal método bilíngue em contextos reais, estudados através de entrevistas. Tais entrevistas ocorreram no ano de 2024, de maneira majoritariamente presencial, mas também via ligações de vídeo por plataformas online, e tiveram como sujeitos cinco indivíduos de um mesmo núcleo familiar.

A família entrevistada consiste em: uma mãe brasileira e um pai estadunidense, ambos residentes no Brasil durante a aplicação do OPOL e ambos professores de língua inglesa. Estes receberam perguntas vindas de um questionário direcionado aos progenitores sobre suas vivências aplicando o *One Person - One Language*. Os filhos, J, de 21 anos; S, de 19 anos e M, de 14 anos, por sua vez, foram entrevistados de acordo com um diferente questionário sobre suas próprias experiências ao terem sido criados com o método. Ambos os scripts tinham 11 perguntas que concentravam-se em aspectos do funcionamento da abordagem, tendo como foco características afetivas e emocionais.

A jornada da família com o método *One Person - One Language* é de extrema relevância para a compreensão de suas demais experiências com este.

Inicialmente, o objetivo da família era seguir com outra abordagem de bilinguismo, chamada de *One Language - One Environment*, OLOE (Uma Língua - Um Ambiente). Durante os primeiros anos de J e S, ambos os pais utilizavam a língua inglesa (L2, neste caso) em tempo integral, e encarregavam ao ambiente externo ensinar português, a L1, às filhas. As crianças não apresentaram qualquer confusão neste momento inicial, respondendo ao pai e a mãe em língua inglesa e interagindo com demais familiares falantes de português na língua dominante. O objetivo da família era seguir com este método de maneira absoluta, mas certas vivências começaram a exigir maior flexibilidade na aplicação desta forma de bilinguismo.

A entrada no mundo escolar foi o primeiro ponto de ruptura do uso absoluto da L2. A mãe, encarregada dentro do contexto familiar de atender as filhas com tarefas de casa, recorria à L1 para auxiliá-las nas atividades temendo haver confusão entre as duas línguas e, assim, perdas no desenvolvimento das crianças. Neste caso, o papel da mãe, em específico, o pedagógico, dentro do ambiente familiar, foi um grande influenciador da configuração do OPOL que futuramente aconteceria dentro da família.

O ingresso na educação infantil também mudou a relação das meninas com o uso integral da língua inglesa. Por agora terem um input muito maior da língua dominante, português, recorriam inicialmente a ele em momentos de empolgação. Nestas situações, o pai sempre chamava a atenção das filhas e relembrava “English, please” (Inglês, por favor), fazendo com que elas pensassem um pouco e então traduzissem para a L2 a mensagem que queriam dizer. Importante ressaltar que estas situações foram narradas unicamente pelos pais, e não representam aos filhos nenhuma espécie de frustração.

O uso constante da L2 dentro de casa se manteve com o nascimento do terceiro filho, M, alguns anos mais tarde, mas o rompimento do uso integral já havia acontecido nestas pequenas ocasiões narradas. Entre si, os irmãos se comunicavam em português, utilizando a L2 em momentos em família ou para se dirigir a um dos pais.

Durante interações com pessoas externas ao núcleo familiar, a mãe se dirigia aos filhos utilizando a L1, a fim de evitar situações desconfortáveis. O pai, no entanto, continuou a utilizar a L2 em todos os contextos e situações, inclusive em momentos públicos ou conversas com demais participantes. Em momentos em que as crianças instintivamente se dirigiam em português, o pai realizava lembretes do idioma adequado, até que, muito novos, aprenderam a se comunicar exclusivamente em inglês com ele, sem terem que refletir sobre isto.

Com o decorrer dos anos, a mãe começou a inserir mais a L1 no dia a dia, se comunicando cada vez mais em português com os filhos, mas ainda

utilizando a L2 com bastante frequência. Esta utilização da língua dominante representou uma grande frustração para o pai, que fazia questão da aplicação do método OLOE e continuou se comunicando unicamente na L2 com J, S e M.

O método *One Person - One Language*, portanto, não foi propositalmente escolhido, mas sim encontrado como uma alternativa para a manutenção da criação bilíngue de J, S e M. O ponto de transição efetiva de abordagens, isto é, quando a mãe passou a se comunicar predominantemente na L1, ocorreu, então, em 2020, com a separação do casal.

Os três filhos não relatam nenhum tipo de problema de entendimento na mudança de abordagem. Por conviverem com o português na comunidade e pela mãe ter inserido paulatinamente a língua dentro de casa, a transição foi realizada de forma bem sucedida, sem ter que ser formalmente explicada.

O método *One Person - One Language* jamais representou para os pais qualquer tipo de pressão ou fardo. Todos os membros reforçam, com suas próprias palavras, a ideia de que a criação bilíngue sempre foi a realidade dos filhos, e, por terem sido criados assim desde recém nascidos, nunca pensaram conscientemente sobre a prática, e nunca a acharam demasiadamente exigente ou pressionadora. Justamente por isto, nenhum dos 3 filhos jamais se opôs à prática *One Person - One Language*. Para eles, a criação bilíngue foi um processo tão orgânico que jamais representou qualquer tipo de imposição e, portanto, jamais pareceu como “algo que poderia ser negado”.

A naturalidade, reforçada muitas vezes ao longo da entrevista, corrobora com os conselhos dados por Grammont para Ronjat, em sua experiência inicial com o método OPOL:

Nada tem que ser ensinado à criança. Você deve simplesmente falar com ela, onde há algo a ser dito, em uma das duas línguas que você quer que ele aprenda. (...) Assim, quando ele começar a falar, ele irá falar as duas línguas sem ser consciente de estar fazendo isto e sem fazer nenhum esforço especial para aprendê-las. (Ronjat, 1913, p. 3)

Quando questionados a respeito de possíveis obstáculos na relação e comunicação por conta do OPOL, os filhos inicialmente responderam que não haviam. No entanto, alguns comentários eventuais foram aparecendo como pequenos desafios neste quesito. O principal relato foi uma perda de entusiasmo em ter que adaptar termos muito culturais e/ou intraduzíveis e expressões humorísticas muito específicas do português ao falar com o pai. Na maioria das vezes, tentam traduzir não literalmente, buscando que o pai entenda, mas tanto S, quanto M relatam que às vezes aceitam que o pai não irá compreender e não destinam muita atenção a estes termos, muitas vezes os utilizando mesmo em português e dizendo para o pai “deixar para lá”, quando questiona.

Os próprios pais acreditam que os filhos possam se sentir mais confortáveis em falar alguns assuntos com a mãe por conta da diferença de idioma. Os filhos confirmam essa afirmação sem muita veemência, relatam não terem refletido muito sobre isto. Novamente, J, S e M reforçam que, por ter sido absolutamente natural a eles, o OPOL não foi tópico de muita preocupação ao crescer e não gerou nenhum distanciamento consciente entre os membros da família.

Em relação às correções, os três filhos relataram que é uma atitude realizada com frequência pelo pai. “Antes mesmo de eu me autocorrigir, se me atrapalho, meu pai interfere”, diz J. Erros pequenos, como de digitação ou de uma comunicação informal e veloz, são corrigidos imediatamente pelo pai, o que, para os filhos, não representa um grande problema, apenas uma pequena chateação e quebra de entusiasmo no momento da fala. “Agora eu já penso ‘ok, mas você me entendeu’ e não me importo tanto”, diz S sobre.

Defendendo o comentário de S e falando sobre possíveis correções excessivas, King e Mackey (2007) definem que, em uma comunicação bilíngue, tanto a criança quanto os pais sabem instintivamente que o objetivo central é o entendimento e a troca de informações em uma situação comunicacional, não necessariamente a acurácia. Os autores também citam que, em casos de correções verdadeiramente demasiadas, as crianças criam bloqueios com a oralização da língua, tendo sua confiança abalada. Portanto, ao observar que, mesmo com as correções, os filhos não relatam nenhum tipo de receio consciente de cometer erros ou equívocos na língua inglesa, e nem se sentem apreensivos em usar o idioma e serem corrigidos pelo pai, podemos concluir que o método corretivo aplicado neste contexto não apresenta excessividade danosa ao aprendizado ou ao relacionamento afetivo familiar.

A relação mantida da mãe com a língua inglesa após a transição do OPOL é um fator de enorme interesse e relevância para a presente pesquisa. Após anos utilizando a L2 integralmente com as crianças, certas interações comunicativas parecem terem sido consolidadas como corretas unicamente em inglês. Chamadas de atenção e pedidos para tarefas domésticas, por exemplo, são automáticas na L2, segundo a mãe, por hábito de anos realizando estas falas em língua inglesa. É interessante observar como a necessidade de se comunicar rapidamente nos deveres domésticos não influenciou a utilização da L2, uma vez que, mesmo com a pressão dos papéis de gênero, a mãe continuou a se comunicar exclusivamente em inglês, ao ponto de até na atualidade estar acostumada a replicar isto.

Além disso, palavras carinhosas e afetuosas em inglês parecem consolidadas como “a única forma correta” para a família toda. Nenhum dos três filhos consegue se direcionar à mãe e falar “eu te amo”, ou chamar a mãe

de “mamãe” por exemplo, por terem se habituado, desde muito novos, a utilizar o inglês com tais demonstrações de carinho, utilizando automaticamente “I love you” e “mommy”. Esta expressão de carinho em língua estrangeira vai além do núcleo familiar, com todos os filhos relatando se sentir muito confortáveis ao expressar amor através da L2 em diferentes relacionamentos.

Taeschner (1983) relata que a criação bilíngue gera um sistema de entendimento único da língua, elas aprendem em dois contextos pragmáticos e semânticos separados, gerando como se fosse um sistema linguístico unificado em seu cérebro. Aos poucos, os usuários organizam e utilizam os sistemas linguísticos de acordo com a pessoa e a situação referida, tendo noção da arbitrariedade dos signos linguísticos, sem compreender componentes léxicos necessariamente por tradução ou subordinação de termos de uma língua à outra, mas sim como partículas únicas com significados específicos dentro de seu próprio contexto. Isto se comprova também na experiência pessoal de J, que se sente confortável e igualmente capaz de demonstrar afetividade em ambos os idiomas, mas prefere ter a opção de poder alternar qual sistema linguístico utilizar. Esta preferência se dá pela noção de J de que a tradução de termos e expressões não é equivalente, e sim que cada língua, com seu próprio léxico de termos carinhosos, possui diferentes pesos e significados. J, portanto, sente que, tendo a possibilidade de usar os dois idiomas e ser compreendida, possui uma maior possibilidade de escolha ao expressar seus sentimentos em relações românticas ou amistosas.

Para possuir a possibilidade de se comunicar com os dois sistemas linguísticos e serem compreendidos em suas nuances e sutilezas, são necessários relacionamentos com pessoas também bilíngues. O inglês, por ser um fator de extrema relevância durante a vida inteira dos três jovens, é também um filtro determinante em relacionamentos pessoais.

No momento da entrevista, S estava em um relacionamento romântico com uma pessoa (K), a qual está em processo inicial de aprendizado de inglês, possuindo uma maior habilidade de compreensão auditiva do que de fala. S relata que as interações entre ela, o namorado e o pai são confusas, uma vez que o pai se direciona à ela em inglês e a K em português. “É muito difícil incluir o K na conversa, porque quando eu e meu pai estamos falando entre nós dois, ele não consegue entender 100%. Então, o que eu faço às vezes é responder meu pai como se estivesse respondendo ao grupo todo, em português, olhando para K, porque não consigo olhar para o rosto do meu pai e não usar o inglês.”, relata S, que afirma que são interações que exigem bastante dela.

É interessante observar que, apesar dos filhos não se sentirem diretamente pressionados com o método OPOL e a restrição da língua para se comunicarem com o pai, outras pessoas do círculo social podem se sentir de tal maneira, afetando indiretamente, assim, os filhos. O comprometimento em utilizar o

inglês 100% do tempo pode gerar situações como as narradas por S, que podem comprometer o nível de profundidade das relações em grupo, justamente pelo nível de complexidade em utilizar dois idiomas simultaneamente em uma conversa e em tentar fazer com que uma pessoa em processo de aprendizagem da L2 consiga compreender o assunto e participar deste. Ademais, as próprias interações em grupos podem começar a ser evitadas, justamente pelo seu desconforto, o que pode promover um distanciamento tanto da relação filha-pai, com o aumento da seriedade do relacionamento romântico, ou da relação filha-namorado, pela preservação do relacionamento com o pai.

É claro que é necessário considerar também as interações e relações individuais entre os membros envolvidos, além da possibilidade do eventual domínio da língua inglesa por parte das pessoas eventualmente inseridas no círculo familiar. No entanto, é preciso admitir a complexidade das socializações, especialmente entre vários membros de um grupo, e como elas são organizadas por diferentes estruturas, inclusive a da linguagem, afinal, «A palavra é o fenômeno mais puro e mais sensível do contato social humano” Bakhtin (2009 [1929]).

De uma maneira geral, os três filhos possuem uma relação forte e saudável com ambos os pais, e um ótimo domínio das duas línguas, se sentindo confortáveis em alterná-las e utilizá-las conforme o necessário. O método OPOL não representou sensações de pressão ou de estresse nos núcleos individuais ou familiares, e nem o envolvimento de figuras parentais na aquisição de um segundo idioma gerou dificuldades durante o processo de aprendizagem. O *One Person - One Language* é descrito pelos membros das entrevistas como muito natural, sem nenhuma grande dificuldade consciente relacionada às relações familiares.

Considerações finais

Complementar ao procedimento de pesquisa bibliográfica, o processo de entrevistar um núcleo familiar e analisar atentamente suas relações familiares através da perspectiva da criação bilíngue foi extremamente elucidador para esta pesquisa. As hipóteses tidas anteriormente demonstram-se equivocadas, uma vez que, na prática, o método *One Person - One Language* desenrola-se com muita naturalidade, sem causar às crianças qualquer tipo de estresse ou pressão.

Condizendo com a perspectiva de King e Mackey (2007), é possível notar que as crianças não possuem preocupações ou apreensões com aprender ou não um segundo idioma, diferentemente de adultos em jornada de bilinguismo. O aprendizado com o OPOL é espontâneo e enriquecedor, com pouco risco de oposição e confrontação dos aprendizes, justamente por dificilmente se conscientizarem do funcionamento da abordagem, tamanha sua naturalidade. Ademais, esta forma de bilinguismo na infância proporciona aos jovens uma

maior possibilidade - através de um maior número de formas lexicais arbitrárias - de se comunicarem e expressarem seus sentimentos de afeto e carinho, ao invés de dificultar tais gestos amorosos.

Podemos concluir que os deveres e papéis assumidos em cada realidade familiar impactam, sim, no modo com que a utilização e divisão dos idiomas ocorrerá, por justamente definir quais tipos de comunicação e relações serão exploradas. As pressões sociais tidas por papéis de gênero, no entanto, não representam necessariamente impedidores ou dificultadores para a utilização da L2 na divisão OPOL, uma vez que o método naturaliza o uso do segundo idioma mesmo em situações que exigem rapidez.

Por fim, concluímos que os participantes do método de criação bilíngue *One Person - One Language* não sentem que a aplicação da abordagem interfere diretamente em suas relações afetivas. O responsável pela língua estrangeira não é associado a um caráter pedagógico, e nem distanciado emocionalmente dos aprendizes, caso o processo de inserção do método seja feito de maneira respeitosa e natural, como narrado nos resultados das pesquisas.

Por não haver situações de ansiedade e insegurança, o filtro social do aprendiz se mantém baixo, não prejudicando, assim, seu processo de aprendizagem. Neste quesito, aliás, o método OPOL mostra-se bastante produtivo, gerando indivíduos com alta proficiência em ambas as línguas.

Apesar de não haver a noção de dificuldades nas relações entre pais e filhos pelo uso do método *One Person - One Language*, o comprometimento absoluto em se comunicar em uma L2, ao mesmo tempo em que é vantajoso para o aprendizado desta, pode, no entanto, potencialmente apresentar dificuldades para a inserção ou manutenção de pessoas no círculo social da família, gerando momentos desconfortáveis tanto para o filho, quanto para seu convidado (a) e botando relações em possíveis riscos. É importante, ao optar por este método de criação bilíngue, levar em consideração as demais relações sociais vivenciadas pelo aprendiz, e como estas podem ou não se relacionar também com o restante do grupo familiar, e optar, talvez, pela flexibilização da aplicação em certas ocasiões.

A linguagem é um rico e profundo objeto de pesquisa e de indagações, cheia de desafios, peculiaridades e mistérios. O bilinguismo, por sua vez, é também um fenômeno e uma jornada complexa e única para cada sujeito - aprendiz ou tutor. Esperamos, com esse trabalho, ter elucidado a influência de um dos métodos de criação bilíngue em um importante fator que, muito além da infância, impacta toda a jornada de vida de um indivíduo: seu relacionamento com os pais. Dessa forma, através destas conclusões generalizantes, a presente pesquisa busca auxiliar pais e responsáveis a realizarem, dentro de suas próprias realidades, suas melhores escolhas e proporcionarem a seus pequenos sua própria jornada repleta de oportunidades e, certamente, afetividade.

Referências

- BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.
- FORTES, L. A língua inglesa no acontecimento do “ensino bilíngue”: memória, currículo e políticas de línguas. *In: Anais do VI SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, 2013, Porto Alegre. 2013. p. 1 - 7.
- GROSJEAN, F. Bilingualism: A Short Introduction. *In: GROSJEAN, François; LI, Ping. The psycholinguistics of bilingualism*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2013, p. 5-25.
- KING, K.; MACKEY, A. **The bilingual Edge: Why, When and How to teach your child a second language**. 1. ed. New York: HaperCollins, 2007.
- KLEIN, W. **Second language acquisition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- KRASHEN, S. **Principles and practice in second language acquisition**. Oxford: Pergamon, 1982. Disponível em: https://www.sdkrashen.com/content/books/principles_and_practice.pdf. Acesso em 8 de outubro de 2024.
- LINDHOLM, K. J.; PADILLA, A. M. Language mixing in bilingual children. *In: Journal of Child Language*, v. 5, n. 2, 1978, p. 327–335. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0305000900007509>. Acesso em: 28 de set. 2024.
- MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de Linguística**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORONI, A.; GOMES, J. A. O Português como Língua de Herança hoje e o trabalho da Associação de Pais de Brasileirinhos na Catalunha. *In: REB -Revista de estudios brasileños*, Salamanca, v. 2, n. 2, 2015, p. 21-35. <https://doi.org/10.14201/reb2015222135MUYSKEN>.
- ROMAINE, S. **Bilingualism**. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1995.
- RONJAT, J. **Le développement du langage observé chez un enfant bilingue**. Paris: Librairie Ancienne H. Champion, 1913.
- ROZENFELD, C. C. DE F.; VIANA, N.. **Reflexões teóricas sobre a aula de língua estrangeira: organizando materiais, analisando contextos, definindo percursos**. *In: DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 35, n. 4, 2019, p.1-24. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/47112/31460>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- TAESCHNER, T. **The sun is feminine: A study on language acquisition in bilingual children**. Berlin: Springer-Verlag, 1983.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ANÁLISE (CRÍTICA) DO DISCURSO TEXTUALMENTE ORIENTADA (ADTO): UMA BREVE INTRODUÇÃO

Altair dos Santos Bernardo Júnior¹

O termo Análise Crítica do Discurso, ou simplesmente ACD, foi cunhado pela primeira vez em 1985 pelo linguista britânico Norman Fairclough no *Journal of Pragmatics* (Batista Júnior *et al.*, 2018). Já no início da década de 1990, a ACD se consolidou como uma rede internacional de estudos por meio de linguistas como Teun van Dijk, Gunther Kress, Ruth Wodak, Theo van Leeuwen, Norman Fairclough, etc. Em 1991, os linguistas se reuniram em Amsterdam no intuito de promover debates sobre as relações linguístico-discursivas e elementos da vida social (*ibidem*), evento que fortaleceu mundialmente a ACD e sua rede de pesquisadores.

Segundo Resende e Ramalho (2019), a Análise Crítica do Discurso é uma abordagem teórico-metodológica para o estudo da linguagem. Nessa abordagem, há uma articulação entre teorias linguísticas e sociais, fortalecendo um caráter multidisciplinar e transdisciplinar. Atualmente, a ACD, também conhecida como Estudos Críticos Discursivos (ECD), pode ser vista como um termo guarda-chuva que abriga 6 diferentes abordagens teórico-metodológicas resumidas no quadro 1.

Quadro 1: diferentes abordagens da Análise Crítica do Discurso

Perspectiva	Principais autores
Histórico-discursiva	Ruth Wodak e Martin Reisigl
Análise de dispositivo	Siegfried Jäger e Florentine Maier
Linguística de corpus	Gerlinde Mautner
Representação de atores sociais	Theo van Leeuwen
Sociocognitiva	Teun van Dijk
Dialético-relacional / Análise do Discurso Textualmente Orientada	Norman Fairclough

Fonte: feito pelo autor com base em Pereira (*et al.*, 2020)

1 Doutorando em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. bernardo.94@outlook.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6375815971689252>.

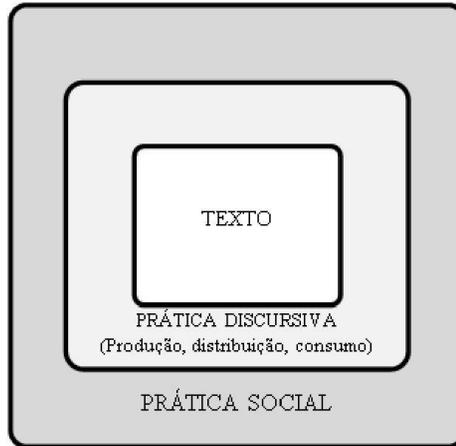
Dessa maneira, a ACD oferece uma rica rede de apoio para os estudos linguísticos e sociais, na qual cada uma das abordagens citadas possui características e particularidades próprias. No entanto, há fatores em comum que fazem com que as abordagens mencionadas estejam presentes em um mesmo agrupamento. Wodak (2001), por exemplo, ressalta que a Linguística Sistêmico-Funcional é uma variante em comum em grande parte das vertentes da ACD.

A Linguística Crítica (Fowler *et al.*, 1979; Kress; Hodge, 1979), ou simplesmente LC, desenvolvida na década de 1970 na Universidade de East Anglia, Inglaterra, também é uma das influências da ACD, sendo, em alguns momentos, utilizada como termo sinônimo. A LC, inclusive, foi fortemente influenciada pela Linguística Sistêmico-Funcional (Barros, 2018). Batista Júnior (2018, p. 55) ressalta que “a preocupação central da LC é a prática da representação pela linguagem, porque tais representações são mediadas e moldadas por valores impregnados na linguagem”. Dessa maneira, havia uma preocupação na LC de promover uma análise linguística que levasse em consideração fatores ideológicos.

Dentre as vertentes citadas, a conhecida como Análise (Crítica) do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) de Fairclough é uma das mais difundidas entre os pesquisadores, sendo apresentada panoramicamente como objetivo principal neste capítulo. Resende e Ramalho (2019) ressaltam três fases da produção de Fairclough: a primeira, marcada pelo desenvolvimento do modelo tridimensional nas obras *Language and Power* (1989) e *Discourse and Social Change* (1992); a segunda, com o desenvolvimento de um novo modelo teórico-analítico em parceria com a linguista Chouliaraki vista em *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis* (1999); e a terceira, voltada, principalmente, a análises textuais em Ciências Sociais proposta em *Analysing discourse: textual analysis for social research* (2003).

Em um primeiro momento, Fairclough (1992) desenvolve a visão da língua como prática social. Dessa forma, o discurso e as estruturas sociais teriam uma relação dialética, isto é, o discurso influenciaria as estruturas sociais e vice-versa. O discurso seria situado historicamente como forma de prática social e modelo de ação no mundo. Como mencionado, é nessa primeira fase que Fairclough adota como método analítico um modelo tridimensional, como visto na figura 1.

Figura 1: modelo tridimensional de Fairclough (1992; 2016)



Fonte: Fairclough (2016, p. 105)

O modelo de Fairclough (2016) é constituído de dimensões micro e macro. Sendo assim, a análise discursiva não se desenvolve por meio de fatores exclusivamente micro, linguísticos, nem exclusivamente macro, sociais. As três dimensões do modelo são explicadas por Resende e Ramalho (2019, p. 28) da seguinte forma:

A prática social é descrita como uma dimensão do evento discursivo, assim como o texto. Essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva, que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, processos relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares.

Entretanto, com o passar dos anos, Fairclough desenvolveu novas ideias e promoveu modificações nas propostas teóricas e analíticas que estavam presentes em obras como *Discourse and social change* (1992). Em *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*, Chouliaraki e Fairclough (1999) desenvolvem um modelo transformacional de análise. Neste novo modelo, os pesquisadores apontam uma indissociabilidade entre linguagem e sociedade, apresentando o discurso como parte das práticas sociais. De acordo com Bessa e Sato (2018, p. 129), no modelo transformacional, o analista: “(a) identifica um problema social que tenha implicações para a ordem social; (b) busca elementos semióticos para a análise; (c) volta seu olhar para a prática na busca por sua compreensão”.

Por fim, chegamos na terceira fase descrita por Resende e Ramalho (2019), na qual há um estreitamento ainda maior com a Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1978; Halliday; Matthiessen, 2014). Fairclough (2003) defende uma relação entre estruturas sociais, práticas sociais e eventos sociais, como colocado na figura 2.

Figura 2: relações entre estrutura, prática e evento social na terceira fase de Fairclough

Fonte: feito pelo autor com base em Fairclough (2003)

As práticas sociais podem ser entendidas como formas de controle de possibilidades da estrutura social, o que causa a seleção de algumas possibilidades e exclusão de outras (Fairclough, 2003). Ademais, tais seleções podem apresentar uma retenção de tempo vista em áreas da vida social, como encontramos nas práticas sociais de ensino na educação britânica contemporânea (*ibidem*).

Fairclough (*ibidem*) argumenta que as práticas sociais podem ser vistas pela lente das ordens do discurso, que seriam uma rede de práticas sociais em seus aspectos linguísticos. Em outras palavras, as ordens do discurso funcionam como uma organização da variação linguística e não linguística, discursiva e não discursiva. Os elementos da ordem do discurso são os gêneros, os discursos e os estilos. As ordens do discurso teriam, dessa forma, uma relação direta com a dimensão dos eventos sociais. Os eventos, por sua vez, podem melhor ser entendidos por meio das funções do texto, visto aqui sob um aspecto multifuncional. Para tanto, Fairclough se baseia na visão sistêmica-funcional de Halliday (1978) e propõe três diferentes tipos de sentido: 1. a representação que corresponde à metafunção ideacional; 2. a ação que corresponde a uma junção da metafunção interpessoal e textual; 3. a identificação que corresponde à metafunção interpessoal.

Sendo assim, há uma relação entre os elementos das ordens do discurso e dos eventos sociais. Tal relação é explorada no quadro 2.

Quadro 2: relações entre as práticas e eventos sociais de Fairclough (2003) e as metafunções de Halliday (1978)

Prática social: ordens do discurso	Eventos sociais: texto	Metafunções de Halliday (1978)
Gênero	Ação	Metafunção Interpessoal e Metafunção Textual
Discurso	Representação	Metafunção Ideacional
Estilo	Identificação	Metafunção Interpessoal

Fonte: autor.

Vale ressaltar que as relações entre elementos das ordens do discurso e do texto são dialéticas. Isto é, o discurso como gênero e como forma de ação é simultâneo e é influenciado/influencia pelo/o discurso como representação, por exemplo. Deste modo, não haveria uma espécie de pureza entre os elementos mencionados no quadro 2, haja vista que todos se encontram articulados.

De forma geral, o discurso seria um componente das práticas sociais e poderia ser visto pelas ordens do discurso, atuando como formas de agir, representar e atuar no mundo. Passemos, a seguir, para os conceitos de ideologia e hegemonia que se encontram em posição central na Análise do Discurso Textualmente Orientada.

Os conceitos de Ideologia e Hegemonia

Certamente, um grande nome quando se trata do conceito de ideologia é Althusser (1992). Fairclough (2016) resalta três pontos acerca da teoria Althusseriana sobre a ideologia: 1. a possibilidade de materialização da ideologia por meio de ações institucionais; 2. a interpelação dos sujeitos pela ideologia; 3. os aparelhos ideológicos do estado, ou AIEs, como locais delimitadores da luta de classes. Fairclough (*ibidem*), entretanto, argumenta que Althusser apresenta uma incoerência ao defender que a ideologia opera como um cimento universal, ressaltando, ao mesmo tempo, os AIEs como espaços de luta de classes. Dessa forma, haveria uma marginalização das lutas de classes e da transformação social.

Sendo assim, baseando-se em Thompson (2002), Fairclough (2016, p. 122) define ideologias como

Significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Dessa forma, as ideologias se encontram nas estruturas e nos eventos sociais, havendo uma reprodução e transformação das estruturas condicionadoras. Ademais, as ideologias se tornam extremamente eficazes quando atingem um nível de senso comum, ganhando um *status* de naturais e não naturalizadas. As naturalizações das significações/construções da realidade auxiliam na automatização das práticas e produções discursivas dos agentes, uma vez que normalmente é difícil compreender que discursos e práticas cristalizadas foram construídas por fatores ideológicos.

Em seus estudos sobre a ideologia, Thompson (2002) categoriza as concepções de ideologia ao longo da história em duas categorias, as concepções críticas e as neutras. O primeiro grupo de concepções, visão crítica da ideologia, vê as ideologias como um fenômeno ilusório, enganador, parcial.

Já o segundo grupo, visão neutra da ideologia, não promove uma associação entre a ideologia e um caráter ilusório ou enganador ligado com os interesses de determinados grupos.

Partindo de uma visão particular de ideologia, mas ainda assim crítica, Thompson (*ibidem*) vê as ideologias pela lente das formas simbólicas, isto é, grande conjunto de imagens, falas, ações, textos, etc., produzidos pelos sujeitos e utilizados como construtos significativos. Sendo assim, as formas simbólicas mobilizariam os sentidos que, por sua vez, estabeleceriam e sustentariam relações de dominação.

Por meio de uma concepção crítica de ideologia como formas simbólicas que atuam na manutenção de poder, pode-se dizer que nem todo discurso é ideológico, haja vista que alguns deles podem tensionar relações de poder. Discursos que apresentam esse tipo de tensionamento são chamados de contra ideológicos (Fairclough, 2016) ou vistos como formas simbólicas contestatórias (Thompson, 2002).

Um outro conceito basilar na ACD, visto em articulação com a visão crítica de ideologia, é o de hegemonia. Para Fairclough (2016, p. 127), hegemonia pode ser entendida como:

Liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio estável. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.

A hegemonia, portanto, não atua como forma de opressão física, isto é, por meio de punições para aqueles que não obedecem determinadas regras, mas através da naturalização de práticas e perspectivas. Em outras palavras, por meio de sua dimensão ideológica, as hegemonias controlam os indivíduos e inclinam suas práticas.

Silva *et al.* (2020) divide as contribuições de Gramsci (1999) em quatro dimensões hegemônicas, sendo elas o plano epistemológico, o plano político, o plano discursivo e o plano pedagógico.

Quadro 3: dimensões hegemônicas

PLANO	DEFINIÇÃO
Epistemológico	Compreensão da hegemonia como força política própria que inculca nas massas populares. Dessa forma, há uma subordinação de determinadas classes, na qual a hegemonia opera na maneira com que eles pensam, guiando suas ideologias e formas de ver o mundo.
Político	Visão de que a hegemonia atua nos modelos políticos mais democráticos, fazendo com que as massas acreditem que todos fazem parte de um mesmo conjunto que luta contra um inimigo invisível. Diferentemente dos modelos mais autoritários, os modelos políticos mais democráticos hierarquizam interesses e cedem necessidades de menor valor com a finalidade de convencer as massas.
Discursivo	Associação da hegemonia com um automatismo dos indivíduos que é marcado por uma falsa sensação de liberdade. Isso se dá uma vez que no nível coletivo predomina-se vontades singulares de um grande número de indivíduos semelhantes. Tais vontades passam, então, a ser adotadas por outros indivíduos de uma forma aparentemente livre.
Pedagógico	Articulação da hegemonia por meio de indivíduos que assumem posições de intelectuais. Tais indivíduos exercem a função de prepostos dos grupos dominantes, executando determinadas funções.

Fonte: feito pelo autor com base em Silva (*et al.*, 2020)

Sendo assim, ao se basear na visão de hegemonia de Gramsci (1999), Fairclough (2016, p. 128) propõe a visão de agentes que são “estruturados por diversas ideologias implícitas em suas práticas”, mas que não são sujeitos assujeitados como defendido por Pêcheux (1990). Neste caso, haveria, então, um espaço para a mudança social, já que na visão defendida por Fairclough (2016) os agentes ou sujeitos possuem um potencial mais elevado de consciência crítica.

Reflexões finais

A Análise (Crítica) do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), perspectiva adotada pelo linguista britânico Norman Fairclough, mostra-se como uma sólida opção nos estudos discursivos críticos. Por meio de uma análise discursiva que une a linguística e a sociologia/filosofia, a ADTO tem sido adotada por muitos pesquisadores desde o seu nascimento em meados da década de 1980, tendo se firmado como perspectiva teórica-analítica mundialmente.

Percebemos ao ler o texto que fases distintas da produção de Fairclough (1989; 2003) compõem a ADTO. Tais contribuições ficam marcadas pelo objetivo de solidificar uma análise do discurso que tenha o texto como sua principal unidade de análise. Dessa forma, observamos as ricas contribuições da Linguística Sistemico-Funcional (Halliday, 1978; Halliday; Matthiessen, 2014) na ADTO, seja no modelo tridimensional ou no transformacional.

Ademais, os conceitos de ideologia e hegemonia se encontram em posição nuclear na perspectiva faircloughiana do discurso, uma vez que eles nos mostram os modos de operação discursivos em articulação com as relações de poder. Ao juntar as contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional e os estudos sociais e filosóficos, Fairclough (1989; 1992; 2003) nos chama atenção para a possibilidade de uma análise do discurso que se ancore mais fortemente nas materialidades linguísticas, contudo, com o objetivo de iluminar a relação dialética entre discurso e sociedade, nos movendo, assim, rumo a uma mudança social.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
- BARROS, S. M. Bases filosóficas de análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JUNIOR, J. R.; SATO, D. T. M.; MELO, I. F. **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 36-47.
- BATISTA JUNIOR J. R.; SATO, D. T. M.; MELO, I. F. **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.
- BESSA, D.; SATO, D. T. B. Categorias de análise. *In*: BATISTA JUNIOR J. R.; SATO, D. T. M.; MELO, I. F. **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 124-157.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edindurgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.
- FOWLER, R.; HODGE, B.; KRESS, G.; TREW, T. **Language and control**. London: Routledge, 1979.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. New York: Routledge, 2014.

- KRESS, G.; HODGE, B. **Language and ideology**. London: Routledge, 1979.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. ORLANDI *et alii*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- PEREIRA, A. S.; TEIXEIRA, L. M. S.; PEREIRA, R. S. Discurso. *In*: IRINEU, L. M *et al*. **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes editores, 2020.
- RESENDE, V. M; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- SILVA, F. D. B.; MAIA, K. W. M.; MULLER, R. G. Hegemonia. *In*: IRINEU, L. M *et al*. **Análise de discurso crítica: conceitos-chave**. Campinas: Pontes editores, 2020.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- WODAK, R. What is CDA about – a summary of its history, important concepts and its developments. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage publications, 2001.

UM OLHAR ENUNCIATIVO SOBRE RÓTULOS E EMBALAGENS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Andriele da Costa Mendes Ribeiro¹

Introdução

Nos estudos da linguagem, diferentes abordagens têm se ocupado com a questão da significação, dos sentidos, da interpretação, enfim, vários são os pontos de vista que tentam explicar o sentido e o modo como ele é produzido. Nesse vasto terreno que tem suscitado inúmeras pesquisas e propostas para o ensino de língua na educação básica e, também, nos cursos de licenciatura em Letras, recortamos a perspectiva da Semântica da Enunciação para compreendermos a significação. (Fracassi-Stefaniu, 2022, p. 159).

Partindo de uma perspectiva linguística onde vivemos buscando interpretar e significar “coisas”, daremos foco para este trabalho a análise de rótulos e embalagens a partir do qual pode-se instigar e observar a causa e o efeito de enunciados. Recortamos como base teórica a semântica da enunciação uma vez que “[...] é a disciplina que analisa os sentidos dos enunciados enquanto enunciados que integram textos nos acontecimentos que os produzem” (Guimarães, 2018, p. 22), sendo que este assunto abrange alguns conceitos trabalhados pelo autor Luiz Francisco Dias na obra *Enunciação e Relações linguísticas*.

O presente trabalho abordará a teoria e sua aplicabilidade em rótulos e embalagens de produtos alimentícios. Ao observarmos a causa e o efeito desses enunciados, buscaremos compreender o poder de persuasão e venda por meio de uma propaganda enunciada de produtos alimentícios.

O objetivo geral desta pesquisa será compreender os enunciados das embalagens a partir da Semântica da Enunciação e a sua contribuição para os estudos da linguagem, elencando os conceitos utilizados nos rótulos das garrafas de Coca-Cola, iogurte, rótulo de água mineral com gás e sem.

Os objetivos específicos são: analisar os efeitos de sentidos de acordo com os enunciados selecionados; compreender como os conceitos de significação, enunciar, redes enunciativas, referencial histórico e pertinência enunciativa

1 Graduada em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/Guarapuava). E-mail: andrielemendes2015@gmail.com.

funcionam nas propagandas que circulam nas embalagens, de forma a conquistar o público consumidor a convencê-lo a adquirir esses produtos; e identificar os argumentos/ orientação argumentativa presentes nos enunciados, para que se aumente o poder da venda em relação aos produtos ofertados pela concorrência.

A Semântica da Enunciação em Dias (2018)

Levando em consideração o uso da linguagem, para o autor a “significação nunca é algo pronto, definitivo, algo que as formas de expressão apenas reproduzem. As formas de expressão não retratam aquilo que já está significado. Ao contrário, o homem precisa significar o tempo todo” (Dias, 2018, p. 21). Com isso é possível perceber que os significados não se limitam somente a um resultado, mas que os diferentes significados vão trilhar por vários caminhos, fazendo com que cada significado possua um sentido diferenciado de acordo com o diálogo em que o falante está inserido. E mesmo que algo já esteja significado, sempre haverá novos olhares, outros pontos de vista com relação ao mesmo objeto.

Vejamos a significação inserida no conceito de enunciar: antes de conceituar este termo, Dias (2018) analisa outros dois muito próximos que são os verbos “falar e dizer” que têm em comum o sentido de expressar algo por meio da linguagem, ou seja, usar a língua é comunicar algo a alguém. Portanto, “falar” é usado para se referir ao domínio da língua e “dizer” se refere ao que se transmite com a língua. Sendo assim, diríamos que os termos “falar” e “dizer” são utilizados por meio da linguagem como meio de comunicação, quando o usuário da língua emite o que está para ser dito. Por isso o conceito de enunciar, como utilizado no cotidiano, também pode ser associado à comunicação. Sendo assim o autor nos mostra um esboço deste conceito; “O conceito de *enunciar*, como utilizado no cotidiano, e que pode ser encontrado nos dicionários, também pode adquirir esse caráter instrumental, associado à comunicação” (Dias, 2018, p. 24).

Podemos apontar o conceito de enunciar como o principal objeto de estudo da Semântica da Enunciação. Para que um certo enunciado exista, precisamos significar e identificar a produção de sentido do que é falado, seja ele em um texto verbal, oral ou visual. Portanto, enunciar tem o papel de transmitir uma ideia, ponto de vista ou opinião utilizada por quem fala e interpretada por quem ouve, cujo tema, assunto, é sustentado por outros dois conceitos que veremos mais adiante denominados por referencial histórico e pertinência enunciativa.

Para conceituar melhor o termo “enunciar”, valendo-se do seguinte exemplo, Dias (2018) analisa a imagem com a letra S que inicia a palavra Sadia, *slogan* utilizado por uma empresa fabricante de alimentos. A imagem com a letra S remete a uma salsicha, que ao passar pela fritura acaba assumindo essa forma. No entanto, o S analisado não está se referindo somente à letra em si,

mas está agregando um valor referente à qualidade de um produto à venda. Portanto, a imagem em exposição está direcionada ao significado, entre a letra inicial da palavra Sadia, relacionado ao nome da marca com um dos produtos da empresa que está à venda, isso faz com que a imagem e as formas de expressão se articulem nos enunciados produzindo significados. Por isso o valor da unidade linguística S só é desenvolvida a partir do significado que foi dado pela sustentação da forma da salsicha, pois a letra S somente do ponto de vista alfabético, não constitui nenhum significado.

Com isso, quando nos deparamos com uma frase ou um anúncio, identificamos e significamos o que está escrito por meio das suas produções de sentido, observando cada informação que está sendo dada aos respectivos leitores. Visto que a maioria dos enunciados tem o papel de informar e comunicar seus leitores, observamos que são possíveis a análise e a interpretação de várias formas por meio de significações e diferentes produções de sentidos que se destacam através de articulações entre frases. À medida que existem outras maneiras de dizer sobre algo ou alguém, podemos inseri-lo em uma rede enunciativa. Mas afinal o que é uma rede enunciativa?

Em suma, as relações visíveis do enunciado são dependentes de outras relações que não estão visíveis. E isso que não está visível faz parte da enunciação, pois permite a produção de sentido.

A técnica das redes enunciativas não é aplicada para exercitar estruturas, nem para produzir testes de gramaticalidade ou algo nessa direção. Ela se presta a estabelecer pontos de observação enunciativa, tendo em vista as dimensões do sentido. Dessa maneira, ela permite demonstrar que uma estruturação formal pode ser enunciativamente permeada por dimensões diferentes da significação.

A constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção dos dominós de mobilização que a enunciação sustenta. Essas construções outras, trazidas para a rede enunciativa, são construídas pelo próprio pesquisador e/ou podem também ser buscadas em usos efetivos, como no Google e nos bancos de dados que abrigam usos orais e escritos da nossa língua. (Dias, 2018, p. 35)

Para analisarmos um enunciado, precisamos de algumas informações como: qual é o assunto ou tema tratado? A qual público está sendo destinado? Na maioria das vezes essas informações não são objetivas, mas sabemos que estão presentes dando sentidos a cada frase, trazendo a significação. Mais especificamente, precisa-se de um referencial histórico para permitir o pleno entendimento. “Afinal, faz parte do sentido não somente aquilo a que o enunciado remete, mas também aquilo que já se falou, e que o enunciado se filia, e aquilo de que fala o enunciado” (Dias, 2018, p. 101).

Ou seja, o conceito de referencial histórico vai determinar esses enunciados de acordo com o tempo, explicando a evolução das palavras ou de algum assunto. Com isso, temos a influência da pertinência enunciativa, que são “As respostas, as interpretações, as interferências que se efetivam na enunciação, isto é, as respostas às demandas do presente são constitutivas do acontecimento enunciativo”. (Dias, 2018, p. 103). Sendo assim, percebemos que o referencial histórico adquire pertinência enunciativa entre uma memória do passado e a atualização do presente que trata dos resultados das produções de sentidos, dentro de cada enunciado.

Assim, podemos dizer que esses conceitos são alguns dos estudos enunciativos trabalhados por Dias (2018), nos quais o linguista observa a linguagem em acontecimento de acordo com enunciados propostos a serem analisados. Para realizar uma análise, devemos seguir uma base teórica que nos permite ir muito além do que está escrito em uma frase, observando fatos e acontecimentos entre produções de sentido para que possamos chegar a uma significação de um assunto.

Observaremos a seguir na análise do corpus desta pesquisa, de que maneira os conceitos acima estão inseridos nas embalagens e nos rótulos de produtos alimentícios que estão à venda nas prateleiras de supermercados da cidade de Guarapuava- PR, no ano de 2022. Analisaremos os argumentos utilizados nas propagandas, desde as informações e suas composições até a qualidade dos produtos, além de observarmos a causa, efeitos e significados que chamam a atenção dos consumidores, fazendo com que os clientes fiquem bem-informados sobre os produtos que estão adquirindo.

A Semântica da Enunciação em cena, nos rótulos e embalagens

Na primeira figura, veremos como os enunciados estão descritos no rótulo da garrafa pet de Coca-Cola e os efeitos de sentido, tanto na escrita quanto nas imagens em destaque:

Figura – 1: garrafa de Coca-Cola.



Foto: autoria própria.

Essa é uma embalagem de Coca-Cola, cujo rótulo, está atrelado a uma garrafa de três litros envasada em uma embalagem grande, o fabricante além de pensar na quantidade se dispôs a conquistar o público por meio de algumas imagens natalinas, sugerindo que a Coca-Cola poderia estar presente na ceia de Natal. Como imagens representadas temos um Papai Noel, uma estrelinha e uma bolinha que são acessórios colocados em árvores temáticas de Natal.

Além de tais imagens há um bolo, representando uma cena festiva de comilança e comemoração, e duas garrafas separadas simbolizando um brinde. Geralmente a imagem de um brinde envolve taças, mas aqui as taças foram trocadas por garrafas de Coca-Cola individuais e ao trocar as taças por garrafas individuais na imagem do brinde, a marca está sugerindo que o brinde seja feito com Coca-Cola, e além da marca/empresa oferecer o produto na garrafa pet podendo ser compartilhada entre amigos ou familiares, ela também oferece na garrafa de vidro sendo uma embalagem menor podendo ser consumida individualmente, cada um com a sua. As imagens em destaque podem ser interpretadas de diferentes maneiras, mas nota-se que elas buscam representar a união e o brinde numa ocasião especial da vida.

A frase “Sabor original” frisa que o “original” pode significar que não é um sabor limitado com relação aos outros sabores como, por exemplo, a Coca-Cola cherry, a Coca-Cola café ou a Coca-Cola baunilha.

Ainda nessa embalagem, o enunciado “Recicle-me, hoje uma garrafa amanhã algo diferente”, a empresa quer repassar ao consumidor que ao reciclar esta embalagem ela pode se tornar outra coisa, como um brinquedo por exemplo. Percebe-se que esse apelo se repete em outros rótulos e embalagens, no qual discutiremos mais para a frente e ao longo deste artigo.

A figura dois é um exemplo de rótulo da embalagem de iogurte da Nestlé. Neste produto, focalizaremos as composições da bebida apresentada pela escrita e as imagens como veremos a seguir:

Figura – 2: garrafa de iogurte Nestlé.



Foto: autoria própria.

Essa é uma garrafa de iogurte, cuja embalagem é referente à marca da Nestlé, destacado por letras grandes mostra que parte do apelo do produto se apoia no reconhecimento que a marca Nestlé tem no mercado. A partir do rótulo, o consumidor já identifica que se trata de uma marca muito famosa, diferentemente de outras que se apresentam com letras pequenas, por não serem conhecidas e não oferecerem um produto tão bom quanto o da Nestlé.

Nessa garrafa, temos algumas informações destinadas ao público consumidor, como o sabor de morango, representado por imagens da fruta *in natura*. Visto que a empresa dá ênfase não na escrita, mas sim nas imagens das frutas, isso sugere que a bebida é uma boa escolha para o consumo de uma refeição mais leve. Notamos, em destaque na cor azul, o anúncio que a bebida contém Cálcio e vitaminas A e D, sendo um apelo para reforçar o iogurte como um produto saudável.

A empresa ainda oferece outra informação destacada pelo enunciado: “O seu iogurte de sempre, agora em garrafa reciclada”, ou seja, está tranquilizando seus clientes, que já conhecem o produto, de que a embalagem mudou em favor do projeto reciclar, mas que o produto ainda continua o mesmo, mantendo a qualidade e não perdendo a fama da marca. Percebe-se que a Nestlé também usou do *marketing* sobre a reciclagem para atrair mais seus clientes que já apoiam este projeto e, quanto aos demais consumidores que sentem um receio da nova embalagem, ela os tranquiliza enfatizando que o produto continua sendo o mesmo.

Vejamos agora, na figura três, o rótulo da embalagem da garrafa de água, no qual daremos ênfase para a sua cor e a produção de sentido do enunciado em destaque:

Figura – 3: garrafa de água Bonafont.



Fonte: <https://images.app.goo.gl/vDQ5oBcoCBR7z8Ev5>

Essa é uma garrafa de água natural sem gás e sem muitas informações sobre o produto no rótulo, mas, para conquistar seus clientes, utilizou-se da cor salmão da garrafa para chamar atenção, visto que na maioria das outras embalagens de outras marcas, a garrafa é transparente.

A empresa inseriu também no rótulo o enunciado “Sou uma garrafa a menos” para chamar a atenção dos consumidores e incentivar o projeto de reciclagem. Observamos que ao invés do fabricante produzir mais uma garrafa com todos os procedimentos desde o princípio da matéria-prima da produção, ela foi produzida a partir da coleta de materiais reutilizáveis e claro, antes de ser comercializada novamente ela passou por todos os processos de higiene e produção, obtendo a forma de uma garrafa novamente. Por isso, ao invés de ser mais uma garrafa a ser produzida, ela é uma garrafa a menos.

Comparemos na figura quatro a produção de sentido de um enunciado em uma outra garrafa de água, tematizando o mesmo assunto que sustenta os enunciados vistos nas figuras anteriores.

Figura – 4: garrafa de água Crystal.



Foto: autoria própria.

Trata-se, nessa imagem, de garrafa de água com gás da Crystal. Observa-se que a empresa fornecedora é a Coca-Cola e que a escrita não está destacada como vimos na embalagem da Nestlé.

No rótulo dessa embalagem de água, a empresa utiliza-se do enunciado “100% feita de outras garrafas” para chamar a atenção do leitor consumidor. Ao marcar pelo plural “outras garrafas”, a empresa está seguindo a mesma campanha do projeto reciclar e, a partir de outras garrafas coletadas, separadas e higienizadas, passando por todo o processo de reciclagem, se tornou esta última garrafa. Nos quatro exemplos acima, é notável a reiteração de um mesmo apelo: a reciclagem.

Diante das figuras analisadas acima, vimos que é possível dar a um mesmo objeto (no caso, as garrafas) várias produções de sentidos de acordo com cada produto e enunciado, uma vez que se o consumidor se preocupa com alguma das informações, se sentirá instigado a adquirir o produto, realizando sua compra. Diante disso, Dias (2018) afirma que é possível falarmos sobre um

mesmo assunto de diferentes maneiras através de uma rede enunciativa, e que tal rede pode ser construída por autoria própria, através de informações sobre o mesmo assunto ou por meio de pesquisas realizadas pelo próprio pesquisador.

Por isso, já que as embalagens analisadas estão vinculadas a um único sujeito, “garrafa” e, em todas as figuras, estão tratando de um mesmo tema, “reciclagem”, juntamos todos esses enunciados utilizados em cada embalagem, para demonstrarmos na rede enunciativa a seguir. Observe:

Quadro 1: Rede enunciativa tematizando “garrafa”.

“Hoje uma	garrafa,	amanhã algo diferente”.
“O seu iogurte de sempre, agora em	garrafa	reciclada”.
“100% feita de outras	Garrafas”.	
“ Sou uma	Garrafa	a menos”.

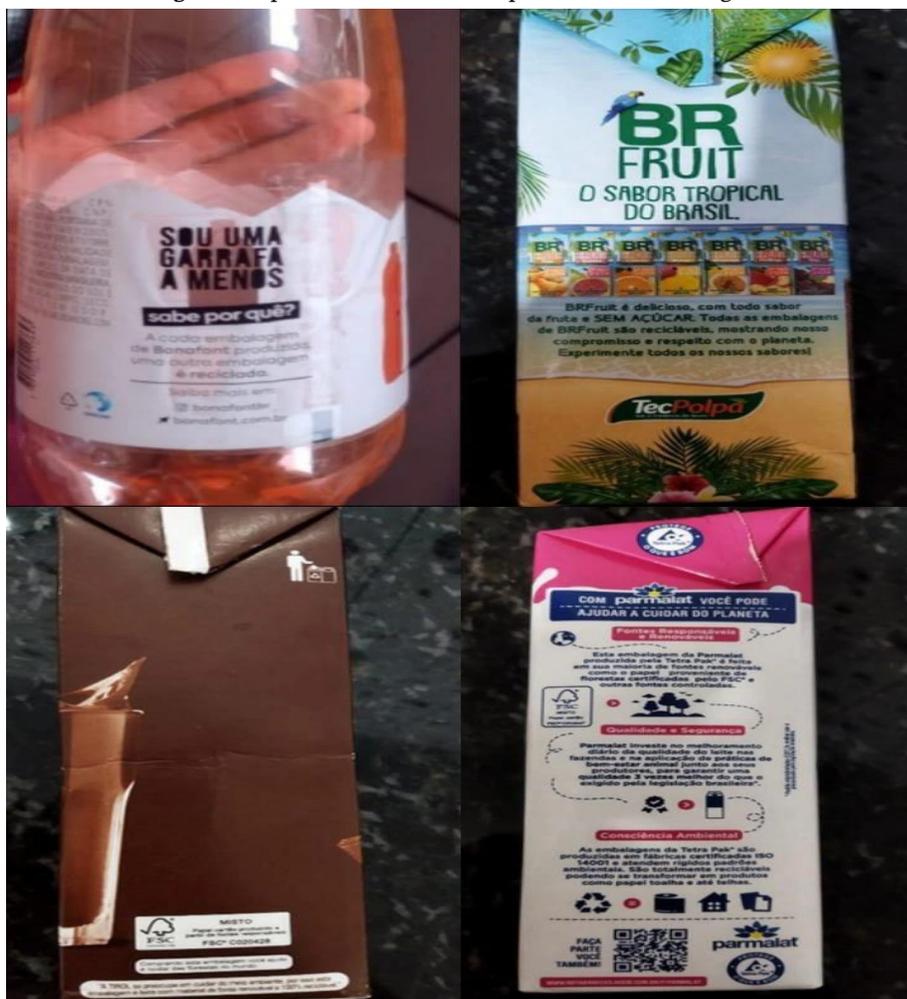
Fonte: enunciados retirados das próprias embalagens, analisadas anteriormente.

Vimos por meio das embalagens e da rede enunciativa que há uma tentativa constante em cada empresa/marca de manifestar o seu apoio no projeto reciclar, através de seus enunciados: “Hoje uma garrafa, amanhã algo diferente”, “O seu iogurte de sempre, agora em garrafa reciclável”, “100% feita de outras garrafas e “Sou uma garrafa a menos”. Esses enunciados fazem parte de uma rede de informações vinculadas a um mesmo assunto, visto que as empresas e parte dos consumidores estão preocupados com o acúmulo de lixo, o meio ambiente e o futuro do planeta, tema que as empresas se apropriaram usando como *marketing* de seus produtos para chamar a atenção de seu público consumidor.

Percebe-se que as marcas/empresas estão comunicando seus clientes consumidores, através de seus enunciados, que eles não precisam se preocupar com o lixo, porque as próprias empresas estão usando matérias reutilizáveis para a fabricação de seus novos produtos.

Pensando nesse aspecto, fomos em busca de outros argumentos para observar como as próprias empresas veiculam, nos seus rótulos e embalagens, o apoio a esse projeto. A partir de enunciados das embalagens da figura cinco, vejamos como as empresas reforçam para os consumidores o seu posicionamento sobre este ato de reciclar. Em seguida, demonstraremos em uma outra rede enunciativa (Quadro 2) as diferentes produções de sentidos sobre um mesmo assunto.

Figura – 5: posicionamento das empresas sobre a reciclagem.



Fonte: autoria própria.

Quadro 2: Rede enunciativa tematizando: embalagem é reciclável, a partir do posicionamento das empresas, com efeitos positivos ao projeto reciclar.

<p>“A cada embalagem de Bonafont produzida, uma outra embalagem é reciclada”.</p>
<p>“BRFruit é delicioso, com todo sabor da fruta e SEM AÇUCAR. Todas as embalagens de BRFruit são recicláveis, mostrando nosso compromisso e respeito com o planeta”.</p>
<p>“A TIROL se preocupa em cuidar do meio ambiente, por isso esta embalagem é feita com material de fonte renovável 100% reciclável”.</p>
<p>“As embalagens da Tetra Pak são produzidas em fábricas certificadas ISO 14001 e atendem rígidos padrões ambientais. São totalmente recicláveis podendo se transformar em produtos como papel toalha e até telhas”.</p>

Fonte: enunciados retirados das próprias embalagens.

Se alguns consumidores e as empresas se preocupam tanto com o lixo a ponto de as empresas usarem como *marketing* uma campanha sobre a reciclagem de diferentes maneiras nos argumentos de seus produtos, é porque ainda existe muito lixo sendo produzido e descartado incorretamente, por isso fomos em busca de notícias que representassem melhor esta realidade, conforme esta outra rede enunciativa.

Quadro 3: Rede enunciativa tematizando o acúmulo de lixo.

“O consumo nacional gera, por ano, cerca de 82,5 milhões de toneladas de lixo.” ²
“Mais de 16 milhões de brasileiros não têm coleta de lixo em casa.” ³
“Apenas 3% do lixo seco gerado no Brasil é reaproveitado.” ⁴
“Lixo mal descartado em aterros e lixões cresce 16% em uma década.” ⁵

Fonte: notícias veiculadas na internet tematizando o assunto.

Vimos nas redes enunciativas do quadro um e dois que as empresas são os principais apoiadores deste projeto de reciclagem. A partir de seus enunciados, os argumentos utilizados pelas empresas pretendem informar seu público consumidor que eles não precisam se preocupar com o lixo e podem consumir os produtos livremente e sem culpa, uma vez que as empresas já estão cuidando disso. Percebe-se que a maior parte dos consumidores negligencia o cuidado com o excesso de lixo, conforme a rede enunciativa do quadro três, na medida em que há muito lixo sendo produzido e descartado incorreta e irresponsavelmente. Isso porque, de acordo com um noticiário publicado pelo G1 em 2019, a maior parte dos consumidores não sabe como funciona a coleta seletiva para a reciclagem.

A pesquisa Um mundo Descartável – O Desafio das Embalagens e do lixo plástico perguntou se as pessoas acham que as regras de reciclagem de lixo doméstico são claras. No Brasil, 54% dos entrevistados disseram que não, ou seja, menos da metade das pessoas entendem o funcionamento da coleta seletiva em sua região. (G1, 2019, S/P)⁶

As empresas utilizaram dos **enunciados** nas embalagens para se comunicar com o leitor, dando informações de várias formas e diferentes produções de

2 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/14/brasil-tera-estrategia-para-tratamento-de-lixo-apos-12-anos-de-espera.ghtml>.

3 <https://projecolabora.com.br/ods6/mais-de-16-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-coleta-de-lixo-em-casa/?amp=1>.

4 <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2022/08/25/apenas-3percent-do-lixo-seco-gerado-no-brasil-e-reaproveitado-diz-associao.ghtml>

5 <https://noticias.r7.com/brasil/lixo-mal-descartado-em-aterros-e-lixoes-cresce-16-em-uma-decada-05062021?amp=>.

6 <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/11/27/maioria-dos-brasileiros-nao-sabe-como-funciona-a-reciclagem-diz-pesquisa.ghtml>.

sentidos sobre um mesmo produto e, cada rótulo e embalagem analisado, nos proporcionou um **significado**. Os enunciados analisados falaram bastante sobre o projeto reciclar, já as imagens utilizaram-se de diferentes argumentos para falar sobre o produto. A partir das redes enunciativas, refletimos sobre os enunciados de cada embalagem, identificando as articulações entre as frases atribuindo a elas um significado interligado, que dialoga entre si.

Dias (2018) afirma que enunciar algo é como se comunicar com alguém, transmitindo uma ideia, ponto de vista ou opinião, além de identificar o que influenciou o enunciador a falar sobre aquele tema (influência que o autor denominou de referencial histórico) e o que o enunciatário aprendeu com o que foi dito (nomeado como pertinência enunciativa). Com base nesses conceitos, analisamos cada figura do corpus desta pesquisa.

Percebemos, através dos rótulos e embalagens de cada empresa analisada que, além de ceder informações sobre o produto, as empresas utilizam-se de alguns enunciados em prol do projeto reciclar, oferecendo um diálogo sobre aquilo que é preocupante em nossa sociedade. Se essas empresas estão colocando em seus rótulos estes enunciados apoiando a reciclagem dos seus produtos, é porque temos um referencial histórico sendo cobrado de que ainda há o descarte incorreto do lixo.

As marcas ou empresas nem sempre estão preocupadas com o destino de suas embalagens, mas como o acúmulo e o descarte incorreto do lixo é preocupante, as empresas se apropriam desses temas valendo-se, como marketing, para atingir o maior número de vendas, obtendo pertinência enunciativa de que há uma preocupação com o futuro do planeta, o meio ambiente e a natureza. Quando os consumidores percebem que as empresas enunciam em seus rótulos e embalagens o mesmo interesse que eles possuem em reciclar e preservar o meio ambiente, sentem-se convencidos a adquirir o produto.

Face ao descarte do lixo há muito tempo sendo realizado incorretamente e, embora os enunciados das embalagens hajam como *marketing* empresarial, há um alerta global tematizado nos rótulos, na medida em que o planeta terra e o meio ambiente estão pedindo socorro e, se não tomarmos alguma providência, o futuro será incerto, haja vista que a terra já vem se manifestando através de múltiplas catástrofes naturais devido a várias irresponsabilidades que partem do ser humano.

Para encerrar esta análise, trago uma citação que dialoga com os sentidos mobilizados pelos rótulos analisados, sobretudo em relação às embalagens recicláveis:

Nós criamos uma civilização global em que os elementos mais cruciais – o transporte, as comunicações e todas as outras indústrias, a agricultura, a medicina, a educação, o entretenimento, a proteção ao meio ambiente e a importante instituição democrática do voto – dependem profundamente da ciência e da tecnologia. Também criamos uma ordem em que quase ninguém compreende a ciência e a tecnologia. É uma receita para o desastre. Podemos escapar ilesos por algum tempo, porém, mais cedo ou mais tarde, essa mistura inflamável de ignorância e poder vai explodir na nossa cara (Sagan, 1996, p. 4).

Considerações finais

A partir dos conceitos elencados no texto, percebemos que podemos designar a cada objeto textual um outro significado/sentido dentro de um todo contextual. Analisamos enunciados que permeiam a reciclagem das embalagens, para tanto mobilizando os conceitos de significação, enunciar, rede enunciativa, referencial histórico e pertinência enunciativa, buscando novas formas de argumentar sobre um mesmo assunto.

Observando a constituição de cada frase elencada nas redes enunciativas, buscamos identificar quem são os possíveis compradores que irão adquirir os produtos aqui analisados.

Destacamos que os enunciados adquirem pertinência enunciativa dos argumentos já estabilizados socialmente pelo encontro de uma memória de que, se existem campanhas para reciclar, é porque ainda o descarte do lixo está sendo incorreto, e com a atualidade porque alguns consumidores se preocupam com o meio ambiente e o futuro do planeta, a partir daí os consumidores sentem-se convencidos a realizar a compra de tais produtos.

Sendo assim, compreendemos por meio da análise dos enunciados que circulam nos rótulos e embalagens que os argumentos são uma estratégia de *marketing* empresarial e que essas marcas/empresas estão utilizando estes enunciados devido a uma causa girando em torno da sociedade, que é a proteção do meio ambiente e o futuro do planeta.

Uma vez que elas utilizam destes discursos nos rótulos e embalagens de seus produtos, seu objetivo está em estimular a venda e transmitir uma imagem positiva da marca/empresa, já que elas mesmas são responsáveis pelas embalagens que produzem, e ao realizarem estas campanhas é uma forma de compensação de sua dívida com a sociedade.

Referências bibliográficas

DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e relações linguísticas**/ Luiz Francisco Dias – Campinas: Pontes Editora, 2018.

FRACASSI-STEFANIU, Luciana. Leitura de memes num viés enunciativo: possibilidades para o ensino de língua portuguesa. *In*: OLIVEIRA, Dalila Oliva de; FRACASSI-STEFANIU, Luciana (orgs.). **Práticas de linguagem para educação básica na perspectiva da Semântica da Enunciação**. Campinas, SP: Pontes, 2022, p.157-194.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.

SAGAN, C. **Relatório da reunião**. Educação para o século XXI, 1996, p. 3-10.

ANÁLISE DO MEME “CALMA CALABRESO” PELO VIÉS DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DA SINTAXE

David William Moraes¹

Maria do Carmo Machado Martins²

Luciana Fracassi-Stefaniui³

Introdução

O trabalho aqui apresentado é fruto de uma pesquisa realizada em nível de Iniciação Científica, junto ao Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social, Pesquisa e Extensão Universitária – PIBIS, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Câmpus Santa Cruz, em Guarapuava, Paraná, entre os anos de 2023 e 2024. Nesta caminhada, fomos movidos pelo intuito de mostrar a importância da teoria linguística da Semântica da Enunciação, a partir da produção bibliográfica do Professor Luiz Francisco Dias (UFMG), um dos pioneiros dos estudos enunciativos voltados ao ensino de Língua Portuguesa, aqui no Brasil, com ênfase no funcionamento dos aspectos morfológicos e sintáticos da nossa língua e em suas significações.

Para Dias (2018, p. 23), o conceito de significação se aplica a significado e a sentido. Em seu livro *Enunciação e Relações Linguísticas*, o autor utilizou, de maneira geral, o termo “sentido”. Segundo ele, “quando utilizamos o termo significação, estamos tomando-o como equivalente a sentido”. Além disso, o autor ainda nos explica que “traçar os horizontes de um estudo de caráter enunciativo implica também em estabelecer um plano de acolhimento dos dados/fatos linguísticos pertinentes para o modelo teórico adotado” (Dias, 2018, p.7). Foi a partir desse plano de acolhimento que analisamos a formulação do meme “Calma Calabreso”.

1 Graduando do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Câmpus Santa Cruz. E-mail: davidwilliamoraes@gmail.com.

2 Graduando do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Câmpus Santa Cruz. E-mail: mariadocarmomachado1998@hotmail.com.

3 Professora do Curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Câmpus Santa Cruz. E-mail: lufracasse@gmail.com.

Além das leituras sobre a teoria enunciativa, também lemos sobre o gênero textual “meme” para, então, passarmos à fase de busca e seleção de memes para a análise. Nesse percurso, nos deparamos com o meme “Calma Calabreso” que circula junto à imagem da personagem Kessy (Trailblazer ou Desbravador, em português), do jogo Honkai: Star Rail, criado em 30 de agosto de 2023. O enunciado “Calma Calabreso” é o bordão oficial do humorista e criador de conteúdo Toninho Tornado. Ele “é conhecido por fazer pegadinhas e por chamar outras pessoas por apelidos em que troca a última letra “A” pela letra “O”⁴. Segundo as palavras do criador, é uma maneira carinhosa de se referir às pessoas, pois sempre causa um afeto, e ele ainda dá outros exemplos como: “Delício e Borboleto”. Dessa forma, buscamos analisar o funcionamento desse meme no cenário do jogo lançado recentemente.

O estudo e análise do gênero meme vem fazendo parte de nossa caminhada acadêmica nos últimos anos (Fracassi-Stefaniu, 2022), o qual possui significativa relevância nos estudos da linguagem, para os diferentes níveis de ensino, como podemos observar, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018, em habilidades voltadas ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio:

(EF69LP03) Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem, em entrevistas os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, **memes**, charge, a crítica, ironia ou humor presente (Brasil, 2018, p.143, grifos nossos)

(EM13LP43) Atuar de forma fundamentada, ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião, **memes**, gifs, remixes variados etc. em redes sociais ou outros ambientes digitais. (Brasil, 2018, p.524, grifos nossos).

Assim sendo, ao lado de muitos outros gêneros que circulam no espaço escolar e fora dele, encontramos, no trabalho com os memes, um terreno profícuo para gestos de leitura e interpretação, com ênfase na significação e produção de sentidos. Partindo desse entendimento, os objetivos que nortearam o desenvolvimento do trabalho, foram os seguintes: explicitar conceitos teóricos pertinentes à Semântica da Enunciação, a partir dos textos de Luiz Francisco Dias e demais pesquisadores filiados a esta perspectiva teórica; selecionar memes que circulam em diferentes meios de comunicação, considerando as orientações contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018; delimitar um recorte dos memes a serem analisados; e realizar a análise dos memes escolhidos à luz da Semântica da Enunciação, com destaque para a

4 Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/bbb24/2024/02/bbb-24-quem-e-toninho-tornado-dono-do-bordao-calma-calabreso.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2024.

significação, o referencial histórico, a pertinência enunciativa, a formação nominal; a articulação, a produção de sentidos e a interpretação.

A metodologia da pesquisa utilizada teve cunho bibliográfico, com uma abordagem qualitativa. Inicialmente fizemos um levantamento bibliográfico dos textos sobre a Semântica da Enunciação em livros, artigos, dissertações, teses e, também, no site do grupo ENUNCIAR, coordenado pelo Professor Luiz Francisco Dias. Em paralelo, selecionamos um meme que circula no cotidiano, em diferentes meios de comunicação, considerando as orientações trazidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018. A partir das publicações de Dias (2018) e Guimarães (2018), buscamos compreender o meme “Calma Calabreso” que circula junto à imagem da personagem Kessy, do jogo Honkai: Star Rail, projetando um gesto de leitura que possa contribuir com as aulas de Língua Portuguesa em diferentes níveis de ensino, possibilitando a docentes e discentes um entendimento da língua em uso como um acontecimento da enunciação que produz diferentes efeitos de sentido, conforme os espaços sociais em que este circule.

O espaço de circulação do meme “Calma Calabreso”: o jogo Honkai

Ao mencionarmos a circulação do meme no cotidiano, é pertinente considerarmos as condições de produção de “calma Calabreso”, ou seja, o espaço em que ele foi produzido e divulgado – dentro do jogo Honkai, o qual é conceituado como um jogo RPG (role-playing game), “baseado em turnos desenvolvido e publicado pela HoYoverse para plataformas iOS, Android e Microsoft Windows. As versões de PlayStation 4 e PlayStation 5 estão atualmente em desenvolvimento.”⁵

Os jogos RPG têm como característica principal a customização do personagem por parte do jogador, incluindo mesmo a nomeação do personagem sem quebrar a imersão ou o desenvolvimento da história. Ao projetarem uma satisfação dos diferentes estilos de jogadores, os RPG’s contam normalmente com uma variedade de opções para a gameplay, as conhecidas como “Builds” que são basicamente criadas pelos jogadores utilizando das mecânicas apresentadas pelo jogo e permitindo a criação infinita, porém, nunca igual por parte de cada jogador.

Por meio da percepção de um dos pesquisadores, que é jogador do Honkai, consideramos que a equipe de tradução brasileira do jogo fez um ótimo trabalho nesse jogo em específico, formulando enunciados pertinentes ao cotidiano dos brasileiros, inclusive, citando piadas que circulam no Brasil. A tradução foi feita para o português brasileiro e, ao longo do jogo, várias conquistas são apresentadas por meio de enunciados proferidos pelo povo brasileiro no seu dia

5 https://honkai-star-rail.fandom.com/pt-br/wiki/Honkai:_Star_Rail_Wiki

a dia, sejam jovens ou pessoas mais velhas como, por exemplo, “antes tarde do que nunca”, é um enunciado mais antigo, mas que funciona até os dias de hoje, e um enunciado mais atual, como o “urubu do pix”, retomando os sentidos relacionados à transferência monetária recente no país, que é o pix, como podemos observar na seguinte imagem:

Imagem 1: enunciados do cotidiano brasileiro no jogo Honkai



Fonte: arquivo pessoal

Por se tratar da continuação de um jogo mais antigo, do qual um dos pesquisadores faz parte da comunidade há anos, houve a decisão de ele continuar jogando essa continuação, o Honkai: Star Rail (2023). Em sua constituição, o efeito de sentido da novidade é uma constante, pois todas as atualizações sempre trazem coisas novas, como personagens, atrações e minigames dentro do jogo, reiterando o trabalho de excelência feito pela equipe brasileira.

É pertinente destacar que seu jogo progenitor (Honkai impact 3rd) também possui uma tradução brasileira mas não tão livre quanto a desse novo jogo, a qual já veio com uma equipe mais atualizada e que busca entender melhor os jogadores e sua fanbase (comunidade de fãs) em geral, projetando uma proximidade com os jogadores, por meio de piadinhas, memes, fatos da vida cotidiana dentro do jogo, coisas que no jogo progenitor não existem, mesmo sendo uma tradução brasileira, com equipes bem próximas uma da outra, porque a empresa é a mesma.

Em interações da história feitas por um dos pesquisadores, é possível observar os detalhezinhos mais brasileiros nas falas da personagem; falas como

“nem que a vaca tussa” e outras podem ser encontradas nas opções de diálogo do jogo; como você é o personagem principal, você escolhe as opções de diálogo que são apresentadas, normalmente são de duas a três opções e normalmente nesses casos sempre vai ter uma opção mais engraçada, mais cômica ou mesmo mais relacionada ao português brasileiro ou ao cotidiano brasileiro.

Essas falas não interferem na história do jogo ou mesmo na versão em inglês do jogo, elas são apenas adaptações de piadas do inglês ou do japonês para o português e mesmo assim encaixam perfeitamente na história sem causar nenhum conflito com a história que está sendo apresentada ou mesmo as falas e opções que aparecem para o jogador. Todos os minigames que não fazem parte da história principal também podem ser influenciados e, normalmente, têm uma quantidade maior de referências nessas áreas pois não são parte da história principal, então a equipe de tradução brasileira pode usufruir um pouco mais dessa opção.

Essa breve apresentação do cenário de funcionamento do jogo Honkai buscou situar o leitor quanto à compreensão do espaço em que o meme “Calma Calabreso” circulou e dos seus possíveis efeitos de sentido para os jogadores e leitores brasileiros.

A leitura de “Calma Calabreso” à luz da Semântica da Enunciação

De acordo com Guimarães (2018, p. 22), “a semântica, enquanto semântica da enunciação, é a disciplina que analisa os sentidos dos enunciados enquanto enunciados que integram textos nos acontecimentos que os produzem”. Conforme Dias (2018), nós significamos por meio de referenciais sociais:

Podemos afirmar que significar tem um lado individual, porque precisa da elaboração das expressões de um sujeito determinado, e um lado social, porque é motivado e direcionado para os outros membros do grupo social. Por isso, os modos representativos de se expressar são históricos, compartilhados e expostos à diferença numa sociedade, num determinado território (Dias, 2018, p. 21).

Ao falar em referenciais, o autor retoma a perspectiva de Foucault (1969), para quem “os enunciados se constituem segundo uma ‘identidade de filiação’ [...] palavras ou sintagmas significam não exatamente pelas singularidades do que dizem, mas por relações estabelecidas antes mesmo do dizer” (Dias, 2018, p. 101). Essas relações constituem um domínio de referências ou referencial.

Para Dias (2018, p. 101-102), “o dizer se faz pertinente nas práticas de linguagem cotidianas quando uma demanda do presente produz relação com memoráveis de outros dizeres (Guimarães, 2017). Essa relação é responsável por imprimir sentido ao que enunciamos”. Essa demanda do presente é denominada,

por Dias (2018, p. 102), de pertinência enunciativa - pertencimento/pertença/ ideia de adesão.

Em relação ao corpus de análise, é pertinente informar que o termo *meme* é tido aqui como, “melodias, idéias, slogans, as modas no vestuário, as maneiras de fazer potes ou construir arcos” (Dawkins, 2007, p. 330), que, de acordo com o autor, consistem em uma evolução cultural,

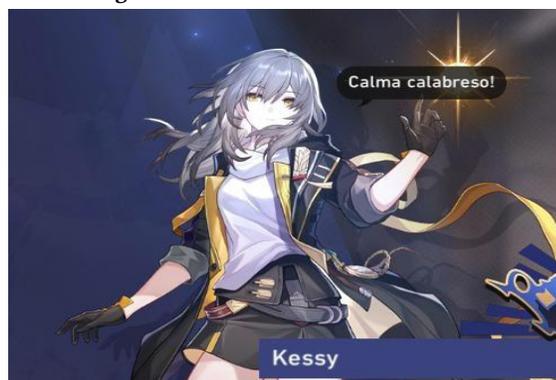
‘Mimeme’ provém de uma raiz grega adequada, mas eu procuro uma palavra mais curta que soe mais ou menos como ‘gene’. Espero que meus amigos classicistas me perdoem se abreviar mimeme para *meme*. Se isso servir de consolo, podemos pensar, alternativamente, que a palavra ‘meme’ guarda relação com ‘memória’, ou com a palavra francesa *même*. Devemos pronunciá-la de forma a rimar com ‘creme’ (Dawkins, 2007, p. 329 - 330).

Com as explicações trazidas por Dawkins (2007), entendemos que os memes se caracterizam pela mutação em sua propagação. O autor traz três aspectos principais em relação ao meme: longevidade, fecundidade e fidelidade de cópia. A longevidade compreende o período de tempo em que o meme perdura; a fecundidade refere-se à aceitação do meme e também pode determinar a longevidade; e a fidelidade corresponde à capacidade de imitação e precisão do meme. Dessa forma, os memes não só propagam informação de forma passiva, mas se difundem modificando e ocasionando determinados posicionamentos sociais.

Considerando a definição de pertinência enunciativa e o sentido de pertencimento, de adesão e o aspecto da fecundidade do meme, relacionado à aceitação, trazido por Dawkins (2007), somos desafiados a pensar em uma possível proximidade entre essas duas acepções tão distantes, em termos de perspectiva teórica, mas tão próximas ao serem colocadas juntas.

Por meio das considerações trazidas pelos autores acima, passamos à análise do meme selecionado:

Figura 2: o meme “Calma Calabreso”



Fonte: <https://imgur.com/a/05UY3JZ>

Jogos, séries e filmes são grandes criadores de memes e momentos marcantes, porém, não há regra para a idade ou momento de sua criação, a qualquer momento, os enunciados verbais ou não verbais podem ser usados para produzir risos, ironizar, motivar, criticar etc. Assim sendo, nos deparamos com o meme acima, em que Kessy é uma personagem criada para representar o jogador como parte do mundo no jogo Honkai: Star Rail (2023). Dado o conhecimento do meme, previamente, por um dos pesquisadores, durante sua gameplay, indagado pela situação, foi instigado a selecionar o “Calma Calabreso” como objeto de pesquisa.

A personagem Kessy é o avatar feminino de escolha do jogador/pesquisador (o jogo apresenta dois avatares: um masculino e um feminino e a distinção de nome a critério do jogador), representando as ações e atitudes externas ao jogo com opções de diálogo predeterminadas. Em momentos em que não há voz dublada, a equipe brasileira de tradução recebeu completa autonomia para produzir falas fora da história principal, como é o caso do evento acima, no qual Kessy, em resposta a uma provocação, responde com o meme “calma calabreso”, produzindo um efeito de amistosidade e, até mesmo, de descontração, em relação ao seu oponente. Vale destacar que esse jogo é pré-traduzido, no mínimo, um mês antes de seu lançamento, assim, a inserção do meme “calma calabreso”, feita em 2023, demonstra a popularidade do bordão entre os jovens brasileiros.

O momento preciso em que o enunciado “Calma Calabreso” começou a circular não é possível de ser identificado, porém, “Calma Calabreso” constituiu o bordão oficial do humorista e criador de conteúdo Toninho Tornado. De acordo com o criador, ao trocar a letra “a” pela letra “o” em palavras terminadas em “a” (desinências nominais que demarcam o gênero das palavras – masculino/feminino), ele está produzindo uma maneira carinhosa de se referir às pessoas, pois, para o humorista, sempre causa um efeito de afeto e ainda dá outros exemplos como: “Delício e Borboleto”, conforme pode ser verificado em seu perfil no Tik Tok⁶.

Contudo, recentemente, o “Calma Calabreso” foi utilizado durante uma briga entre participantes do programa Big Brother Brasil (BBB) de 2024:

O meme “Calma, calabreso” voltou a ficar em alta após o participante Davi do **Big Brother Brasil (BBB)** 24 utilizá-lo em uma briga. A expressão foi criada pelo humorista Toninho Tornado, que ganhou fama na Internet com vídeos de pegadinhas no **YouTube**, no “Canal do Delício”. Nas brincadeiras, o comediante utiliza apelidos curiosos para chocar seus alvos, como “CNPJoto”, “Samsungo”, “Casos Bahio”, “Patrício Poeto”, “Caldo de Cano” e mais. Calabreso, portanto, não é uma gíria regional da Bahia ou uma expressão gordofóbica, mas um desses vocativos criados por Toninho⁷.

6 Disponível em: <https://www.tiktok.com/@tooninhotornadoo> Acesso em: 27 mar. 2024.

7 Disponível em: [https://www.techtudo.com.br/noticias/2024/02/o-que-e-calabreso-entenda-](https://www.techtudo.com.br/noticias/2024/02/o-que-e-calabreso-entenda)

Considerando o referencial histórico e a pertinência enunciativa que constituem esse meme, identificamos que os sentidos mobilizados por Toninho Tornado, ao enunciar “Calma Calabreso”, foram deslocados para outros referenciais históricos, num cenário de briga, sendo considerado como algo ofensivo, pejorativo e/ou preconceituoso, visto que na discussão entre os participantes do BBB 2024, Mc Bin Laden e Davi, este último disse “Calma Calabreso” ao Mc Bin Laden, o que configurou uma possível tentativa de querer trazer para si a autoria do bordão já existente, inclusive, deslocando a referência do “Calma Calabreso” para o estado onde vive. O funkeiro disse que esse enunciado produziu um sentido de gordofobia para ele. No entanto, pelas redes sociais, pessoas recuperaram vídeos em que Mc Bin Laden fala alguns dos apelidos proferidos por Toninho Tornado, inclusive o “Calabreso”, mostrando que ele conhece as brincadeiras do humorista.⁸

De fato, o meme circula mais nas pegadinhas de Toninho Tornado nas plataformas Tik Tok e YouTube, e músicas surgiram para satirizar a utilização recente desse meme na televisão. No caso do jogo Honkai: Star Rail, o referencial histórico que permeia o uso do meme compreende um mundo ficcional completo de histórias com sistema de gacha (apostas com chances fixas), no qual o personagem principal é apresentado para lidar com desafios lógicos, cômicos e de criatividade, sendo considerado um jogo de mundo semi-aberto de exploração, criado em 30 de agosto de 2023. O jogo apresenta um minigame de campeonato entre personagem principal (jogador) e inimigos pré-determinados (inteligência artificial do jogo), conforme podemos observar na imagem a seguir:

Figura 3: Imagem do jogo Honkai: Star Rail



Fonte: <https://imgur.com/a/05UY3JZ>

a-origem-do-meme-usado-por-davi-no-bbb-24-edsoftwares.ghtml Acesso em: 27 mar. 2024.

8 Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/bbb24/2024/02/bbb-24-quem-e-toninho-tornado-dono-do-bordao-calma-calabreso.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2024.

No início do jogo, após serem introduzidas as mecânicas básicas, o jogador tem como opção dois personagens conhecidos como: Calus (masculino) e Stelle (feminino), para utilizar como seu *trailblazer* (personagem principal), o jogador pode nomear sua escolha para que seja considerado sua inserção na história. No nosso caso, o pesquisador nomeou a avatar feminina Kessy.

Como em todas as lutas entre boxeadores, existe o momento antes da batalha em que eles podem se provocar. Em resposta à ameaça do time adversário, nossa resposta é simples e clara: “Calma Calabreso”, não referente a características físicas nem pejorativas do adversário.

Portanto, ao olharmos para a união do enunciado verbal, constituído por um possível imperativo (Calma: fique calmo/tenha calma) e um vocativo/chamamento (Calabreso) com o visual, é que identificamos o funcionamento de diferentes referenciais históricos, que são atualizados no meme, justamente por possuírem pertinência enunciativa em nossa sociedade, uma vez que os sentidos relacionados à alteração da vogal A pela vogal O no final das palavras causam espanto e reações diversas nos ouvintes, ao mesmo tempo em que há o efeito de convite à tranquilidade, ao relaxamento do personagem/participante.

Ao término do gesto de análise aqui desenvolvido, consideramos que mesmo os mais simples enunciados podem produzir significados complexos. Com esta pesquisa foi possível analisar isto partindo de um enunciado produzido por um humorista/artista, com troca de vogais finais A por O, que passou a circular em outros espaços como o dos jogos e até mesmo no BBB, recebendo o status de um meme e produzindo diferentes efeitos de sentido.

Observamos como bordões artísticos podem se alastrar por todos os meios, inclusive, sendo utilizados pela equipe de tradução do jogo Honkai: Star Rail, e passando a circular na sociedade brasileira com ênfase no público jovem, uma vez que o desbravador (personagem principal) representa jovens e o jogo propõe reações que poderiam refletir as emoções/os desejos do jogador.

Em termos enunciativos, identificamos a importância de mobilizarmos os conceitos teóricos trazidos por Dias (2018) para que pudéssemos analisar tanto o enunciado verbal quanto o visual, numa perspectiva histórica, a qual se atualizou no funcionamento do meme, justamente porque possui pertinência enunciativa em nossa sociedade, uma vez que a demanda de produção de memes é crescente em nosso dia a dia, e seu estudo é indicado em documentos oficiais, como a BNCC (2018), como material de análise, atividades de leitura e interpretação.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 23 ago. 2023.
- DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas: Pontes, 2018.
- FRACASSI-STEFANIU, L. Leitura de memes num viés enunciativo: possibilidades para o ensino de Língua Portuguesa. *In*: OLIVEIRA, Dalila. Oliva de Lima; FRACASSI-STEFANIU, Luciana. **Práticas de linguagem para Educação Básica na perspectiva da Semântica da Enunciação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

A MANUTENÇÃO E A PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA UCRANIANA E DA LÍNGUA POLONESA EM ANTONIO OLINTO (PR)

Emily Aparecida Barão¹

Michele Schneiders²

Palavras Iniciais

Em toda a história brasileira o entrecruzamento de povos gerou uma identidade pluriétnica na formação da sociedade, trazendo por consequência línguas diferentes do português que são as línguas de imigração, consideradas línguas minoritárias. Assim, todos os povos que imigraram para o Brasil, trouxeram consigo suas línguas maternas, que eram divergentes ao português falado nessas terras. Segundo Ferraz (2007, p. 45):

Por línguas minoritárias designamos aquelas faladas por grupos de pessoas num país que tem por oficial uma língua diferente, isto é, são línguas naturais, não criadas artificialmente, tradicionalmente usadas por parcelas da população de um país, e que não se confundem com dialetos da língua oficial.

A língua materna, muitas vezes, é entendida como sendo a língua natural do país em que o indivíduo nasce, porém, na verdade, ela é a primeira língua que aprendemos vivendo em sociedade. A língua materna é aquela que, por ser praticada na sociedade em que nascemos, se torna nosso primeiro idioma a ser aprendido e usado. Com isso, muitas vezes, ao indivíduo frequentar outros espaços da sociedade, saindo do seu local de origem, a língua materna acaba não sendo mais praticada, passando a não ser mais usada e até mesmo esquecida. Por esse motivo, preocupa-se com a manutenção e a preservação de línguas maternas, pois são marcas da cultura de um povo que não devem correr o risco de serem extintas.

Pesquisas como a do Grupo de Diversidade Linguística do Brasil (GTDL) comprovam que são mais de 210 idiomas falados no território brasileiro. Dentre

1 Graduanda em Letras-Português e Inglês pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: emilyaparecidabarao@gmail.com.

2 Doutora em Letras e professora adjunta da Universidade Estadual do Paraná. E-mail: michele.schneiders@unespar.edu.br.

essas línguas estão os idiomas indígenas, línguas de imigração tanto europeia quanto asiática, línguas africanas trazidas pelos povos escravizados, além das línguas de sinais praticadas por surdos. Além dessas línguas, lembramos do português brasileiro e suas variações regionais e sociais.

Como exemplo dessa diversidade brasileira destacamos a cidade de Antonio Olinto, localizada no sudeste do Paraná, a 150 km da capital Curitiba, e que possui aproximadamente sete mil habitantes, como pode ser visualizado na figura a seguir.

Figura 01 - Mapa com a localização de Antonio Olinto dentro do estado do Paraná



(Mapa indicando a localização de Antonio Olinto dentro do estado do Paraná)

Fonte: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Olinto_\(Paran%C3%A1\)](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Olinto_(Paran%C3%A1))

Nesta cidade, encontra-se uma diversidade de povos descendentes de imigrantes italianos, alemães, portugueses e indígenas, sendo a maior parte da população antoniolintense descendente de ucranianos e poloneses. Trata-se de imigrantes eslavos que chegaram nessas terras em 1895, atraídos pela propaganda imigratória do governo imperial da época. Vindos da região da Galícia, que na época fazia parte do Império Austro-Húngaro, buscavam a posse de terras brasileiras em meio à degradação da economia agrária em que passavam em suas terras de origem.

Assim, com o crescente número de poloneses e ucranianos que se estabeleceram nessas terras, falantes de ucraniano e polonês, foi possível observar que o multilinguismo dentro do município foi marcante entre a população que

se formava em Antonio Olinto, tanto pela miscigenação das línguas, quanto pelo uso integral da língua materna eslava³. Assim, as línguas dos imigrantes ucranianos e poloneses constituem as línguas minoritárias encontradas dentro do município. Observa-se até hoje na fala cotidiana dos moradores dessa cidade a presença dessas línguas trazidas pelos povos imigrantes, muitas vezes misturadas com o português brasileiro.

A vinda de imigrantes poloneses e ucranianos ao Brasil e mais precisamente à região de Antonio Olinto, trouxe a implementação de novas línguas nessas terras. Os povos que aqui chegaram primeiramente tinham por língua materna uma língua completamente diferente da língua falada no Brasil. Com o passar dos anos, ao tentarem aprender a língua portuguesa, viu-se a língua ucraniana e polonesa se misturarem (code-mixing⁴) ao português brasileiro. Com isso, o português acabou sofrendo variações fonológicas, bem como o acréscimo de palavras de outras línguas no meio de frases e diálogos. Dentro do município, por muito tempo as línguas ucraniana e polonesa eram mantidas como línguas maternas, e a língua portuguesa era somente aprendida quando as crianças começavam a frequentar a escola. Porém, atualmente na região, é difícil encontrar crianças que entrem na escola com uma língua materna diferente do português, ou que sejam pelo menos fluentes em um outro idioma.

Ao se deparar com a presença de outras duas línguas na região de Antonio Olinto, percebeu-se a importância de levantar e aprofundar alguns estudos sobre essa ocorrência, a fim de contribuir com o acervo teórico e histórico sobre a pequena cidade. Analisar, identificar e reconhecer as principais línguas que caracterizam o povo antoniolintense são tarefas que podem trazer uma possível solução à pergunta desta pesquisa, a saber, há formas de manutenção e preservação dos idiomas ucraniano e do polonês em Antonio Olinto? Para que esse questionamento seja respondido, o objetivo desta pesquisa é analisar a manutenção e a preservação das línguas ucraniana e polonesa na cidade de Antonio Olinto (PR).

Uma das hipóteses a ser considerada na pesquisa é que a forma da preservação das línguas seja diferente de uma língua para outra, já que muitas

3 As línguas eslavas constituem um ramo da família linguística do indo-europeu. Nelas estão inseridos todos os idiomas e dialetos que se falam na vasta região compreendida entre as estepes russas, a leste, a planície polonesa, a oeste, e a parte setentrional da península balcânica ao sul. As línguas eslavas orientais compreendem: russo, russo branco ou bielorrusso e o ucraniano. As línguas eslavas ocidentais são: tcheco, eslovaco, polonês, kashubio (falado em uma faixa litorânea báltica) e sorábio ou vendo (usado numa pequena área no leste da Alemanha).

4 No “code-mixing”, o falante transfere elementos e regras de uma língua para a outra em todos os níveis linguísticos, alternando elementos monolíngues na língua base com elementos baseados nas regras de ambas as línguas.

características e marcas culturais podem estar relacionadas com essa preservação, como costumes e tradições, e até mesmo a religiosidade, que está muito presente entre esses dois povos. O contexto histórico do município também pode ter influenciado nas formas de preservação e de manutenção das línguas trazidas dos países de origem desses povos. Pressupomos, no entanto, que a língua polonesa já esteja em um processo de desaparecimento na localidade de Antonio Olinto, considerando que a língua ucraniana apresenta mais prestígio na cidade.

Manutenção e preservação das Línguas Minoritárias

A história da colonização brasileira nos revela o entrecruzamento de diversos povos, gerando uma identidade pluriétnica na construção da sociedade. Desde as línguas dos povos indígenas que aqui habitavam, até as línguas africanas dos povos escravizados, o multilinguismo se intensificou no Brasil com a chegada de imigrantes de origem europeia e asiática. Porém, até hoje, a imagem de unidade da língua nacional retrata um distorcimento do panorama linguístico brasileiro, com o Brasil sendo visto por um enorme país monolíngue, apagando a coexistência de várias outras línguas além do Português Brasileiro, as chamadas Línguas Minoritárias, que são entendidas como as línguas usadas por um grupo menor do que o restante da população, sendo diferente da língua oficial (Altenhofen, *et al.*, 2020, p. 894).

Segundo Altenhofen (1996), a designação de língua minoritária surge como contraponto daquilo que é “majoritário” e sugere um dualismo entre língua “geral” e “comum” e tudo que é exceção ou existe ao lado ou à margem de. Entende-se assim, como sendo a modalidade de línguas ou variedades usadas à margem ou ao lado de uma língua majoritária ou dominante.

A maior parte das minorias étnicas que se estabeleceram no Brasil utilizam ou ainda buscam preservar suas línguas de origem. São grupos que reafirmam-se falantes de suas línguas de origem, buscando formas de preservar e as manter dentro de suas famílias e comunidades, com a finalidade de manter as tradições, costumes e origens de seus povos originários. Porém, ao longo dos anos, poucas formas de manutenção e preservação foram dados para que esses povos pudessem manter suas próprias línguas. Segundo Horst, Krug e Fornara (2017, p. 2):

O Brasil foi marcado por políticas monolingualizadoras, entre as quais se mencionam especialmente os momentos de repressão linguística dos governos do Marquês de Pombal (1757) e do Estado Novo, na Era Vargas (1937-1945). Nesses períodos, ocorreu a proibição de línguas “faladas no lar ao lado ou em lugar do português”.

A omissão da existência de línguas minoritárias coexistindo com o português brasileiro, contribuiu para retardar uma iniciativa em explorar o

potencial do plurilinguismo brasileiro. Segundo Oliveira (2008), o regime ditatorial imposto por Getúlio Vargas, marca o ponto alto da repressão às línguas alóctones (línguas vindas de fora), que com a “nacionalização do ensino” pretendia selar o destino das línguas de imigração no Brasil e assim unificar o país em monolíngue. A omissão de uma realidade plurilíngue brasileira contribuiu para o retardamento em algumas décadas, de ações que poderiam ter contribuído positivamente com o potencial do plurilinguismo brasileiro.

Como ao longo dos anos o governo federal não deu incentivos aos povos imigrantes para que preservassem as suas línguas maternas, as próprias comunidades e famílias imigrantes contribuíram para que os costumes e tradições não se perdessem. As famílias tradicionais do meio rural são justamente as que mais partilham de informações étnicas favoráveis à manutenção linguística. Para Appel e Muysken (2005, p. 36-37):

As diferenças urbano-rurais também são importantes na análise dos padrões de mudança linguística. Geralmente, os grupos rurais tendem a preservar uma língua minoritária por muito mais tempo do que os grupos urbanos. [...] As pessoas que vivem nos centros urbanos serão forçadas, em diversas situações, a usar diariamente a língua majoritária, o que enfraquecerá a posição da língua minoritária.

As pequenas comunidades de povos oriundos da mesma etnia colaboraram para que as línguas minoritárias não fossem apagadas e esquecidas de vez pelos seus descendentes. Dentro dessas pequenas comunidades linguísticas, a troca em conversas e diálogos prevalecia em suas línguas maternas, daí reconhecesse a importância do uso da língua minoritária como “língua da interação na família”, atestada por Romaine (2005) em seus estudos.

O uso de línguas maternas é muito mais do que apenas se comunicar, elas trazem consigo saberes que marcam a identidade e a cultura de um povo, a cada língua que acaba se perdendo e não sendo preservada, partes do patrimônio histórico e cultural de um povo acabam desaparecendo também. Para Appel e Muysken (2005), “a alta vitalidade do grupo levará a manutenção (ou mesmo a mudança para um uso prolongado) e a baixa vitalidade resultará na mudança para a língua majoritária”. Quando ocorre o sumiço de uma língua, outros fatores são ameaçados também, pois os conhecimentos e as capacidades para se entender uma cultura ficam com propensão a não serem mais transmitidos, já que conhecimentos herdados não serão ensinados entre falantes da língua que foi perdida. Assim, a preservação linguística são os esforços para impedir que uma língua passe a se tornar desconhecida.

Diversos fatores podem acarretar no desaparecimento de uma língua minoritária, porém a forma pela qual ocorre a manutenção pode promover o gradual sumiço de uma língua. A forma como essa língua é passada de geração

em geração é essencial para promover com que o idioma materno não passe a ser esquecido. A transmissão desses saberes às crianças e indivíduos mais novos da comunidade linguística por pessoas mais velhas e com mais conhecimentos contribui para que seja preservada não só a língua mas também costumes e tradições. Porém, se a língua ensinada não continuar em uso pelos indivíduos que a aprendem, o esquecimento dela acaba resultando no enfraquecimento da identidade de um povo. Cristóforo Silva (2002, p. 56) amplia as mortes das línguas em três formas:

O primeiro relacionado às situações em que o pesquisador não pôde investigar o processo de desaparecimento da língua porque havia apenas um ou simplesmente poucos falantes vivos (...). O segundo está relacionado à opressão política imposta aos falantes (para não utilizarem mais a sua língua) (complemento nosso) (...). O terceiro caso de morte de línguas é caracterizado pelo fato de que a língua deixa de ser usada coloquialmente e é mantida apenas em situações de ritual. Muitas vezes os participantes do ritual em que a língua é utilizada não sabem o conteúdo semântico do que está sendo dito.

Como os brasileiros nascidos nos dias atuais já nascem em um cenário onde o português brasileiro é a língua oficial, a preservação das línguas minoritárias acaba sendo ainda mais difícil, já que desde pequenos, estão inclusos na língua majoritária. Por isso, são reforçadas iniciativas que procuram preservar e manter as línguas minoritárias, ensinando as crianças desde pequenas os costumes, as tradições e principalmente a língua de seu povo descendente. Porém, crianças falantes não são o único fator que garantem a preservação de uma língua, pois se as crianças, ou mesmo depois de adultos, forem transferidas para um novo lugar onde não se é falada essa mesma língua aprendida, a língua passa a ser ameaçada de extinção. Para Fishman (2006, p. 423):

A garantia mais eficaz de saúde física contínua é a medicina preventiva. Da mesma forma, línguas minoritárias demográfica, econômica, simbólica e funcionalmente - que é o que as línguas minoritárias em todos os lugares realmente são - exigem defesas preventivas antes de atingirem estágios de dificuldade avançada⁵.

A preservação e manutenção de línguas minoritárias se torna essencial quando percebe-se o gradual sumiço e desaparecimento dela no meio da sociedade falante da língua majoritária. Sabe-se que a língua é valiosa não somente para a preservação da cultura e da tradição, mas também para que novas gerações tenham acesso às suas verdadeiras raízes.

5 Tradução nossa. No original "The most effective assurance of continued physical health is preventive medicine. Similarly, demographically, economically, symbolically, and functionally minoritized languages - which is what minoritized languages everywhere really are - require preventive defenses before they reach stages of advanced difficulty.

Metodologia

O procedimento utilizado é a pesquisa de campo, utilizando o instrumento de coleta de dados por meio de entrevistas, verificando se há formas de manutenção e preservação de duas línguas minoritárias no município de Antonio Olinto. Segundo Gerhardt e Souza (2009, p. 37), “a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas”. Sendo assim, a pesquisa partirá da investigação de indivíduos de duas ascendências diferentes, ucranianos e poloneses, os quais através de uma entrevista, estarão colaborando para a análise de como vem ocorrendo o processo de manutenção das línguas.

Vale destacar que esta pesquisa foi submetida à avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Paraná, tendo parecer favorável (CAAE: 80771124.30000.9247, parecer nº 6.933.864). Sendo assim, os entrevistados assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) e o termo de autorização de imagem e voz, disponibilizando seus dados para nossa análise.

O *corpus* da pesquisa foi obtido por meio de 8 entrevistas, a partir de um questionário com 10 perguntas, realizadas em duas comunidades linguísticas distintas dentro do município de Antonio Olinto (PR), sendo elas, uma de ascendentes de ucranianos e a outra de poloneses. As variáveis sociais consideradas para a escolha dos informantes entrevistados serão sexo, faixa etária e escolaridade, selecionadas da seguinte forma:

Quadro 01 - Variáveis sociais para escolha dos informantes da pesquisa

Sexo	Feminino e Masculino
Idade	Grupo I: entre 18 e 36 anos. Grupo II: mais de 55 anos.
Escolaridade	I: ensino médio incompleto. II: ensino superior completo.

Fonte: Elaboração das autoras (2024)

Além das variáveis indicadas na escolha dos informantes, os entrevistados precisavam ter nascido no município de Antonio Olinto ou ter morado a maior parte da sua vida nessa localidade. Os entrevistados também deveriam ter ascendência ucraniana e polonesa para poderem fazer parte da pesquisa. A entrevista conteve questões referentes à idade, escolaridade, descendência, local onde nasceu e vive e perguntas sobre a preservação do idioma ucraniano/polonês. Foram aplicados dois questionários, um para os entrevistados de ascendência ucraniana e outro para os entrevistados de ascendência polonesa.

Análise e discussão dos resultados

Nesta seção, apresentamos as análises dos dados obtidos através das oito entrevistas realizadas com os moradores de Antonio Olinto, sendo quatro de ascendência ucraniana e quatro de ascendência polonesa. Os dados demonstram que dos quatro informantes com ascendência polonesa, os quatro têm conhecimento dos seus familiares que vieram da Polônia e puderam compartilhar a história da chegada de suas famílias às terras de Antonio Olinto. Todos relataram que seus bisavós ou avós vieram juntamente com a leva de imigrantes que saíram da Europa para o Brasil por volta de 1880, chegando às terras até então desconhecidas por meio de navios. Dois dos entrevistados com ascendência polonesa relataram casos de seus familiares que nasceram dentro do navio. Pela viagem ser longa e chegar a durar até dois meses, muitos eram os casos como esses em que crianças nasceram e também pessoas que faleceram por doenças e insalubridade. Ao perguntar aos entrevistados se sabiam os motivos pelos quais sua família veio para Antonio Olinto, nenhum dos informantes soube apontar algum motivo, porém, estudos indicam que a imigração de indivíduos e famílias se deve a fatores externos e subjetivos que atraem ou expulsam as comunidades de seus países de origem em busca de uma ilusão migratória (Andreazza, 1999).

Aos entrevistados de ascendência ucraniana, quando questionado sobre como seus antecedentes vieram da Ucrânia para Antonio Olinto, todos os informantes responderam que seus familiares também vieram de navio junto com demais imigrantes europeus. Dois dos entrevistados com mais de 55 anos relataram que seus avós, ao chegarem ao Brasil, não sabiam se comunicar com o povo brasileiro e que esse foi um problema que foi enfrentado por muito tempo até conseguirem aprender um pouco da língua portuguesa. Por muito tempo, esses povos recém chegados se mantiveram isolados em pequenas comunidades e a língua de imigração manteve o papel de língua materna, utilizada para a comunicação local dentro do grupo e da comunidade (Horst; Krug; Fornara, 2017).

Ao questionar sobre a língua materna dos familiares dos entrevistados de ascendência polonesa, um dos participantes com idade inferior a 36 anos, relatou que seus pais e avós falam somente na língua portuguesa e que não possuem o polonês por língua materna. Porém, outro entrevistado com idade superior a 55 anos, relatou que a língua materna dos seus pais era o polonês e que usavam a língua portuguesa eventualmente, sendo a língua polonesa a de maior prestígio dentro do ambiente familiar. Outra informante com idade inferior a 36 anos, explicou que seus bisavós possuíam por língua materna o polonês e que seu pai, pelo convívio com os avós, aprendeu grande parte desse idioma,

porém não possui o polonês como primeira língua. A última entrevistada, com idade superior a 55 anos, explicou que seus bisavós e avós falavam somente em polonês, mas que seus pais falavam apenas algumas expressões utilizadas no cotidiano e que sua primeira língua é o português.

Os informantes de ascendência ucraniana, quando questionados sobre a língua materna de seus familiares, relataram na maior parte que seus avós falavam somente ou a maior parte na língua ucraniana. Uma das informantes com idade superior a 55 anos, relatou que sua própria língua materna é o ucraniano, pois o convívio com seus pais e avós, que falavam somente em ucraniano em casa, fez com que ela e seus irmãos aprendessem a língua ucraniana como a primeira língua. Ela também relatou que aprendeu o português quando foi viver em um Colégio dirigido por freiras e que lá era ensinada a língua ucraniana e a língua portuguesa. A informante relata que, há cerca de 50 anos atrás, a língua ucraniana também era aprendida na escola. O colégio ao qual a entrevistada se refere era um internato em que meninas de famílias ucranianas ficavam para estudarem e também para aprenderem a como se tornarem donas de casa. O colégio era dirigido por freiras, denominado “Imaculada Conceição”. Dentro do internato, as meninas deveriam aprender a cozinhar, bordar, costurar e fazer outros serviços, a fim de se tornarem “boas moças”. Esse colégio ficou aberto até por volta dos anos de 1970, quando um colégio no centro da cidade passou a atender a maior parte da população antoniolintense.

Com relação à fala, nas entrevistas foi possível perceber que dois dos entrevistados (50%) falam fluentemente a língua ucraniana, um deles fala um pouco e o outro não fala nada. Já no segundo dado, referente à fala na língua polonesa por parte de seus ascendentes, três dos entrevistados (75%), falaram saber um pouco e utilizar algumas palavras do vocabulário desse idioma. Apenas um dos entrevistados respondeu não saber falar nada em polonês. Durante uma das entrevistas com uma informante de ascendência ucraniana, a entrevistada falou algumas palavras do idioma ucraniano no meio do diálogo como, por exemplo, ao se referir a sua avó, ela pronunciou a palavra “*babunya*” (бабуся). Dentro de famílias típicas ucranianas que preservam a língua são facilmente encontradas pessoas que pronunciam palavras no idioma ucraniano para referir-se a pessoas da família ou pessoas próximas. Outro entrevistado também de ascendência ucraniana, quando perguntado se ele sabia falar na língua ucraniana, respondeu imediatamente: “*Ya shchos’ skazhu*” (Я щось скажу). A expressão destacada na língua ucraniana refere-se a “Vou dizer alguma coisa”, o entrevistado utilizou a expressão para demonstrar sua fluência linguística.

Já com relação à escrita na língua ucraniana e na língua polonesa, metade dos entrevistados de ascendência polonesa revelam saber escrever um pouco

nesse idioma e a outra metade não escreve nada. Um dos entrevistados com idade inferior a 36 anos explicou, durante a entrevista, que aprendeu a escrever todo o alfabeto da língua ucraniana através de um curso que participou recentemente e que sabe escrever algumas palavras mais conhecidas. Já 100% dos ascendentes poloneses não sabem escrever nada na língua polonesa e conseqüentemente não sabem ler nesse idioma também.

Outra pergunta do questionário que responde a pergunta central em torno dessa pesquisa reflete sobre como o indivíduo aprendeu essa língua e se a sua família continua preservando esse idioma. Em cada uma das entrevistas, os entrevistados responderam de diferentes formas. O primeiro entrevistado revelou que aprendeu a língua ucraniana durante celebrações religiosas da sua igreja, em procissões de cantata de natal aprendeu a ler e posteriormente a cantar na língua ucraniana. Ao perguntar se a família continua preservando a língua, o entrevistado relatou que seu filho sabe até mesmo mais do que ele desse idioma, e que canta nas celebrações religiosas de sua igreja ucraniana, ou seja, a forma de preservação da língua ucraniana nessa família é bem sucedida e está sendo passada de gerações em gerações. Fato esse que demonstra a importância da igreja e dos ritos religiosos para a manutenção da língua ucraniana.

A segunda e a terceira entrevistadas responderam que aprenderam a língua ucraniana em casa com o convívio com seus pais e avós, e que a igreja de rito bizantino-ucraniano também tem um papel importante, contribuindo com a aprendizagem dessa língua, já que todas as celebrações ocorrem no idioma ucraniano. Porém, o quarto e último entrevistado de ascendência ucraniana, revelou que não fala em ucraniano por falta de incentivo de seus avós em ensinar esse idioma aos seus filhos e posteriormente aos seus netos. O informante também explicou que, apesar de frequentar a igreja ucraniana e de ter feito catequese na mesma igreja, não se considera falante da língua ucraniana por considerar as orações, cantos e celebrações uma forma que já está “decorada” no seu subconsciente.

A mesma pergunta também foi dirigida aos entrevistados com ascendência polonesa, que também possuíram diferentes respostas. O primeiro entrevistado relatou que o pouco que sabe da língua polonesa se deve à convivência com seus pais que falavam entre si somente nesse idioma. O mesmo informante revela que sua família não tem preservado essa língua e que as novas gerações não possuem conhecimento algum sobre. A segunda entrevistada revela que aprendeu o pouco que sabe desse idioma através de seu pai, que falava parte do vocabulário polaco, mas que sua família também não tem preservado essa língua e nem ensinado às novas gerações. A terceira entrevistada revelou que sabe poucas palavras do vocabulário polonês e que aprendeu o pouco que sabe com a convivência

com seu pai que possui conhecimento maior dessa língua. Ela também revelou que tem interesse em aprofundar seus conhecimentos nesta língua para poder contribuir com a manutenção e preservação dela. O último entrevistado, que não sabe falar nada nesse idioma de sua ascendência, revelou que não aprendeu a língua polonesa pois sua família não tem preservado mais esse idioma.

Após as perguntas do questionário, foram aplicados alguns contextos para que os entrevistados verificassem o grau de importância para a preservação da língua ucraniana e da língua polonesa. Dentre esses contextos estão: Igreja/missa/culto, Festas Típicas, Culinária Típica, Eventos religiosos e Grupos de danças típicas.

Durante as entrevistas, foi apresentado alguns contextos aos informantes, para que verificassem o grau de importância desse contexto para a preservação das línguas minoritárias presentes na cidade de Antonio Olinto. A cada um dos contextos, foi distribuído graus de relevância, sendo eles: muito importante, importante, mediana, às vezes é importante e não é nada importante. Através da análise dos gráficos, percebe-se que os informantes reconhecem a igreja/missa/culto como uma fonte importante para a preservação e manutenção dos idiomas. Porém, entre as entrevistas realizadas com as pessoas de ascendência polonesa, a maioria dos entrevistados relatou a falta de uma igreja polonesa na cidade. Lembra-se que quando o governo do estado mandou verbas para a construção de uma igreja a ser utilizada pelos povos ucranianos e poloneses, todas as celebrações dessa igreja aconteciam apenas na língua polonesa pelo fato do padre ser polonês. Com a insatisfação do povo ucraniano, foi construído, com recursos da população ucraniana, o Santuário Nossa Senhora dos Corais. Após alguns anos e sem a presença de um padre polonês na cidade, as celebrações religiosas da primeira igreja passaram a acontecer somente na língua portuguesa.

O segundo contexto apresentado recebeu da metade dos entrevistados a relevância de “muito importante”, destacam-se nas festas típicas, a romaria de Nossa Senhora dos Corais, a qual é muito prestigiada pelos ascendentes de ucranianos e também por pessoas de outras cidades ao redor do município de Antonio Olinto. A romaria acontece sempre no mês de dezembro, quando é celebrado o dia de Nossa Senhora dos Corais. A festa religiosa é composta por celebrações religiosas no rito bizantino-ucraniano, comidas, danças, músicas típicas e muito mais.

Figura 04 - Festa tradicional na comunidade ucraniana

Fonte: Elaboração das autoras (2024). Tradução da frase em ucraniano: Bem-vindo entre nós!

O contexto “Culinária típica” também obteve, pela metade dos entrevistados, o grau de muito importante. Dentro do município, em todas as festas locais e do interior são encontradas as comidas típicas ucranianas e polonesas, como o П'єрор (Pierogi), Галуський (Holopsi), Кутя (Kutya), dentre outras.

O contexto “Eventos religiosos”, também recebeu pela maior parte dos entrevistados o grau de muito importante ou importante. Nos eventos religiosos, destacam-se casamentos, festas, celebrações religiosas, dentre outros. Já o último contexto apresentado no gráfico, se refere às danças típicas da cultura ucraniana e da cultura polonesa. Dentro da cidade de Antonio Olinto, encontra-se o grupo de danças ucranianas Jettiá, onde jovens de todo município participam de eventos culturais representando as músicas e as danças da cultura ucraniana. Alguns dos entrevistados relataram a falta de um grupo de danças polonesas para representar o município, porém, a cultura polonesa está mais presente no município vizinho, em São Mateus do Sul, onde a presença de ascendentes poloneses é maior do que a de ascendentes ucranianos, diferenciando-se do caso de Antonio Olinto.

A última pergunta do questionário desenvolvido, questiona os entrevistados sobre a preservação da língua ucraniana e da língua polonesa, se é algo que o participante da pesquisa considera importante. Os entrevistados que pertencem ao grupo de mais idade, responderam que a preservação tanto da língua ucraniana quanto da língua polonesa é sim muito importante, porém, está cada vez mais difícil passar essa tradição para as novas gerações. Os entrevistados de ascendência

ucraniana lembraram da importância da igreja ucraniana para a preservação dessa língua, já que as crianças, desde cedo, participando de celebrações do rito-bizantino ucraniano, aprendem pouco a pouco partes do vocabulário.

Aos entrevistados que participam do grupo de idade inferior a trinta e seis anos, esses também opinam sobre a importância da preservação das línguas minoritárias. Todos os entrevistados falaram que é de suma importância preservar e manter as línguas ucraniana e polonesa. Entrevistados de origem polonesa relataram a dificuldade em preservar essa língua, já que a mesma está sendo esquecida pelo povo antoniolintense. Ao questionar sobre esse gradual sumiço da língua polonesa, todos os entrevistados relataram sobre a falta de uma igreja polonesa dentro do município para a contribuição da preservação da língua polonesa. Sabe-se, por meio de relatos e fontes históricas, que o último padre polonês que atendeu a paróquia faleceu assassinado no ano de 1911 e, a partir de então, somente padres brasileiros atenderam a paróquia, fazendo com que aos poucos a língua polonesa passasse a ser deixada de lado em celebrações religiosas.

Considerações Finais

O objetivo da pesquisa foi buscar entender e compreender as formas de manutenção e preservação da língua ucraniana e da língua polonesa dentro do município de Antonio Olinto. Com a pesquisa, foi possível confirmar a hipótese inicial: encontra-se um gradual desaparecimento da língua polonesa dentro do município. Após a análise de todos os dados obtidos nas entrevistas, foi possível observar que a forma de manutenção e preservação das línguas que mais ganha destaque é a igreja e suas celebrações religiosas. Já que a existência de uma igreja polonesa foi apagada com o passar dos anos pela falta de um padre polonês, percebe-se que a língua polonesa está correndo o risco de ser extinta, apagada e esquecida, já que setenta e cinco por cento dos entrevistados sabem falar só um pouco dessa língua, como pequenas expressões, geralmente xingamentos e palavras rotineiras. Comparada à língua ucraniana que recebe bastante prestígio e possui setenta e cinco por cento dos entrevistados que sabem falar com fluência, a língua polonesa está cada vez menos presente dentro do município.

Sabe-se da importância de uma língua para um povo, para uma cultura e para uma ascendência e também de seus valores para as futuras gerações. É de extrema importância levantarmos esforços para que essas línguas não passem a ser esquecidas, e que possam ser ensinadas e valorizadas por novas gerações. Sendo assim, essa pesquisa cumpre o papel de investigar formas de manutenção e preservação das línguas minoritárias presentes no município de Antonio Olinto (PR). Formas de restaurar o que já se perdeu da língua polonesa nessa localidade são um possível estudo a ser aprofundado em outras pesquisas.

Referências

- ALTENHOFEN, C. V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. *In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. H. (Org.) Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 93–116.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. O impacto da imigração no sistema familiar: o caso dos ucranianos de Antonio Olinto, PR. *In: História Unisinos*, v. 11, n. 1, 2007, p. 28-39. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5873/3059>. Acesso em: 17 fev. 2024.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. **O paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana–1895-1995**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- ANTÔNIO OLINTO (PARANÁ)**. *In: WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ant%C3%B4nio_Olinto_\(Paran%C3%A1\)&oldid=66809888](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ant%C3%B4nio_Olinto_(Paran%C3%A1)&oldid=66809888). Acesso em: 19 out. 2023. (imagem)
- APPEL, R.; MUYSKEN, P. **Language Maintenance and Shift**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2005.
- ATLAS ELETRÔNICO DO PARANÁ (Paraná). Antigo Complexo Hidroviário / Ferroviário do Paraná Tradicional (org.). **Antonio Olinto**. Disponível em: <https://atlasparanatradicional.wordpress.com/hidrovia/antonio-olinto/>. Acesso em: 02 mar. 2024.
- FERRAZ, Aderlande Pereira. O panorama linguístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o português. *In: Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 9, p. 43-73, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59772/62881>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- FISHMAN, Joshua. Language maintenance, language shift, and reversing language shift. *In: BHATIA, Tej.; RITCHIE, William. The handbook of bilingualism*. Malden, Oxford: Blackwell, 2006. p. 406-436.
- FORNARA, Ana Elizabeth; HORST, Cristiane; KRUG, Marcelo. Estratégias de manutenção e revitalização linguística no oeste catarinense. *In: Organon*, v. 32, n. 62, 2017, p. 1-16. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/72292>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- GALÍCIA (EUROPA CENTRAL)**. *In: WIKIPÉDIA*, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Gal%C3%ADcia_\(Europa_Central\)&oldid=66980116](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Gal%C3%ADcia_(Europa_Central)&oldid=66980116). Acesso em: 17 nov. 2023.
- LIMBERGER, B. K. KURSCHNER, S.; ALTENHOFEN C. V.; MOZZILLO I.; *et al.* Minority Languages (Apresentação). *In: Revista Linguagem e Ensino*, v. 23, n. 4, 2020, p. 894-899. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/19938/12054>. Acesso em: 17 mai. 2024.

OLIVEIRA, Gilvan Muller. **Plurilinguismo no Brasil**. Brasília: IPOL, julho de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL (Antonio Olinto). Prefeitura Municipal de Antonio Olinto (org.). **História**. 2024. Disponível em: Prefeitura Municipal de Antônio Olinto - PR - História. Acesso em: 17 fev. 2024.

PRESERVAÇÃO LINGUÍSTICA. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Preserva%C3%A7%C3%A3o_lingu%C3%ADstica&oldid=58322541>. Acesso em: 22 mai. 2020.

ROMAINE, Suzanne. **Bilingualism**. 2. ed. Oxford: Brasil Blackwell, 1995.

SCHNEIDERS, Michele; BUSSE, Sanimar; SALVINI, Rafaella. O contato linguístico no Brasil: o que as pesquisas nos mostram? *In*: **Web-revista Sociodialeto**, v. 11, n. 32, 2020, p. 101–112. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/sociodialeto/article/view/8062/5812>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SILVA, Thaís Cristófar. Morte de língua ou mudança linguística? *In*: **Revista do Museu Antropológico**, v. 5-6, n. 1., 2002, p. 75-53. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/thaiscristofaro/2002_ART_Morte%20de%20língua%20ou%20mudança%20linguística.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 - A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 89-93. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 17 nov. 2024.

O DICIONÁRIO INFORMAL E OS EFEITOS DE SENTIDO DA PALAVRA *DEMOCRACIA*: REPETIÇÕES E DESLOCAMENTOS

Líria da Graça Macedo¹

Maria Claudia Teixeira²

Introdução

Constantemente nos noticiários e nos mais diversos discursos que circulam no atual contexto político e social no qual estamos inseridos, têm-se evidenciado a palavra *democracia*, por meio de debates sobre “a crise da democracia”³, pondo em suspenso os sentidos.

Neste texto, buscamos compreender os efeitos de sentido da palavra *democracia* no *Dicionário inFormal*. A escolha pelo *Dicionário inFormal* deve-se ao fato de ser algo inovador, já que ele é construído pelos próprios internautas, usuários da língua portuguesa. Além disso, a partir do uso das tecnologias, modificaram-se as formas de se conceber e se produzir dicionários, o que contribui para a produção de sentidos sobre a língua, sobre os sujeitos e sobre a sociedade de modo geral, que muito nos interessam.

Da posição que assumimos, a partir da Análise de Discurso pecheuxiana, entendemos que não existe sentido literal, pois os sentidos mudam conforme as posições ideológicas assumidas pelo sujeito em determinadas condições de produção. Dessa forma, não existe sentido em si, mas diferentes efeitos de sentido.

Por ser considerada uma disciplina de interpretação sem metodologia fixa, advinda de diferentes campos de conhecimentos e com diversos dispositivos analíticos, cada analista mobiliza os conceitos teórico-metodológicos de acordo com a questão formulada, e isso permite análises diferentes com a mobilização

1 Professora efetiva do Município de Laranjeiras do Sul/PR. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGE-UNICENTRO), e licenciada em Pedagogia e Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela mesma instituição. E-mail: liriamedo76@gmail.com.

2 Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora colaboradora lotada no Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

3 DIAS, Giovanna. A crise da democracia é, antes de tudo, uma crise de sentidos. **Diário de Classe**. 27 abr. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-abr-27/a-crise-da-democracia-e-antes-de-tudo-uma-crise-de-sentidos/> Acesso em: 02 out. 2024.

de um mesmo quadro teórico-metodológico, uma vez que, “o que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise” (Orlandi, 2001, p. 27).

Assim, para compreender os efeitos de sentido da palavra *democracia*, no *Dicionário inFormal*, mobilizamos alguns conceitos, tais como, condições de produção e formações discursivas, bem como a paráfrase e a polissemia, pois são dispositivos analíticos ligados ao campo do discurso, importantes para o estudo proposto.

O *Dicionário inFormal* e suas condições de produção

De acordo com Oliveira (2014), o *Dicionário inFormal* surge a partir do avanço tecnológico no mundo e pela necessidade de novas relações entre o homem, a língua e a escrita. Trata-se, portanto, de uma ferramenta lexicográfica favorável para a análise da linguagem, uma vez que possui características próprias e destina-se a toda e qualquer pessoa, independente de sua formação acadêmica. Distancia-se, assim, do fazer dicionarístico tradicional de muitas formas, primeiro pelo modo como funciona, dispensando um leitor específico e um sujeito lexicógrafo, já que a autoria da definição não se limita ao dicionarista, mas qualquer falante da língua pode assumir a posição de autor.

A constituição desse dicionário, segundo Oliveira (2014), ocorre por meio da participação de falantes do português brasileiro, denominados “usuários”, o que significa dizer que qualquer pessoa está autorizada a falar e descrever sobre sua língua, contribuindo com o dicionário já que é detentor de um saber advindo da sua prática linguística.

No *Dicionário inFormal* todas as definições, de acordo com Oliveira (2014), são cumulativas, ou seja, podem ser enviadas definições até mesmo de palavras já definidas antes, mesmo com poucas diferenças entre elas. A finalidade desse dicionário, segundo a autora, é oferecer ao falante de português um lugar de locutor possibilitando que este se reconheça como sujeito que pratica a linguagem e, por isso, tem condições de descrevê-la. Essa posição de autoria em que o usuário da língua é colocado, conforme a autora, proporciona uma nova relação entre sujeito, língua e escrita.

Outra contribuição do *Dicionário inFormal* é com relação à circulação de dizeres significativos proporcionados pelo espaço ocupado pelo autor, pois, de acordo com Oliveira (2014), a maneira como tal instrumento se organiza produz distintos modos de significar, ou seja, os sentidos produzidos nos verbetes desse instrumento permite que pensemos a língua na sua relação com a sociedade e com a história, são definições que produzem identificações e silenciamentos projetados em um espaço-tempo determinados por diferentes ideologias, devido às suas condições de produção.

Conforme a descrição do site, o *Dicionário inFormal* é um dicionário de português gratuito para a internet, que se constitui a partir de definições de palavras e expressões usadas cotidianamente e descritas pelos usuários:

O dicionário de português gratuito para internet, onde as palavras são definidas pelos usuários. Uma iniciativa de documentar on-line a evolução do português. Não deixe as palavras passarem em branco, participe definindo o seu português!

O Dicionário inFormal é do caralho! Ali não existem definições certas ou erradas, mas definições da vida real para o português⁴.

O modo como é apresentado produz sentidos sobre a língua portuguesa e sobre o próprio dicionário, distanciando-o do imaginário social que significa o dicionário como o lugar da certeza e da infalibilidade. Ele continua sendo tomado como *lugar de memória*⁵ haja vista sua “iniciativa em documentar” “a evolução do português”, continua sendo o lugar em que os discursos estabilizados ressoam o tempo todo, reconstruídos, (re)significados, mas desliza para um outro sentido, pois um novo imaginário é construído, descolando-o da certitude.

Ao analisar o *Dicionário inFormal*, nota-se a grande praticidade desse recurso, seus verbetes não possuem tanta complexidade e detalhamento como se observa em outros dicionários, de modo que, em sua barra de pesquisa é possível digitar qualquer palavra ou expressão, até mesmo aquelas que nos soam estranhas, pois, por se tratar de uma ferramenta que todo falante da língua portuguesa é convidado a descrever, diferentes verbetes e definições poderão aparecer.

Ressalta-se, também, que neste recurso lexicográfico tecnológico, o leitor conta com opções para concordar ou não com a definição, bem como, opção para compartilhar, apresentação de sinônimos, antônimos, palavras relacionadas, ou mesmo para denunciar algo que considere como abuso; inovando, portanto, a relação entre dicionário e leitor.

Definição e produção de sentido da palavra *democracia* no *Dicionário inFormal*

Para analisar a palavra *democracia* no *Dicionário inFormal*⁶, inicialmente fizemos um mapeamento da palavra, o que nos permitiu verificar que ela apresenta quinze (15) definições elaboradas por diferentes sujeitos. Recortamos para a análise as dez (10) primeiras definições.

4 Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/> Acesso em: 11 jan. 2024.

5 Conforme discutido em Teixeira (2014)

6 Todas as definições apresentadas estão disponíveis em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/democracia/> Acesso em: 25 mar. 2024.

1. Democracia

Significado de **Democracia** Por Adelson Mendes de Assis (SP) em
06-01-2008

S.f.(a)

1-Forma de governo em que o povo elege livremente seus representantes e exerce a soberania do Estado mediante um sistema partidário pluralista, com liberdade de imprensa, de manifestação, de associação e de organização política e respeito aos direitos civis e individuais do cidadão.

2- Estado que adota essa forma de governo.

*“democracia é oportunizar a todos o mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada depende de cada um. (Fernando Sabino)
O Brasil é uma **democracia**.*

A definição acima foi apresentada por um sujeito que se identifica pelo nome, da cidade de São Paulo, no ano de 2008. Antes da definição da palavra *democracia*, ele a classifica como substantivo feminino, repetindo um aspecto do dicionário tradicional que inclui a classificação gramatical dos verbetes definidos. Nesta definição, o sujeito apresenta mais de uma acepção, bem como, dois exemplos de uso, “democracia é *oportunizar a todos o mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada depende de cada um*” (Fernando Sabino). “*O Brasil é uma democracia*”, estabelecendo, assim, uma relação parafrástica com os dicionários tradicionais, trazendo, inclusive, como voz de autoridade, um escritor brasileiro.

Na primeira acepção, *democracia* é significada como “forma de governo” em que estão atreladas as ideias de liberdade e respeito articuladas às individualidades e subjetividades dos sujeitos cidadãos. *Democracia*, portanto, é liberdade.

Na segunda acepção: “Estado que adota essa forma de governo” o que se define não é a palavra *democracia*, mas democrático. Dessa forma, o modo como o sujeito constrói a definição da palavra *democracia* significa-a como sinônimo de democrático(a).

O sujeito-autor apresenta dois exemplos que apontam para o uso da palavra *democracia*. No primeiro exemplo, “democracia é *oportunizar a todos o mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada depende de cada um* (Fernando Sabino)”, o sujeito-autor recorre à voz de autoridade representada por um sujeito que ocupa a posição social de escritor no Brasil. Neste exemplo, o efeito de sentido que se produz para a palavra *democracia* é o de igualdade de oportunidades. No segundo exemplo, “*O Brasil é uma democracia*”, o sujeito-autor afirma como *democracia* a forma de governo brasileiro. Logo, ao definir *democracia*, o sujeito-autor produz para o Brasil a imagem de um país em que se pratica a liberdade e a igualdade de oportunidades, apagando, com isso, as enormes desigualdades existentes no país.

Na segunda definição apresentada no *Dicionário inFormal*:

2. Democracia

Significado de Democracia Por Samantha Smutz (RJ) em 19-02-2010

Democracia é um regime de governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos (povo), direta ou indiretamente, por meio de eleitos representantes? forma mais usual.

Numa frase famosa, **democracia** é o “governo do povo, pelo povo e para o povo”.

democracia opõe-se à ditadura e ao totalitarismo, onde o poder reside numa elite auto-eleita. *democracias* podem ser divididas em diferentes tipos, baseado em um número de distinções. A distinção mais importante acontece entre *democracia* direta (algumas vezes chamada “*democracia* pura”), onde o povo expressa sua vontade por voto direto em cada assunto particular, e a *democracia* representativa (algumas vezes chamada «*democracia* indireta»), onde o povo expressa sua vontade através da eleição de representantes que tomam decisões em nome aqueles que os elegeram.

Outros itens importantes na democracia incluem exatamente quem é “o Povo”, isto é, quem terá direito ao voto; como proteger os direitos de minorias contra a “tirania da maioria” e qual sistema deve ser usado para a eleição de representantes ou outros executivos.

A autoria da definição é marcada por um sujeito-autor feminino, que se identifica pelo nome, residente na cidade do Rio de Janeiro. Nesta definição as acepções não se separam por meio de números, mas de um modo peculiar, ou seja, a primeira acepção foi construída como pergunta (Democracia é um regime de governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos (povo), direta ou indiretamente, por meio de eleitos representantes?) produzindo um efeito de dúvida, de incerteza quanto ao sentido, assim, pode-se dizer que esse sujeito questiona a definição da palavra pela “forma mais usual” e, com isso, mostra o funcionamento do equívoco, da não-transparência da linguagem e tira do dicionário a definição do lugar da evidência, desfazendo o imaginário de certitude que se reflete sobre esse instrumento.

O efeito de sentido produzido por esse sujeito-autor feminino é o de que a forma mais usual de democracia é quando o povo tem liberdade para participar das decisões políticas junto a seus representantes, essa ideia é reafirmada quando o sujeito-autor recorre, sem mencioná-lo, à citação de um dos mais importantes presidentes americanos da história, Abraham Lincoln, abolicionista declarado que lutava contra a escravidão e sonhava com um país unificado e, para quem, *democracia* é definida como “governo do povo, pelo povo e para o povo”, um dizer já cristalizado e que se atravessa em discursos de diferentes sujeitos. Essa retomada de sentido para a palavra tem relação, pela perspectiva da AD, com a formação discursiva (FD) na qual o sujeito se inscreve, contra-identificando-se com a definição apresentada. Vale destacar que Pêcheux ([1975] 1997) aponta

para os desdobramentos da forma-sujeito no interior da FD na qual se inscreve apresentando três modalidades de subjetivação do sujeito.

Na primeira modalidade, o sujeito do discurso se identifica com a FD na qual se inscreve, aceitando e reproduzindo os saberes dessa formação, o que caracteriza o discurso do bom sujeito. A segunda modalidade abre-se para a oposição, o que caracteriza a contra-identificação com o que rege a FD, designada como mau sujeito, aquele que questiona, que tem uma tomada de posição, no entanto, não rompe com a FD. Na terceira modalidade, ocorre o processo da desidentificação e o sujeito toma uma posição e rompe com os saberes da FD na qual, até então, estava identificado, devido à contradição que se instaura.

Assim, ao questionar a definição de *democracia* pela forma usual significada como forma de governo em que as pessoas participam igualmente das decisões político-sociais do país, pois *democracia* significa liberdade e direitos iguais para todos, o sujeito-autor contra-identifica-se e esse sentido fica em suspenso.

Diferenciando-se dos dicionários tradicionais, a palavra não é classificada em nenhuma categoria gramatical e o sujeito-autor segue com mais uma definição para a palavra *democracia* “opõe-se à ditadura e ao totalitarismo, onde o poder reside numa elite auto eleita”, ou seja, uma democracia baseada na liberdade de expressão, na qual o povo governa indiretamente, e aí percebemos o interdiscurso que retorna com formulações já feitas e esquecidas, mas que determinam o dizer, por exemplo, quando o sujeito-autor divide os sentidos de democracia de antes e de agora, em tipos: direta quando as pessoas expressam sua vontade por voto direto em cada decisão, ou representativas quando por meio do voto escolhem/elegem alguém para representá-los. Pode-se dizer, segundo as definições desse sujeito-autor, que quando existe democracia no país, o povo decide seu destino com liberdade de expressão e igualdade de direito.

Na terceira definição apresentada pelo *Dicionário inFormal*:

3. Democracia

Significado de Democracia Por Dicionário inFormal (SP) em 30-12-2009

Do grego demo=povo e cracia=governo, ou seja, governo do povo. **Democracia** é um sistema em que as pessoas de um país podem participar da vida política. Esta participação pode ocorrer através de eleições, plebiscitos e referendos. Dentro de uma **democracia**, as pessoas possuem liberdade de expressão e manifestações de suas opiniões.

No Brasil atual existe democracia.

No Brasil, as pessoas podem escolher seus representantes (vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores e presidente) através do voto nas eleições. Existe liberdade de expressão e os direitos de manifestação são garantidos pela Constituição Brasileira.

Observa-se que a palavra foi definida no ano de 2009 por um sujeito-autor que opta por não se identificar, de modo que a definição foi apresentada

pelo *Dicionário inFormal*, o qual se coloca como porta voz, assumindo o dizer de outro sujeito, que define *democracia* como “um sistema em que as pessoas de um país podem participar da vida política”, os argumentos são em favor do modelo político existente no Brasil, fazendo referência à liberdade de expressão, um dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Nota-se que este sujeito-autor, representado pelo dicionário, utiliza-se de exemplos como: “No Brasil atual existe democracia” e “Existe liberdade de expressão e os direitos de manifestação são garantidos pela Constituição Brasileira”, desse modo, os efeitos de sentido produzidos são de que no Brasil a democracia acontece de fato, já que as pessoas são livres para decidirem por si mesmas, pois se trata de um direito, descrito e protegido por uma lei maior, referindo-se à Constituição Federal.

Conforme a AD, a linguagem se realiza na ideologia e a ideologia por sua vez se manifesta na língua que é a materialidade do discurso, sendo assim, frente às acepções e exemplos trazidos pelo sujeito-autor, citamos Pêcheux (1975 *apud* ORLANDI, 2001, p. 18), pois segundo o autor, “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”, ou seja, o sujeito é interpelado pela ideologia e o lugar de onde ele fala é constitutivo daquilo que ele diz.

Neste sentido, esse sujeito-autor assume a ideologia presente na formação social a qual ele pertence, que o interpela a significar o Brasil como um país democrático onde a liberdade de expressão existe justamente por ser afirmada em um documento oficial, como a Constituição Federal.

Na quarta definição apresentada pelo *Dicionário inFormal*:

4. Democracia

Significado de Democracia Por aparecido raimundo de souza (ES) em 04-10-2010

Governo do povo; soberania popular; distribuição equitativa do poder. **Democracia** é um regime que, ao contrário do que todos pensam, não existe no Brasil.

*“...No nosso País não existe **democracia**. O povo não governa nada, a soberania popular só existe no papel. O que impera é a vontade de meia dúzia de velhos coronéis que exerce o poder de mando, à força, à ferro em brasa, fazendo dele, o poder, uma espécie de ditadura sufocada truncada pela maquiagem dos tempos de Hitler...” in Madrugada do Espírito págs. 122/123 Martins Pontes RJ 1953 OBRAS COMPLETAS DE PLINIO SALGADO.*

Quem nos apresenta é um sujeito-autor que se identifica pelo nome, marcando o ano e o local geográfico do qual fala. Nesta definição há uma acepção, um exemplo e uma citação que representa o discurso de autoridade, funcionando como evidência do dizer, gerando um efeito de legitimação. *Democracia* é definida como “Governo do povo; soberania popular; distribuição

equitativa do poder”. Significa, portanto, um governo popular, que trabalha pelo bem da população e é realizado pelo próprio povo. Seguido da definição é apresentado o exemplo “um regime que, ao contrário do que todos pensam, não existe no Brasil”, assume-se, portanto, que o estado brasileiro não é democrático. Para legitimar essa posição, o sujeito-autor traz uma citação de Plínio Salgado, político, escritor, jornalista e teólogo brasileiro que criou e liderou a Ação Integralista Brasileira (AIB), partido de extrema-direita inspirado nos princípios do movimento fascista italiano⁷.

Deste modo, conforme o sujeito-autor, a democracia só existe no papel, o povo não participa das tomadas de decisões e o que prevalece é o desejo da minoria, isto é, o querer sempre do mesmo grupo de políticos que se valem do poder para silenciar a população, impedindo até mesmo que manifestem suas preferências políticas e, com isso, inscreve-se no discurso da AIB. Ao trazer essa citação o sujeito-autor atualiza um dizer da década de 1930 e, com isso, a afirmação de que não houve progresso no Brasil.

Na quinta definição:

5. Democracia

Significado de Democracia Por Carlos (RS) em 04-10-2010

Utopia. Fórmula histórico-intelectual que jamais teve operacionalidade prática ou verdadeira ao longo da História.

*Em Atenas vigorava a **democracia**, o governo do povo pelo povo. Porém o “povo” era somente os patrícios, os de origem e sangue ateniense aristocrático: servos, escravos e camadas inferiores da população não tinha direito a voto.*

Essa definição, de um sujeito-autor que se identifica pelo nome, datada de 2010 geograficamente localizada no Rio Grande do Sul, apresenta somente uma acepção para a palavra *democracia*, significada, primeiramente, como “Utopia”, algo que jamais existiu de fato, ficando apenas no campo imaginário e reafirma a mesma ideia logo a seguir, “Fórmula histórico-intelectual que jamais teve operacionalidade prática ou verdadeira ao longo da História”.

Como exemplo para o uso da palavra o sujeito-autor escreve: “Em Atenas vigorava a democracia, o governo do povo pelo povo”. “Porém, o ‘povo’ era somente os patrícios, os de origem e sangue ateniense aristocrático: servos, escravos e camadas inferiores da população não tinha direito a voto”. Logo, pode-se dizer, nem todos os cidadãos participavam, evidenciando desta maneira a desigualdade social. Percebe-se uma relação de paráfrase, de equivalência em relação aos acontecimentos da sociedade antiga e os fatos em evidência na sociedade contemporânea, uma vez que, todos têm direito de votar, porém,

⁷ Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/plinio_salgado Acesso em: 12 set. 2024. [Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001].

nem todos reconhecem a importância do seu voto e, por essa ignorância, são facilmente iludidos, perdendo, com isso, o direito de conquistar uma vida melhor.

Assim, de acordo com as palavras utilizadas pelo sujeito-autor para definir e exemplificar *democracia*, o efeito de sentido é de que no Brasil não é possível a efetividade desse sistema de governo, já que não se diferencia de Atenas onde poucos tinham direito. Segundo o sujeito-autor, na sociedade brasileira, a divisão social de classe existe desde a sua formação, não possibilitando, portanto, os mesmos direitos para todos, de modo que poucos têm vez e voz, enquanto a maioria da população fica alheia a tudo o que acontece ao seu redor.

Na sexta definição:

6. Democracia

Significado de Democracia Por *Dicionário inFormal (SP)* em 04-10-2012 Do grego demo=povo e cracia=governo, ou seja, governo do povo. **Democracia** é um sistema em que as pessoas de um país podem participar da vida política. Esta participação pode ocorrer através de eleições, plebiscitos e referendos. Dentro de uma **democracia**, as pessoas possuem liberdade de expressão e manifestações de suas opiniões. A maior parte das nações do mundo atual seguem o sistema democrático. Embora tenha surgido na Grécia Antiga, a **democracia** foi pouco usada pelos países até o século XIX. Até este século, grande parte dos países do mundo usavam sistemas políticos que colocavam o poder de decisão nas mãos dos governantes. Já no século XX, a **democracia** passou a ser predominante no mundo.

*No Brasil atual existe **democracia***

Nessa definição o *Dicionário inFormal* se coloca como porta voz de um sujeito-autor, da cidade de São Paulo, no ano de 2012. A palavra é definida a partir da seguinte acepção: “Do grego demo= povo e cracia=governo, ou seja, governo do povo”, bem como, “é um sistema em que as pessoas de um país podem participar da vida política”. Há certa equivalência em relação a definições já apresentadas anteriormente estabelecendo uma relação de paráfrase com outras definições, pois pertence à estabilização e representa o mesmo, podendo ou não ser a reformulação uma de outra, no entanto, os exemplos não são os mesmos, tampouco seus sentidos, uma vez que, cada sujeito-autor é interpelado por um viés ideológico que se materializa na formação discursiva na qual está inserido, assim, enquanto um afirma já existir a democracia efetiva com amparo legal, o outro diz que a democracia está inserida no mundo, mas que ainda é recente a sua prática, voltando-se para a polissemia que pertence ao domínio do deslocamento, da ruptura dos processos de significação e representa o diferente.

Aponta, ainda, para o uso da palavra e traz como exemplo: “No Brasil atual existe democracia”. Considerando a maneira de construção desse sujeito-autor para definir a palavra, o efeito de sentido produzido é de que se trata de um sistema

político de governo aderido por muitas nações, inclusive a nação brasileira, e este sistema democrático vem ganhando espaço cada vez maior no mundo todo.

Na sétima definição apresentada pelo *Dicionário inFormal*:

7. Democracia

Significado de Democracia Por Nelson Francisco (SP) em 04-10-2010

Modelo político (sic) adotado por uma etnia ao qual concede liberdade da palavra e comportamento de igual direito para todos.

A eleição é verdadeiramente uma festa de uma nação e preserva os direitos de todos, assim como a oportunidade de escolher os seus governantes, onde UM PALHAÇO SE INSCREVE E MILHÕES DE IDIÓTAS (sic) ESCOLHEM ELE.

Quem nos apresenta é um sujeito-autor masculino que se identifica pelo nome, residente na cidade de São Paulo, em 2010. Este sujeito define *democracia* como “modelo político adotado por uma etnia, a qual concede às pessoas liberdade da palavra e comportamento de igual direito para todos”, logo, *democracia* significa igualdade para as pessoas de mesma nacionalidade e cultura. No entanto, esse sujeito-autor aponta para o uso da palavra com o seguinte exemplo:

A eleição é verdadeiramente uma festa de uma nação e preserva os direitos de todos, assim como a oportunidade de escolher os seus governantes, onde UM PALHAÇO SE INSCREVE E MILHÕES DE IDIÓTAS ESCOLHEM ELE.

O exemplo recupera a referência a um humorista, popularmente conhecido como “Tiririca”, eleito a deputado federal pelo estado de São Paulo em 2011. No exemplo, o sentido de *democracia* está associado às eleições, ao voto, aos direitos de escolha da população. Em letras maiúsculas, o enunciado “UM PALHAÇO SE INSCREVE E MILHÕES DE IDIÓTAS ESCOLHEM ELE”, evidencia uma crítica do sujeito-autor ao pleito eleitoral que desliza para a falta de seriedade dos eleitores na escolha de seus representantes.

Nota-se um preconceito do sujeito-autor sobre o candidato e seus eleitores, aqueles que o elegeram. Para o sujeito-autor da definição, um sujeito que fala da posição social de humorista, de palhaço, não pode assumir uma outra posição e a seriedade não o constitui. Essa maneira de olhar o mundo que o cerca explica-se, na AD, pela formação histórico-social a qual pertence os sujeitos, pois a essas formações discursivas correspondem posições políticas e ideológicas que têm entre si laços de aliança e dominação.

Na oitava definição:

8. Democracia

Significado de Democracia Por Dicionário inFormal (SP) em 31-01-2016

1. Governo em que o povo exerce a soberania.

*Vivemos em uma **democracia**.*

Observa-se que a palavra foi definida no ano de 2016 por um sujeito-autor que opta por não se identificar, residente na cidade de São Paulo. Assim, a definição é apresentada pelo *Dicionário inFormal*, o qual, se coloca como porta voz, assumindo o dizer de outro sujeito, estabelecendo, novamente, uma relação de paráfrase e polissemia entre os enunciados, os quais, possuem semelhanças na descrição para o significado da palavra, entretanto, os sentidos diferenciam-se, pois o contexto social e histórico de produção, assim como o sujeito-autor são outros, afetados pela língua de maneira distinta e inscritos em outras formações ideológicas que fundamentam a formação discursiva. O sujeito-autor define *democracia* como “Governo em que o povo exerce a soberania”, princípio básico das democracias, portanto, o poder político está no povo e nada acontecerá sem o consentimento dele.

Ao considerarmos as condições de produção sócio-históricas e ideológicas em que a definição foi publicada (Brasil ano 2016), temos um momento político bastante conturbado no Brasil, marcado pelo *impeachment* de Dilma Rousseff da presidência, e a prisão do, então, ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que à época estava sendo investigado pela Operação Lava-Jato e que naquele mesmo ano foi colocado como réu pela quinta vez em ações penais.

Pelo gesto de leitura, compreendemos que tudo o que falamos é marcado pela ideologia que se materializa em nossos discursos, pois como se sabe, “o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (Orlandi, 2001, p. 38). Assim, o sentido é “uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história” (Orlandi, 2001, p. 47), sendo assim, o sujeito-autor se inscreve em uma formação discursiva que ocupa a posição de militante, com ideologias que produzem a ilusão de que as pessoas do Brasil vivem em um país democrático e, ao fazer essa afirmação, produz o sentido de que o povo brasileiro é soberano nas decisões do país. Pelo enunciado afirmativo posto em funcionamento no exemplo, “Vivemos em uma democracia”, o sujeito-autor faz ressoar os acontecimentos sociais e o sentido de democracia é significado pela manifestação popular, esquecendo-se de discursos outros que manifestaram posições contrárias aos eventos de 2016 no Brasil.

Na nona definição apresentada pelo *Dicionário inFormal*:

9. Democracia

Significado de Democracia Por adriano do gas (BA) em 04-10-2008

Democracia é a forma de governo em que cada membro de um grupo ou sociedade participa direta ou indiretamente nas decisões de interesse comum.

Vivemos em democracia?

Quem nos apresenta é um sujeito-autor masculino, que se identifica pelo nome, residente na cidade de Bahia, em 2008. A definição traz apenas uma

acepção e um exemplo, sendo a palavra *democracia* definida como “a forma de governo em que cada membro de um grupo ou sociedade participa direta ou indiretamente nas decisões de interesse comum”, logo, conforme o sujeito-autor, o povo é ouvido por seus representantes e participa de decisões que visam o bem de toda comunidade, desse modo, o efeito de sentido produzido é de que nessa forma de governo as pessoas participam igualmente das decisões político-sociais do país, pois *democracia* significa liberdade e direitos iguais para todos.

No entanto, no exemplo apresentado pelo sujeito-autor para uso da palavra, “Vivemos em democracia”? observa-se um ponto de interrogação, produzindo o sentido de dúvida e incerteza se no Brasil de fato existe democracia. Sendo assim, pode-se dizer que este sujeito-autor fala de uma posição sujeito que não reconhece estar vivendo de fato em democracia, fazendo ressoar as desigualdades (sociais, raciais, econômicas, regionais, de gênero etc.).

Percebe-se, novamente, uma relação de paráfrase e polissemia com outras definições já apresentadas, pois existe o retorno ao mesmo dizer e, de acordo com a AD, um dizer retoma outro já dito, imaginado ou possível, sendo estes dizeres diferentes, porém, com sentidos semelhantes.

Na décima e última definição analisada neste artigo:

10. Democracia

Significado de Democracia Por JOAQUIM MOISES DE CARVALHO ABDO (SP) em 04-10-2010

Democracia...de origem grega arcaica (Demos=povo, Kratein=governo), significa o governo do povo, para o povo, e pelo povo. De tão grego arcaico que é fez com que Saramago (escritor português - falecido esse ano - autor entre outras obras de “Ensaio sobre a cegueira”) questionasse ser realmente a **democracia**, no mundo contemporâneo, expressão de funcionalidade de nossos Estados e governos.

*O povo elege seus governantes, e seus governantes obedecem e cumprem suas promessas e compromissos. Em uma **democracia** as instituições respeitam os cidadãos, e óbvio, vice-versa.*

Apresentada por um sujeito que se identifica pelo nome, *democracia* é aqui definida como “o governo do povo, para o povo, e pelo povo”. Este sujeito recorreu à autoridade de alguém que ocupou na sociedade um lugar social de escritor, bem como de comentarista político, para mostrar que esta definição não é recente e que ainda não é efetiva em nosso país.

O sujeito-autor, ao mencionar o escritor Saramago, faz alusão a uma de suas obras *Ensaio sobre a cegueira*, a qual trata de uma cegueira que se espalhou pela sociedade e desencadeou muitas situações de violências e humilhações, no entanto, também houve pessoas que em meio à situação de caos mostraram seu lado mais humano, ajudando os outros e demonstrando empatia.

A partir dos escritos de Saramago, apresentados pelo sujeito-autor em seus argumentos, quando existe democracia há respeito entre os envolvidos, no entanto, da forma como o sujeito define *democracia* e a exemplifica, por meio de uma cegueira generalizada, que nada mais é que a incapacidade do ser humano de se colocar no lugar do outro, produz o sentido de que no mundo atual o sistema de governo democrático não tem sido expressão de funcionalidade, isto é, os governantes não são coerentes em suas atitudes atentando-se apenas para os seus interesses individuais sem preocupar-se com as necessidades do povo, predominando o individualismo e a metáfora cegueira na sociedade contemporânea, logo, a ausência desse olhar afetivo para com as pessoas que o escolheram como representante faz com que a democracia de fato não se efetive.

Considerações finais

Este trabalho teve origem a partir de duas inquietações: o funcionamento do *Dicionário inFormal*, produzido não mais por um sujeito que ocupa o lugar social de lexicógrafo, mas por diferentes sujeitos em diferentes posições sociais e, os sentidos produzidos pela definição da palavra *democracia*, presente em diferentes discursos em circulação no contexto político e social atual. Para compreender o funcionamento e os sentidos dessas duas questões, embasamos nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso pecheuxtiana, tomando como *corpus* de estudo o *Dicionário inFormal*, no qual analisamos, além das condições de produção, que evidenciam transformações sobre os modos de se produzir dicionários, a definição da palavra *democracia*, para compreender como se constituem as definições e quais os sentidos produzidos para a palavra *democracia*.

Pelo gesto de leitura empreendido, embora a palavra *democracia* tenha sido reformulada em cada definição apresentada, há relações parafrásticas que produzem efeitos de sentido que remetem ao povo, ao poder que emana do povo, com participação ativa de toda população na vida política, portanto, um sentido firmado nos princípios fundamentais de igualdade social e liberdade de expressão.

No entanto, o texto de cada definição possui significados que estão de acordo com a formação discursiva a qual pertence o sujeito, assim, cada sujeito-autor, interpelado pela ideologia e controlado pela FD na qual se inscreve, compreende o mundo de forma diferente, já que a estas formações correspondem posições políticas e ideológicas. Dessa forma, ainda que as definições possuam regularidades, os exemplos instalam a contradição e fazem emergir o novo, pois rompem com o mesmo, haja vista que os sentidos não têm origem em nós, eles já foram ditos em outros lugares e contextos, logo, significam pela história e pela língua.

Por fim, retomamos a incompletude da linguagem, a qual faz com que sujeito, sentido e discurso, estejam sempre se refazendo em um constante movimento do simbólico e da história, pois, segundo Orlandi (2001, p. 52), “é condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia”. Desse modo, os sujeitos e os sentidos podem ser outros, ou não, tudo depende de como a língua os afeta e de sua inscrição em diferentes formações discursivas.

Referências

Dicionário *inFormal*. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/> Acesso em: 07 jul. 2024.

FREITAS, Ronaldo Adriano de.; MEDEIROS, Vanise Gomes de. Uma Análise do Processo de Migração de Dicionários de papel para a Web. **Anais do VIII Seminário dos alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF** – Estudos de Linguagem, UFF, n. 1, 2017.

HOUAISS, A. VILLAR, M. de. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2. reimp. alt. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. O dicionário informal e a relação do falante com a língua. *In: Revista da Anpoll*, v. 1, n. 37, 2014, p. 262-272. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/784>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ANÁLISE DE DISCURSO: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA AO PRECONCEITO SOCIAL RETRATADO NA CANÇÃO “CIDADÃO” ETERNIZADA NA VOZ DE ZÉ RAMALHO, COMPOSTA POR LÚCIO BARBOSA

Livia Barbosa Pacheco Souza¹

1. Introdução

A análise do discurso enquanto ferramenta teórica permite uma investigação profunda das construções sociais, culturais e históricas presentes nas mais variadas manifestações da linguagem (Ferreira; Mendonça, 2021). No contexto das produções artísticas, especialmente na música, o discurso reflete e questiona as condições sociais de seu tempo, funcionando tanto como uma forma de expressão quanto como um veículo de crítica social. A canção “Cidadão”, composta por Lúcio Barbosa e eternizada na voz de Zé Ramalho, é um exemplo emblemático de como a arte pode denunciar o preconceito social e dar voz à resistência popular frente às injustiças estruturais. Nessa obra, a música revela as dificuldades vividas pelas classes marginalizadas, ressaltando as contradições e exclusões que permeiam as relações de trabalho e cidadania no Brasil.

No atual cenário acadêmico, a música popular tem ganhado crescente relevância como objeto de estudo, pois ela transcende o entretenimento ao atuar como um mecanismo de crítica social. A análise do discurso presente em canções populares, como “Cidadão”, permite compreender as dinâmicas de opressão e resistência que atravessam as camadas sociais no Brasil. Estudos recentes vêm apontando a importância das manifestações culturais, especialmente da música, na formação da consciência coletiva e na mobilização de críticas contra preconceitos de classe, raça e gênero (Oliveira, 2017). A canção de Lúcio Barbosa destaca-se, nesse sentido, por retratar a exploração e invisibilidade social enfrentada por trabalhadores anônimos, gerando reflexões sobre o papel da música como ferramenta de denúncia e resistência.

¹ Pedagoga (UNEB), Psicopedagoga Institucional e Clínica (Faculdade Iguazu), Especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos (NEIM UFBA), em Gênero e Sexualidade na Educação (NUCUS UFBA), em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UNIAFRO UNILAB), e em História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira (Faculdade Iguazu). - E-mail: adm.liviapacheco@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>.

Cada vez mais, as pesquisas têm investigado o discurso social em obras artísticas como um dos marcos na denúncia de injustiças sociais no Brasil. Nesse contexto, essas canções se estabelecem como uma narrativa discursiva que questiona a falta de reconhecimento das classes populares e a exclusão social, ao mesmo tempo em que promove uma identificação coletiva com os problemas retratados (Leão; Vaisberg, 2014). É por meio dessa identificação que a música exerce um papel transformador, funcionando como um veículo de resistência que denuncia a marginalização e a opressão. Ao explorar o contexto socioeconômico de uma figura anônima e desvalorizada, a canção se torna uma ferramenta para entender as relações de poder e o preconceito estrutural que permeiam a sociedade.

Dessa forma, estudar o discurso presente em canções como “Cidadão” é de suma importância, pois permite analisar as formas pelas quais a arte reflete e combate preconceitos sociais. Além disso, oferece uma perspectiva crítica sobre como as produções culturais podem ser entendidas como um espaço de resistência e contestação. Analisar o discurso musical de maneira sistemática contribui para expandir o entendimento das desigualdades sociais e ajuda a desvelar as vozes e experiências daqueles que são historicamente silenciados. Nesse sentido, a música popular brasileira apresenta-se como uma rica fonte de estudo, na qual é possível identificar a confluência entre arte, política e resistência social.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo realizar uma análise discursiva da canção “Cidadão”, buscando compreender de que forma o preconceito social é retratado e denunciado por meio de seus elementos líricos. Para tanto, será adotada a abordagem da Análise de Discurso Crítica, a fim de examinar como a canção constrói narrativas de resistência e expõe a marginalização das classes trabalhadoras no Brasil. Além disso, o estudo pretende identificar os mecanismos discursivos que conferem à obra seu caráter de denúncia social, ressaltando a importância de sua mensagem no contexto da música popular brasileira.

2. Metodologia

A metodologia adotada para este estudo consiste em uma revisão bibliográfica, cuja finalidade é identificar, analisar e sintetizar as principais contribuições teóricas e empíricas sobre o tema proposto. A pesquisa foi realizada em bases de dados amplamente reconhecidas no meio acadêmico, como Scielo, Google Scholar, e CAPES Periódicos, visando garantir a qualidade e a relevância dos materiais consultados. Foram selecionados artigos científicos, teses, dissertações e livros que abordam questões relacionadas à análise do discurso, preconceito social e a importância da música popular como ferramenta de crítica e resistência. O critério de inclusão utilizado foi a pertinência ao

tema e a atualidade das publicações, priorizando textos publicados nos últimos 15 anos, sem desconsiderar clássicos da literatura que contribuíram para a fundamentação teórica do estudo.

A análise do material coletado seguiu os princípios da Análise de Discurso Crítica, metodologia que permite uma leitura detalhada dos discursos presentes nas produções culturais. Nesse sentido, foram examinados os textos acadêmicos que abordam tanto a obra “Cidadão” quanto o contexto social e histórico de sua produção, além de outros estudos que tratam da representação da exclusão e resistência social na música popular brasileira. A revisão foi estruturada de forma a identificar os principais temas e conceitos discutidos pela literatura, permitindo assim uma compreensão abrangente dos mecanismos discursivos de denúncia e resistência retratados na canção.

3. Resultados e Discussões

3.1 Contexto Histórico e Social da Canção “Cidadão”

A canção “Cidadão”, composta por Lúcio Barbosa e popularizada por Zé Ramalho, foi lançada em um contexto histórico marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas no Brasil. Nos anos 1970, o país vivia sob uma ditadura militar (1964-1985), período de forte repressão política e censura à liberdade de expressão. Durante esse regime, a produção cultural, incluindo a música popular, desempenhou um papel fundamental na crítica ao autoritarismo e na denúncia das injustiças sociais. “Cidadão” emerge como uma manifestação artística que reflete a marginalização dos trabalhadores brasileiros, explorando temas como a invisibilidade social, a exclusão e o preconceito de classe. O cenário sociopolítico da época, marcado pela concentração de renda e a urbanização acelerada, proporcionou o pano de fundo ideal para a criação de uma canção com essa carga crítica (Frazão; Moraes, 2023).

O processo de urbanização, iniciado nas décadas anteriores, intensificou-se nos anos 1970, levando milhares de trabalhadores do campo para as grandes cidades em busca de emprego. A construção civil, em especial, tornou-se um dos principais setores absorvedores de mão de obra, mas em condições extremamente precárias. As grandes obras de infraestrutura, símbolo do “milagre econômico” promovido pelo regime militar, exigiam a mão de obra de trabalhadores que, apesar de fundamentais para o desenvolvimento urbano, eram relegados à marginalização. A canção “Cidadão” denuncia essa contradição ao narrar a história de um trabalhador que, apesar de ter contribuído para a construção da cidade, não é reconhecido como parte legítima dessa sociedade moderna que ajudou a edificar.

A letra da canção também dialoga com o sentimento de alienação vivenciado por esses trabalhadores que, embora responsáveis pela construção de edifícios, pontes e estradas, eram excluídos dos benefícios que essas obras proporcionavam. O protagonista da canção, ao descrever o seu trabalho e sua contribuição para a cidade, revela o paradoxo de sua própria existência: ele constrói, mas permanece à margem. Esse sentimento de exclusão é reforçado pela estrutura das relações de trabalho da época, que privilegiavam a elite econômica e política, deixando os trabalhadores braçais em uma situação de extrema vulnerabilidade. A canção, portanto, não é apenas um relato pessoal, mas um retrato coletivo de uma classe trabalhadora invisibilizada (Rosa, 2023).

O preconceito de classe que permeia a sociedade brasileira é outro elemento central no contexto histórico e social da canção “Cidadão”. A música evidencia as barreiras sociais que impedem a ascensão e a integração plena dos trabalhadores menos favorecidos. A figura do “cidadão” na canção é irônica, pois, apesar de tecnicamente ser parte da cidade e da sociedade, o trabalhador não é tratado como tal. Ele é visto como inferior, tanto social quanto economicamente, refletindo as tensões de classe profundamente enraizadas no Brasil. A letra da canção faz uma crítica velada a essa hierarquia social, onde o valor do indivíduo é medido por sua posição econômica e não por sua contribuição para o bem comum.

Além disso, o regime militar, com sua ideologia de ordem e progresso, enfatizava uma visão desenvolvimentista que não levava em consideração as condições de vida das classes trabalhadoras (Visentini, 2022). Ao construir uma narrativa em que o protagonista enfrenta as consequências diretas desse modelo, a canção denuncia a face excludente do desenvolvimento urbano e industrial. A letra ressalta que, embora o progresso seja celebrado como uma conquista nacional, esse avanço é construído às custas da exploração de trabalhadores que permanecem invisíveis nos grandes projetos da nação. Esse contraste entre progresso material e exclusão social é uma marca registrada do Brasil da época, que “Cidadão” expõe de maneira contundente.

Sendo assim, é importante destacar o papel da música popular como veículo de contestação e resistência durante a ditadura militar. Mesmo em um contexto de forte censura, canções como “Cidadão” conseguiram passar por restrições e alcançar o público, transmitindo uma crítica sutil, porém poderosa, às condições sociais da época. A música, com sua linguagem metafórica e simbólica, oferecia um espaço para a reflexão sobre as injustiças vividas pela população marginalizada. A canção “Cidadão” não apenas retrata a realidade dura do trabalhador brasileiro, mas também oferece uma voz de resistência, um espaço para a denúncia das desigualdades sociais e para a reflexão sobre o papel de cada indivíduo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3.2 O Papel da Música Popular na Denúncia Social

A música popular brasileira, ao longo da história, desempenhou um papel central como instrumento de denúncia social, especialmente em momentos de crise política e exclusão social. Desde os primórdios da MPB, artistas e compositores têm utilizado suas canções para abordar temas como desigualdade, opressão e injustiça, tornando-se uma voz poderosa para aqueles que, muitas vezes, não têm espaço nas arenas tradicionais de poder (Guerra, 2022). No contexto de regimes autoritários, como a ditadura militar no Brasil (1964-1985), a música se consolidou como uma forma de resistência, trazendo à tona as tensões sociais que eram silenciadas pela repressão estatal. Nesse sentido, canções como “Cidadão” se inserem em uma tradição de crítica social, onde o lirismo e a melodia servem como veículo para uma mensagem de contestação.

A música popular tem a capacidade de transcender barreiras culturais e sociais, alcançando uma ampla gama de ouvintes, independente de classe, escolaridade ou acesso à cultura formal. Essa acessibilidade faz dela um meio eficaz de comunicação, especialmente para denunciar as injustiças sociais. Ao contrário de discursos políticos e acadêmicos, que muitas vezes estão restritos a determinados círculos, a música consegue penetrar nas camadas mais diversas da sociedade, sensibilizando o público para questões que talvez não fossem discutidas de outra forma. A canção “Cidadão”, por exemplo, ao narrar a história de um trabalhador marginalizado, faz com que o ouvinte reflita sobre a invisibilidade social, o preconceito de classe e a exclusão, sem a necessidade de linguagem técnica ou especializada.

Além disso, a música popular oferece uma plataforma de identificação e empatia, permitindo que os ouvintes se reconheçam nas histórias e nas emoções retratadas (Mizrahi, 2016). No caso de “Cidadão”, a figura do trabalhador anônimo, que constrói a cidade, mas é impedido de usufruir dos frutos de seu trabalho, ressoa com a realidade de muitos brasileiros que se encontram em situações de exclusão. A música, portanto, não apenas denuncia uma situação de injustiça, mas também cria um espaço para que os ouvintes se sintam representados e ouvidos. Esse caráter coletivo da música popular é fundamental para seu papel na denúncia social, pois fomenta um senso de solidariedade e resistência, ao mesmo tempo em que critica as estruturas de poder.

A dimensão simbólica da música popular também contribui para sua força como ferramenta de denúncia social. Por meio de metáforas, símbolos e alegorias, os compositores conseguem abordar temas delicados e politicamente sensíveis, muitas vezes escapando da censura ou da repressão direta. Durante a ditadura militar, por exemplo, muitas canções utilizaram linguagens poéticas e indiretas para criticar o regime, sem, no entanto, mencionar explicitamente o

contexto político. Em “Cidadão”, a história do trabalhador que constrói a cidade, mas é excluído dela, serve como uma metáfora para as contradições de um sistema que valoriza o desenvolvimento econômico, mas ignora as necessidades e os direitos das classes trabalhadoras. Esse uso da linguagem simbólica torna a música um meio seguro e eficaz de crítica, mesmo em tempos de repressão.

Outro aspecto relevante da música popular na denúncia social é sua capacidade de perpetuar e transmitir memórias coletivas. As canções não apenas denunciam as injustiças do presente, mas também preservam as histórias de resistência e luta de gerações passadas, mantendo viva a memória das lutas sociais (Aguiar, 2008). No caso de “Cidadão”, a narrativa do trabalhador marginalizado serve como um lembrete das condições enfrentadas por milhões de brasileiros ao longo da história. A música popular, ao eternizar essas histórias, ajuda a formar uma consciência crítica coletiva, que transcende o tempo e o espaço, e inspira futuras gerações a questionar as desigualdades estruturais.

Em suma, o papel da música popular na denúncia social está intimamente ligado à sua capacidade de promover mudanças de mentalidade e sensibilizar para questões sociais. Ao trazer à tona as experiências de grupos marginalizados, a música não apenas denuncia as injustiças, mas também provoca uma reflexão sobre a necessidade de transformação social. No caso de “Cidadão”, a canção denuncia a exclusão social, mas também desperta nos ouvintes uma indignação em relação a essa realidade, incentivando uma reavaliação das estruturas sociais que perpetuam o preconceito e a desigualdade. Assim, a música popular, além de seu valor artístico, cumpre um papel social fundamental, atuando como um catalisador para a mudança e a construção de uma sociedade mais justa.

3.3 Análise Discursiva da Canção “Cidadão”

A canção “Cidadão”, composta por Lúcio Barbosa e eternizada na voz de Zé Ramalho, apresenta um discurso poderoso que evidencia a marginalização social e o preconceito de classe, retratando a experiência de invisibilidade vivida por muitos trabalhadores brasileiros. A análise discursiva da canção revela um texto que, embora simples na forma, carrega um forte teor de denúncia e resistência, revelando as tensões sociais que permeiam as relações de trabalho e o sistema econômico no Brasil. A letra constrói a figura de um trabalhador que, apesar de ser fundamental para a construção da cidade e da sociedade moderna, permanece excluído e invisibilizado. Esse discurso reflete uma crítica à estrutura social excludente, que valoriza o progresso material, mas negligencia o indivíduo que o torna possível (Rosa, 2024).

Logo no início da canção, o eu lírico se apresenta como parte fundamental da construção da cidade: “Tá vendo aquele edifício moço, ajudei a levantar”. Essa

frase inicial já define o tom da narrativa, onde o trabalhador reivindica seu papel como construtor de algo maior, um edifício que simboliza o desenvolvimento urbano e o progresso social. No entanto, a frase também carrega uma ironia implícita, pois, apesar de sua contribuição, ele não desfruta dos benefícios dessa modernização. O discurso aqui revela uma contradição típica das sociedades capitalistas, nas quais a classe trabalhadora constrói, mas é excluída dos espaços que ajuda a edificar. A escolha do verbo “ajudei” também reforça a ideia de participação marginal, sugerindo que o trabalhador não foi o protagonista, mas um colaborador desvalorizado.

Ao longo da letra, o discurso evolui para uma descrição mais pessoal do sentimento de exclusão social. Frases como “Eu também não posso entrar” e “Criança de pé no chão aqui não pode estudar” reforçam o distanciamento entre o trabalhador e os frutos de seu trabalho. Há uma clara oposição entre os espaços que ele constrói e os que ele ocupa. Essa construção discursiva evidencia a fragmentação social, onde os trabalhadores são excluídos dos ambientes que constroem e confinados à marginalidade. A canção, portanto, não só denuncia a invisibilidade do trabalhador, mas também expõe o sistema de segregação que o mantém afastado dos espaços de privilégio. Essa exclusão se apresenta não apenas de maneira física, mas também simbólica, representando o afastamento social e a falta de reconhecimento (Frazão; Moraes, 2023).

Outro elemento discursivo relevante na canção é o uso da repetição. A frase “Eu também trabalhei lá” aparece em momentos-chave, reforçando a ideia de que, apesar de sua contribuição, o trabalhador não é reconhecido como cidadão pleno. A repetição funciona como uma forma de enfatizar a importância do trabalhador na construção da cidade, ao mesmo tempo que denuncia sua invisibilidade social. Esse recurso retórico intensifica a mensagem de injustiça, sublinhando o contraste entre o trabalho realizado e o reconhecimento negado. Ao repetir essa afirmação, o eu lírico parece buscar uma validação que nunca chega, o que acentua ainda mais sua frustração e indignação.

O discurso também faz uso de uma linguagem direta e coloquial, o que aproxima o ouvinte da realidade do trabalhador. O tom informal e a simplicidade das palavras conferem autenticidade à narrativa, fazendo com que a experiência retratada pareça ainda mais crível e palpável (Tada; Müller, 2022). Essa escolha estilística é estratégica, pois torna a mensagem acessível a um público amplo, enquanto mantém a profundidade crítica. A simplicidade da linguagem, aliada ao teor emocional da letra, provoca empatia no ouvinte, ao mesmo tempo que reforça o distanciamento entre o trabalhador e a elite que ele serve. O uso de uma linguagem acessível também reflete a própria condição do personagem: simples, invisível, mas fundamental.

Por fim, o discurso de “Cidadão” culmina em uma reflexão crítica sobre o papel da classe trabalhadora na sociedade moderna. Ao final da canção, o trabalhador reconhece sua invisibilidade, mas ao mesmo tempo denuncia a injustiça de sua condição. Ele constrói a cidade, mas é excluído dela; é fundamental para o progresso, mas não é reconhecido como parte integrante desse progresso. A canção termina com uma nota de resignação, mas também de denúncia, ao expor as contradições de um sistema que valoriza o trabalho, mas desvaloriza o trabalhador. A análise discursiva revela, portanto, uma crítica profunda à hierarquia social e à forma como o trabalhador é marginalizado, mesmo sendo essencial para a estrutura da sociedade.

3.4 Representação do Trabalhador Invisível na Canção

A canção “Cidadão” retrata de maneira sensível e contundente a figura do trabalhador invisível, um personagem que, apesar de ser essencial para a construção material e simbólica da sociedade, permanece à margem, sem reconhecimento ou valorização. O trabalhador descrito na letra é aquele que participa ativamente da edificação de grandes obras, como edifícios e cidades, mas, paradoxalmente, é excluído dos frutos do seu próprio trabalho. A invisibilidade social desse personagem não se limita à sua ausência nos espaços de poder e prestígio; ela é também uma invisibilidade simbólica, onde o trabalhador, embora esteja presente e atue de forma essencial, é ignorado e marginalizado. Esse quadro denuncia uma realidade comum em sociedades desiguais, nas quais o trabalho braçal é desvalorizado e o trabalhador é tratado como uma mera engrenagem na máquina social (Lima, 2020).

A construção da invisibilidade do trabalhador na canção começa logo no início, quando o eu lírico afirma: “Tá vendo aquele edifício moço, eu ajudei a levantar”. Essa frase revela a natureza do trabalho do personagem, que atua diretamente na criação do ambiente urbano, mas também sugere o distanciamento entre ele e aquilo que ele constrói. Ao usar o verbo “ajudei”, o trabalhador se coloca como parte de um processo coletivo, mas também denuncia sua falta de protagonismo e reconhecimento. Ele é fundamental para a obra, mas sua contribuição é minimizada, refletindo a forma como as sociedades tendem a desvalorizar o trabalho manual e a marginalizar aqueles que o realizam. Assim, a canção constrói uma imagem do trabalhador como um sujeito à margem, invisível, cujos esforços são indispensáveis, mas pouco reconhecidos.

Nesse sentido, a letra também trabalha com o conceito de exclusão ao abordar a relação do trabalhador com o espaço urbano. Embora tenha ajudado a levantar o edifício, o trabalhador afirma que não pode entrar nele, uma metáfora para a segregação social e espacial que caracteriza muitas cidades.

Essa exclusão reforça a invisibilidade do trabalhador que, apesar de construir os espaços que simbolizam o progresso e o desenvolvimento, permanece apartado de seu usufruto. O “edifício” pode ser entendido, portanto, como um símbolo da sociedade capitalista, que se beneficia do trabalho dos mais pobres, mas nega a eles o acesso a condições dignas de vida. A canção expõe, assim, a contradição entre o papel essencial do trabalhador na construção da cidade e sua exclusão sistemática dos espaços que ele próprio ajudou a criar (Tada; Müller, 2022).

A invisibilidade do trabalhador na canção “Cidadão” também é reforçada pela ausência de voz e de poder. O eu lírico narra sua experiência de forma quase resignada, como se estivesse ciente de sua condição de marginalização, mas incapaz de alterá-la. Esse sentimento de impotência é uma característica comum nas representações do trabalhador invisível, que muitas vezes é retratado como alguém que trabalha sob condições adversas, sem autonomia ou poder para mudar sua situação. A ausência de voz simbólica, evidenciada na canção, reflete a falta de representação política e social dos trabalhadores braçais nas esferas de decisão e prestígio. Assim, a canção “Cidadão” oferece uma crítica não apenas à exclusão material do trabalhador, mas também à sua exclusão simbólica, que o mantém em uma posição de subalternidade.

Outro elemento importante na construção da invisibilidade do trabalhador é a forma como a canção trata da relação entre trabalho e cidadania. O título da canção, “Cidadão”, já carrega uma ironia, pois o trabalhador, apesar de ser essencial para a manutenção da cidade, não é tratado como um cidadão pleno. Ele não tem acesso aos direitos básicos de cidadania, como moradia e dignidade e sua identidade parece estar limitada apenas à sua função de trabalhador. Essa limitação reflete a forma como, em muitas sociedades, a cidadania é negada ou reduzida para as classes trabalhadoras, que são vistas apenas em termos de sua utilidade econômica, e não como sujeitos de direitos. A canção, portanto, denuncia a desumanização do trabalhador, cuja condição de cidadão é negada ou ignorada pela sociedade que ele ajuda a construir (Rosa, 2024).

Em suma, a canção “Cidadão” oferece uma representação poderosa e crítica do trabalhador invisível, abordando tanto sua exclusão material quanto simbólica. Por meio de uma narrativa simples, mas profundamente simbólica, a canção denuncia as contradições de uma sociedade que depende do trabalho braçal, mas ao mesmo tempo marginaliza e invisibiliza aqueles que o realizam. A construção discursiva da canção evidencia a invisibilidade do trabalhador não apenas como uma condição de ausência física, mas como uma exclusão mais ampla, que abrange aspectos sociais, políticos e simbólicos. Dessa forma, “Cidadão” se torna uma peça central na denúncia da desigualdade social, utilizando a figura do trabalhador invisível para questionar as estruturas de poder e as relações de classe que perpetuam a marginalização.

3.5 Preconceito Social e Suas Implicações no Discurso da Canção

O preconceito social, evidenciado no discurso da canção “Cidadão”, revela a forma como determinadas classes sociais são marginalizadas e excluídas dos espaços de poder e reconhecimento. A letra expõe essa realidade ao narrar a história de um trabalhador que, apesar de ter participado diretamente na construção de grandes obras, não recebe o devido reconhecimento por seu esforço. Essa falta de valorização é uma manifestação clara do preconceito social, que desconsidera a importância do trabalho braçal e marginaliza aqueles que o realizam. A canção, portanto, utiliza o discurso para criticar o tratamento desigual reservado a essas camadas da sociedade, destacando o abismo entre o trabalhador e a elite que usufrui dos frutos do seu trabalho.

De acordo com Rosa (2024), o preconceito social retratado na canção também se reflete na forma como o trabalhador é segregado dos espaços que ele próprio construiu. A exclusão física mencionada na canção – o fato de que o personagem ajudou a levantar edifícios, mas não pode entrar neles – simboliza a divisão social que permeia as cidades modernas. O trabalhador é visto como um sujeito funcional, necessário para o desenvolvimento urbano, mas sem direito de participar plenamente da vida que esses espaços oferecem. Essa situação denuncia uma hierarquia social rígida, onde o preconceito impede que aqueles que ocupam posições subalternas ascendam social e economicamente, mantendo-os restritos a seus papéis tradicionais de “serventia”.

Além disso, o discurso da canção evidencia a forma como o preconceito social afeta a autoestima e a percepção do trabalhador sobre si mesmo. O eu lírico, ao narrar sua história, faz isso com um tom de resignação, como se aceitasse sua condição de inferioridade. Essa aceitação pode ser interpretada como resultado de anos de marginalização e preconceito, que fazem com que o indivíduo internalize a ideia de que ele não é digno dos mesmos direitos e privilégios que aqueles pertencentes a classes mais altas. O preconceito social, assim, não apenas exclui fisicamente o trabalhador, mas também molda sua visão de mundo e sua identidade, perpetuando um ciclo de subalternidade e marginalização.

Outro aspecto importante é a forma como o preconceito social retratado na canção se articula com as estruturas de poder. A exclusão do trabalhador reflete a lógica de um sistema que privilegia determinados grupos em detrimento de outros, concentrando poder e recursos nas mãos de uma elite. O preconceito social, nesse sentido, não é apenas uma questão de discriminação individual, mas um mecanismo que sustenta e perpetua desigualdades sistêmicas. A canção “Cidadão” critica essa estrutura ao mostrar como o trabalhador é excluído tanto dos benefícios materiais quanto do reconhecimento simbólico de sua

contribuição para a sociedade. Ele constrói, mas não participa; ele é essencial, mas invisível (Lima, 2020).

A letra também sugere que o preconceito social, além de ser uma questão de classe, está intimamente ligado à noção de cidadania. O título da canção, “Cidadão”, carrega uma ironia amarga, pois o personagem principal, embora essencial para o funcionamento da sociedade, não é tratado como um cidadão de pleno direito. O preconceito social, nesse caso, não se limita à discriminação baseada em status econômico, mas afeta diretamente o reconhecimento dos direitos básicos de cidadania. O trabalhador, ao ser marginalizado, é privado de direitos fundamentais, como moradia digna e participação nos espaços que ele ajudou a construir. Essa exclusão demonstra como o preconceito social opera para limitar a cidadania daqueles que estão nas camadas mais baixas da hierarquia social.

Nesse contexto, o preconceito social presente no discurso da canção também revela uma crítica à ideia de meritocracia, frequentemente usada para justificar a desigualdade social. O trabalhador, mesmo sendo essencial e dedicado, permanece excluído e marginalizado, questionando a narrativa de que o esforço individual é suficiente para ascender socialmente. A canção “Cidadão” expõe as falácias dessa ideologia ao mostrar que, mesmo contribuindo de maneira significativa para a sociedade, o trabalhador não tem acesso aos mesmos direitos e oportunidades que aqueles que estão em posições privilegiadas. O preconceito social, portanto, é apresentado não apenas como uma discriminação contra o trabalhador, mas como um mecanismo que sustenta a própria estrutura de desigualdade que impede a mobilidade social e o acesso à cidadania plena.

3.6 A Resistência como Forma de Identidade Coletiva

A resistência, como forma de identidade coletiva, é uma temática recorrente nas expressões culturais, especialmente em canções de protesto como “Cidadão”. Nessa perspectiva, a resistência não se limita à luta individual do trabalhador, mas se expande para uma experiência coletiva compartilhada por todos aqueles que se encontram nas margens da sociedade. A canção, ao narrar a exclusão e a invisibilidade do trabalhador, convoca uma reflexão sobre como a resistência é construída no cotidiano de pessoas que, embora marginalizadas, encontram formas de reivindicar sua dignidade e seus direitos. Essa luta silenciosa contra a opressão, em muitos casos, constitui a base de uma identidade comum entre aqueles que enfrentam as mesmas dificuldades e preconceitos (Bodart; Marchiori, 2012).

A construção da identidade coletiva por meio da resistência também pode ser observada na forma como a canção “Cidadão” dá voz a uma classe social frequentemente silenciada. A canção funciona como um grito de

protesto contra as estruturas de poder que mantêm o trabalhador à margem da sociedade, ao mesmo tempo em que fortalece a identificação entre os ouvintes que compartilham dessa condição. Assim, a resistência não se manifesta apenas na revolta explícita, mas também na capacidade de unir pessoas em torno de um sentimento comum de injustiça e exclusão. A música, nesse sentido, torna-se um veículo poderoso para essa mobilização, criando uma conexão emocional e simbólica entre os ouvintes e as questões sociais que ela denuncia.

Além disso, a resistência presente na canção aponta para a ideia de que, mesmo em condições de opressão, existe um senso de pertencimento e orgulho na identidade do trabalhador. Ao expor as injustiças enfrentadas por esse grupo social, a canção não apenas denuncia a exclusão, mas também destaca a importância do papel desempenhado por esses trabalhadores na construção da sociedade. Esse reconhecimento, mesmo que simbólico, fortalece a identidade coletiva dos trabalhadores, que passam a ver seu valor refletido na cultura popular. A canção, ao dar visibilidade a essa realidade, contribui para a resistência ao preconceito e à marginalização, resgatando a dignidade daqueles que são frequentemente esquecidos ou subestimados (Frazão; Moraes, 2023).

A resistência, como forma de identidade coletiva, também pode ser entendida no contexto da luta por direitos. A canção “Cidadão” retrata a frustração do trabalhador diante de sua exclusão dos espaços que ajudou a construir, mas essa exclusão também pode ser vista como um estímulo para a organização e mobilização coletiva. Historicamente, trabalhadores e classes marginalizadas têm se unido em movimentos sociais e sindicatos para reivindicar melhores condições de trabalho e direitos civis. A canção reflete esse espírito de luta, mostrando que, embora o trabalhador individual possa ser silenciado ou invisibilizado, a força da resistência coletiva é capaz de questionar e, eventualmente, transformar as estruturas que perpetuam a desigualdade.

Outro aspecto relevante da resistência como forma de identidade coletiva é a capacidade de transformar o sofrimento em ação política (Svartman; Galeão-Silva, 2016). A narrativa da canção “Cidadão”, embora retrate a dor e a exclusão do trabalhador, também sugere que a consciência dessas condições pode ser o ponto de partida para a resistência ativa. Ao compartilhar suas experiências e encontrar apoio em uma comunidade maior, o trabalhador pode transformar sua resignação em luta por mudanças sociais. Essa transformação é um aspecto central da resistência coletiva: o reconhecimento de que a injustiça não é uma condição inescapável, mas algo que pode ser desafiado e alterado por meio da ação conjunta.

Finalmente, a resistência, como identidade coletiva, é um processo contínuo que se alimenta da memória e da solidariedade entre as gerações. A

canção “Cidadão” não fala apenas do trabalhador de um tempo específico, mas resgata uma história de lutas e resistências que atravessa gerações. A identidade coletiva dos trabalhadores, nesse sentido, não se limita a uma experiência individual ou momentânea, mas é uma construção histórica que se reflete nas narrativas culturais, nas canções de protesto e nas mobilizações sociais. A resistência, portanto, torna-se um elemento fundamental para a preservação e fortalecimento dessa identidade, criando laços de solidariedade que transcendem o tempo e as circunstâncias.

4. Considerações Finais e Perspectivas Futuras

Os resultados sobre a análise da canção “Cidadão” revelam a importância da música popular como um poderoso veículo de denúncia e resistência ao preconceito social. Através de sua letra, a canção não apenas expõe as injustiças enfrentadas pelo trabalhador, mas também convida à reflexão sobre as estruturas sociais que perpetuam a exclusão e a marginalização. Essa obra de Zé Ramalho, composta por Lúcio Barbosa, ilustra como a música pode servir de espaço de resistência, onde experiências coletivas são compartilhadas e reconhecidas, fortalecendo a identidade dos grupos oprimidos. Assim, a canção se torna um testemunho da luta pela dignidade e pela valorização do trabalho, ressoando fortemente nas lutas sociais contemporâneas.

Em termos de perspectivas futuras, é fundamental que novas pesquisas continuem a explorar o papel da música popular na construção da consciência social e na promoção da resistência a injustiças. Estudos que abordem a relação entre música e movimentos sociais, bem como a ressonância de canções como “Cidadão” em contextos atuais, podem contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e resistência na sociedade contemporânea. Além disso, a intersecção entre a música e outras formas de expressão cultural, como literatura e artes visuais, pode abrir novos caminhos para a reflexão sobre a identidade coletiva e a luta contra o preconceito social, reforçando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar nas investigações futuras.

Referências

- AGUIAR, Wisley Francisco. Música e Crítica Social em Adorno. *In: Controvérsia*, v. 4, n. 1, 2008, p. 27-38. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/view/6745>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- BODART, Cristiano das Neves; MARCHIORI, Cassiane da Ramos. Memória, identidade e resistência: o desenvolvimento econômico como ameaça. *In: Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 20, n. 1, 2012, p. 76-86. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/>

article/view/8645730. Acesso em: 15 nov. 2024.

FERREIRA, Oséias Soares; MENDONÇA, Cristiane Maria Oliveira. Teoria do Discurso: uma ferramenta de análise dos movimentos sociais e da educação. *In: Revista VOX*, n. 12, 2021, p. 81-94. Disponível em: <https://www.fadileste.edu.br/revistavox/index.php/revistavox/article/view/19/14>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FRAZÃO, Francisco Adelino de Sousa; MORAES, Jonas Rodrigues. Música, literatura e história: uma análise da canção “Cidadão”, de Lúcio Barbosa. *In: SOUZA, Douglas de; LIMA, Wanderson. (Org.). As crises do contemporâneo no audiovisual*. São Luís: Editora da Universidade Estadual do Maranhão, 2023, p. 37-70. Disponível em: <https://www.editorauema.uema.br/wp-content/uploads/files/2024/03/livro-as-crises-do-contemporaneo-no-audiovisual-2-capa-1710345414.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

GUERRA, Paula. Barulho! Vamos deixar cantar o Fado Bicha. Cidadania, resistência e política na música popular contemporânea. *In: Revista Antropológicas*, v. 65, n. 2, 2022, p. 1-26. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/197977/188043>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LEÃO, Thaís Salgueiro; VAISBERG, Tania Maria José Aiello. **Abordagem psicanalítica de imaginários coletivos sobre (des)esperança em canções da música popular brasileira: Cazua**. XIX Encontro de Iniciação Científica. Anais. Campinas: PUC Campinas, 2014.

LIMA, Paula Renata Almeida. Uma análise semiótica da letra da música “Cdadão” de Lúcio Barbosa. *In: Revista Coralina*, v. 2, n. 2, 2020, p. 4-20. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/coralina/article/view/11249>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MIZRAHI, Mylene. A Música como Crítica Social: lógica dual e riso conectivo no funk carioca. *In: Revista Antropológicas*, v. 27, n. 2, 2016, p. 64-96. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaantropologicas/article/view/24023/19485>. Acesso em: 15 nov. 2024.

OLIVEIRA, Cleber Rocha. Colonialidade e Crítica Social: Análise da Música “Índios” Legião Urbana 1986. *In: RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 3, n. 3, 2017, p. 1-11. Disponível: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/868/474>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ROSA, Bruno Emanuel dos Santos. Relato histórico do trabalhador nordestino no século XX: análise da letra da canção Cidadão do compositor Lúcio Barbosa. *In: Revista Acadêmica Lampiar*, v. 3, n. 1, 2024, p. 106-119. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/LAMP/article/view/5868/4147>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SVARTMAN, Bernardo Parodi; GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. Comunidade e resistência à humilhação social: Desafios para a psicologia

social comunitária. *In: Revista Colombiana de Psicología*, v. 25, n. 2, 2016, p. 331-349.

TADA, Elton Vinicius Sadao; MÜLLER, Veronica Regina. Educação e preocupação suprema a partir da música “Cidadão” de Lucio Barbosa. *In: Revista Eletrônica Correlatio*, v. 21, n. 1, 2022.

VISENTINI, Paulo Fagundez. A Política Externa do Regime Militar: da Ideologia ao Pragmatismo. *In: Locus: Revista de História*, v. 28, n. 1, 2022, p. 38-63. *In: Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/locus/article/view/36329/24492>. Acesso em: 15 nov. 2024.*

ESCRavidÃO CONTEMPORânea E CINEMA: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DO FILME *PUREZA*, DE RENATO BARBIERI

*Mailso Atankevcz da Luz*¹

*Maxmillian Gomes Schreiner*²

*Sandra Mara da Silva Marques Mendes*³

Introdução

O cinema brasileiro, desde seu surgimento, na década de 1960, até os dias atuais, construiu, para si, uma imagem de instrumento de crítica e denúncia social (Rossini, 2007). Grupos marginalizados, como mulheres, pessoas negras, indígenas, membros da comunidade LGBTQIAPN+, imigrantes, dentre outros, quase sempre invisibilizados nas histórias ficcionais de maior sucesso da televisão – as telenovelas –, encontravam espaço nas telas dos cinemas, ainda que de forma desigual e com um alcance muito menor.

Em 1964, ano do golpe militar que culminou em uma ditadura no país, o renomado cineasta Glauber Rocha lançou seu filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, em que denunciava as agruras da vida dos sertanejos no interior do Nordeste. Na década seguinte, em 1974, Nelson Pereira dos Santos estreou sua longa-metragem *O Amuleto de Ogum*, no qual trazia, para as telas, as religiões de matriz africana, quase sempre mal vistas na mídia tradicional. Em 1981, o diretor Leon Hirszman levou, aos cinemas, sua obra *Eles Não Usam Black-tie*, em que abordava as lutas dos movimentos sindicais industriais que efervesciam durante os anos da segunda década do regime militar que governava o Brasil.

Na década de 1990, mais precisamente em 1996, era lançado *Como Nascem os Anjos*, de Murilo Salles, longa que dramatizava as difíceis condições de vida de crianças nascidas e criadas em meio ao tráfico nas comunidades do Rio de Janeiro. Em 2001, na década seguinte, Nando Olival e Fernando Meirelles

1 Graduado em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/Guarapuava). E-mail: mailsoluz@gmail.com.

2 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), no qual é bolsista CAPES. E-mail: maxgschreiner@gmail.com.

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); área de concentração em Linguagem e Sociedade. Professora colaboradora do curso de Letras da UNICENTRO. E-mail: profesandramendes@gmail.com.

lançaram o filme *Domésticas*, que, com humor ácido e protagonismo feminino, colocava em destaque as aspirações e angústias de trabalhadoras domésticas nos grandes centros do país. Em 2019, apresentado em festivais de cinema nacionais e internacionais, *Pureza*, de Renato Barbieri, trouxe, para os holofotes, a questão do trabalho análogo à escravidão no Brasil contemporâneo. É justamente este o filme elencado para servir de objeto de análise no presente capítulo.

De caráter biográfico, *Pureza* dramatiza a história da maranhense Pureza Lopes Loyola, uma oleira e, posteriormente, ativista pelos direitos humanos que, em 1996, em busca de seu filho Abel, que havia saído de casa para trabalhar no garimpo, no interior do Pará, se infiltrou em uma fazenda trabalhando como cozinheira, e lá testemunhou e documentou as condições análogas à escravidão a que os trabalhadores eram submetidos. Após três anos sendo também submetida a condições degradantes, Pureza conseguiu fugir e levou as provas da escravização que coletou até a sede do Governo Federal, em Brasília, e, mesmo enfrentando dificuldades, conseguiu dismantlar esse núcleo de trabalho escravo no interior da região norte brasileira. Por sua luta, ela foi reconhecida internacionalmente, tendo recebido, em 1997, o *Anti-Slavery Award*, da organização abolicionista *Anti-Slavery International* (G1, 2023, *Online*).

O Código Penal brasileiro, no artigo 149, classifica como condições análogas à escravidão: impor ao trabalhador “trabalhos forçados ou à jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (Brasil, *Online A*). A pena para esse crime é de prisão de dois a oito anos, multa e punição de acordo com a violência empregada durante o período de escravização. O inciso primeiro desse artigo também torna passível das mesmas punições o indivíduo que “cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho”, e quem “mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho” (Brasil, *Online A*). O inciso segundo aumenta mais metade do tempo de pena se os indivíduos escravizados forem crianças ou adolescentes ou se forem escravizados “por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem” (Brasil, *Online A*).

Nos últimos anos, diversos casos de trabalhadores que viviam em condições de trabalho análogo à escravidão, e que foram resgatados, ganharam as manchetes dos principais veículos de notícias do país, como os duzentos e doze trabalhadores resgatados de usinas de produção de álcool, e do cultivo de cana-de-açúcar no interior de Goiás, em março de 2023 (Macêdo; Brito, 2023, *Online*), ou os seis trabalhadores resgatados de uma fazenda de extração

de madeira no interior do Mato Grosso do Sul, em julho do mesmo ano (Uol, 2023, *Online*), ou mesmo os aproximadamente 180 trabalhadores mantidos em condições análogas à escravidão em fazendas de colheita de uva e em aviários no Rio Grande do Sul, em fevereiro de 2023 (GZH, 2023, *Online*). Esses são alguns dos inúmeros casos de resgates realizados apenas no ano de 2023.

De acordo com a filial brasileira da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – agência vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) que regulamenta as convenções internacionais sobre as condições trabalhistas –, mais de cinquenta e cinco mil pessoas foram encontradas e retiradas de locais de trabalho análogo à escravidão no Brasil, entre 1995 e 2020 (BRASIL, *Online B*). As constantes barreiras e dificuldades encontradas pelos órgãos fiscalizadores, como a falta de verba, baixo contingente de fiscais, empecilhos jurídicos e cativeiros em locais remotos, além da possibilidade de impunidade em muitos casos, tornaram a escravidão contemporânea um enorme problema de saúde pública no país (Leão, 2016).

A localização remota de muitos locais de escravização suscitou a necessidade de envolvimento de organizações que tivessem maior entrosamento nesses lugares afastados. Foi nesse ponto que, em 1995, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) – uma organização de prestação de ajuda a trabalhadores rurais, ligada a Igrejas e instituições religiosas –, em junção com grupos fiscalizadores do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal, criaram o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, responsável por dismantelar focos de trabalho escravo no interior do país. Desde então, outros grupos de fiscalização móveis foram criados. Sobre eles, a pesquisadora Márcia Cristina Lazzari (2016, p. 66) afirma o seguinte:

Estes grupos especiais de fiscalização móvel funcionam até hoje e são considerados um dos principais instrumentos de fiscalização e repressão do trabalho escravo contemporâneo, principalmente no meio rural, sendo que uma mesma operação pode abranger a fiscalização de mais de um estabelecimento, pois o processo de diligência envolve uma estrutura com a participação de vários setores – auditores fiscais do trabalho, procurador do Ministério Público do Trabalho, agentes da Polícia Federal e motoristas.

Uma das principais motivações para a criação do primeiro grupo móvel, em 1995, foi a já citada luta de Pureza Lopes Loyola, que, em busca de seu filho, e após passar quase três anos trabalhando numa fazenda em condições degradantes, reuniu provas dos abusos e maus tratos que os trabalhadores sofriam e entregou-as ao Ministério Público. A luta de Pureza foi dramatizada no filme homônimo de 2019, lançado pela produtora Gaya Filmes, distribuído pela Downtown Filmes, com roteiro de Renato Barbieri e Marcus Ligocki, e direção do próprio Renato Barbieri; contou com as atuações de Dira Paes no

papel da protagonista Pureza, Matheus Abreu como Abel, o filho escravizado, Flavio Bauraqui como Narciso, o capataz da fazenda, Mariana Nunes como Elenice, uma fiscal do trabalho que ajuda a protagonista em sua luta, Claudio Barros como Padre Flávio, um padre membro da CPT, que também auxilia Pureza na busca pelo filho, Giulio Lopes como Serjão, o dono da fazenda em que os trabalhadores são escravizados, dentre outros.

A corrente teórica escolhida para dar suporte a este trabalho é a da Semiótica Discursiva, ou Semiótica *greimasiana*, em referência ao seu criador, o linguista lituano Algirdas Julien Greimas. Fundada na década de 1960, na França, e desenvolvida ao longo das décadas subsequentes, a teoria foi amplamente divulgada e desenvolvida no Brasil pelos renomados professores e semioticistas Diana Luz Pessoa de Barros e José Luiz Fiorin, responsáveis por diversos desdobramentos conceituais que utilizaremos em nossas análises. A escolha do filme *Pureza* se deu, além da urgência e relevância do tema, principalmente porque um filme biográfico apresenta pessoas que realmente existem ou existiram de uma forma ficcionalizada, utilizando atores, cenários, trilhas sonoras, e demais artifícios, com o intuito de produzir ou de despertar paixões em seus espectadores. É uma construção de sentidos diferente de um documentário ou uma reportagem que também trate do tema da escravidão contemporânea, ou mesmo da vida de Pureza Lopes Loyola.

A Semiótica Discursiva tem o texto como seu objeto de estudo, compreendido aqui como um construto produtor de sentidos, o qual possui uma estrutura de organização interna e que se encontra posicionado “entre os objetos culturais, inserido numa sociedade (de classes) e determinado por formações ideológicas específicas” (Barros, 2003, p. 7). Dessa forma, um texto produz sentidos tanto por meio de seus mecanismos internos e elementos estruturais, como por meio do diálogo que mantém com outros textos produzidos pela experiência da comunicação humana. Os textos, no entanto, não estão restritos a produções verbais escritas, pois também podem ser imagéticos, sonoros ou sincréticos, quando mesclam mais de uma dessas formas de linguagem em um produto final coerente de sentido.

Todos os textos, salvas as suas especificidades, podem ser analisados, segundo essa teoria, por uma estrutura de três níveis: o nível fundamental, que diz respeito à observação da oposição semântica que dá origem ao tema principal do texto; o nível narrativo, que é voltado para a análise do texto enquanto simulacro da realidade, no qual interagem os actantes (sujeito e objeto, destinador e destinatário); e o nível discursivo, que prioriza as estratégias de produção de sentidos do texto assumidos numa instância de enunciação. Esses três níveis de construção dos sentidos, que vão do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, é o chamado “percurso gerativo do sentido” (Barros, 2003, p. 9).

Tomando o filme enquanto texto sincrético, que mescla as linguagens verbal (os diálogos, as legendas, as placas e demais textos escritos que são mostrados), visual (as imagens, cores, cenários) e musical (as trilhas sonoras que acompanham as ações dos personagens), e a partir de um recorte metodológico das ferramentas de análise, nos debruçaremos sobre os níveis narrativo, discursivo e fundamental das cenas. Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, e nossa metodologia consistiu em selecionar imagens e diálogos oriundas de cenas do filme para, a partir do cotejamento de conceitos e desdobramentos teóricos desenvolvidos pelos estudiosos da Semiótica Discursiva, realizarmos um gesto de análise sobre os efeitos de sentidos produzidos pelo longa-metragem em seus aspectos narrativos (as estratégias de manipulação dos personagens, seus enunciados de estado e de transformação, os regimes de veridicção apresentados etc.), em seus aspectos discursivos (os temas e figuras empregados pelo enunciador, as emblemas e deblemas utilizadas, a modalização das paixões no enunciatário etc.), e em seus aspectos fundamentais (categorias semânticas opostas que dão origem ao tema principal do filme).

Elencamos dois recortes de cenas do filme supracitado para servirem como objeto de análise do presente capítulo. Estes recortes, tomados enquanto textos, apresentam falas e imagens das personagens Pureza e Abel, e possuem uma construção que vai das estruturas e estratégias mais simples às mais profundas e complexas. O encadeamento dessas estruturas e estratégias compõem o percurso gerativo do sentido desses textos. Esse percurso, conforme explicitado anteriormente, é costumeiramente dividido em três níveis: o narrativo, o discursivo e o fundamental.

Tradicionalmente, as análises semióticas do percurso gerativo do sentido são feitas na seguinte ordem: (i) nível fundamental, (ii) nível narrativo, (iii) nível discursivo, em que se vai das estruturas mais profundas às mais superficiais, ou do nível fundamental ao discursivo, em que se faz o caminho inverso. Neste trabalho, contudo, analisaremos primeiro o nível narrativo, para observar a estrutura das cenas do filme enquanto narrativa, depois analisaremos o nível discursivo, para verificar as estratégias do enunciador ao transformar essa narrativa em um discurso, e, por fim, chegaremos ao nível fundamental, pois somente após termos observado as cenas do filme nos níveis anteriores, poderemos depreender qual é a oposição semântica que caracteriza o tema central do filme.

O Nível Narrativo

O nível narrativo prioriza a observação da relação entre dois actantes: um sujeito e um objeto, dentro do texto. Cria-se um simulacro (Barros, 2003), uma espécie de simulação das ações do ser humano no mundo real, no qual os actantes interagem. Nesse simulacro, um sujeito busca se relacionar com um objeto. Esse sujeito atribui valores ao objeto e tenta adquiri-lo para usufruir desses valores. A partir dessa atribuição de valores, o objeto passa a ser chamado de objeto-valor. “O objeto visado não passa, então, de um pretexto, de um local de investimento de valores, um alhures que mediatiza a relação do sujeito consigo mesmo” (Greimas, 2014, p. 33). O actante objeto não precisa ser um objeto físico, mas algo a que se possa atribuir valores. Por exemplo, um sujeito-estudante deseja o objeto-valor “formação”, para que possa usufruir de todos os valores trazidos por ele, como poder exercer uma profissão legalmente.

As interações entre sujeito e objeto são chamadas de “junção”. Quando um sujeito obtém o objeto-valor desejado, ele entra em “conjunção” com esse objeto-valor, e quando o perde, ou se simplesmente nunca o teve, ele está em “disjunção” com o objeto-valor (Greimas, 2014, p. 40). Ainda segundo o autor, os enunciados que contam a relação entre sujeito e objeto, se estão conjuntos ou disjuntos, são denominados de “enunciados de estado”, enquanto os enunciados que mostram a passagem de um estado para o outro, de uma disjunção do sujeito com o objeto para uma conjunção, ou *vice-versa*, são denominados de “enunciados de transformação” (Greimas, 2014, p. 40).

Contudo, em determinadas circunstâncias, entrar em uma junção com o objeto-valor não depende simplesmente da ação do sujeito, mas há necessidade de que um outro arranje as condições necessárias para haver essa junção. Por exemplo, numa narrativa em que um sujeito-criança deseja entrar em conjunção com o objeto-valor “fruta”, que está no galho de uma árvore alta, não bastará a ela estender a mão e pegar a fruta. Nessa situação, a criança precisará dissuadir outra pessoa mais alta, talvez um adulto, a colher a fruta e a entregar-lhe, ou a colocá-la em algum local em que ela alcance, para que haja a conjunção com esse objeto-valor. Nesse contexto, estamos diante de um percurso de manipulação dentro da narrativa, na qual um manipulador – denominado, na teoria, de “destinador” – tenta dissuadir, manipular, persuadir alguém a realizar algo que possibilite a ele entrar em conjunção com o objeto-valor desejado. A esse outro, alvo da manipulação, dá-se o nome de “destinatário” (Greimas, 2014, p. 25).

Para observarmos na prática, vamos analisar como se encontram os actantes sujeito e objeto no texto 1, trazido a seguir.

Texto 1

*A cena se inicia com Pureza e o filho Abel sentando-se à mesa para jantar.

PUREZA: Tá bom?

ABEL: Tá gostoso e não é só fome não!

PUREZA: Seu Manué encomendou mais seis mil leiras de tijolos pra semana que vem.

ABEL: Não quero mais fazer encomenda pra seu Manuel não!

PUREZA: Pra gente ganhar mais dinheiro tem que fazer mais tijolo.

ABEL: Eu não tenho medo de trabalhar não, mas tijolo eu não vou fazer mais!

PUREZA: Quer fazer o que então?

ABEL: Vou pro garimpo.

*Pureza se levanta, pega um prato branco e o coloca no lugar vazio da mesa.

ABEL: Vem mais alguém pra comer?

PUREZA: Isso aqui é pro teu tio Ataíde que foi em busca do ouro e nunca mais voltou!

ABEL: E o tio não pode ter enricado, mãe? Encontrou uma moça bonita e sumiu no mundo.

PUREZA: Teu tio nunca ia fazer isso! Era homem de família! Prometeu que ia voltar, cadê?

ABEL: O tio não voltou mas eu vou voltar! E é pra dar uma vida melhor pra senhora, mãe.

PUREZA: Tu é muito novo pra cair no mundo.

ABEL: Eu já falei com Susana. Vou pro garimpo do cunhado.

*A cena se encerra com Pureza derrubando o prato vazio no chão ao se levantar da mesa e o prato se despedaça

Fonte: Downtown Filmes

No texto 1, os enunciados de estado do sujeito-Pureza e do sujeito-Abel evidenciam que eles se encontram em disjunção com o objeto-valor “riqueza”, pois, vivendo em uma casa muito simples, conversam sobre os tijolos que terão de fazer para ganharem seu sustento. Contudo, a interação amistosa entre os dois evidencia que, apesar da pobreza, estão em conjunção com o objeto-valor “harmonia”. O sujeito-Abel, entretanto, deseja entrar em conjunção com o objeto-valor “ouro”, que poderá ser obtido no garimpo, para que possa desfrutar dos valores investidos sobre esse objeto-valor, como a riqueza e, com ela, uma melhor qualidade de vida. Ele passa, então, a tentar manipular a mãe para que ela aceite sua partida. O sujeito-Pureza, por sua vez, deseja continuar em conjunção com o filho, então também passa a tentar manipulá-lo para que ele fique.

Ambos os sujeitos assumem o papel de destinador de um percurso de manipulação próprio. O destinador-Pureza tenta manipular Abel a ficar em casa e não ir para o garimpo, e usa o artifício de citar o tio do rapaz, que, ao ir embora

com a mesma finalidade, nunca mais retornou e nem deu notícias. Ela produz sentidos, em sua manipulação, de que o tio do jovem sofreu algum infortúnio, deixando implícito que o mesmo poderá acontecer com ele, e figurativiza a ausência do tio com o prato vazio no lugar vago da mesa. Já o destinador-Abel, em seu percurso de manipulação para convencer a mãe a apoiar sua partida, tenta conquistá-la com a possibilidade de, ao obter ouro no garimpo, poder dar uma vida melhor a ela. Como são o alvo da manipulação um do outro, ambos assumem também o papel de destinatário no percurso de manipulação.

A relação entre destinador e destinatário não é simplesmente de manipulação por parte do primeiro e aceitação passiva por parte do segundo. Na verdade, para que o destinatário realize (ou não) a ação que possibilitará ao destinador obter o que deseja, ele precisa crer na manipulação, precisa “confiar” na manipulação do destinador. No texto 1, no percurso de manipulação do destinador-Pureza, ela precisa que o destinatário-Abel acredite que deve ficar em casa porque, se for para o garimpo, algo ruim realmente poderá lhe acontecer, e, no percurso de manipulação do destinador-Abel, ele precisa que o destinatário-Pureza acredite que sua ida para o garimpo realmente poderá ser exitosa e que garantirá um futuro melhor para ambos. A essa espécie de confiança do destinatário no destinador, dá-se o nome de “contrato de veridicção”, definido por Greimas, (2014, p. 117) como “um acordo implícito entre os dois actantes da estrutura da comunicação”.

Há quatro tipos de manipulação às quais o destinador pode recorrer em seu fazer persuasivo sobre o destinatário: a manipulação por “provocação”, por “tentação”, por “sedução” ou por “intimidação” (Barros, 2003, p. 29). Nas manipulações, o foco principal do destinador é modalizar a “competência” (Barros, 2003, p. 22) do destinatário para que ele realize a ação desejada pelo primeiro. A competência, por sua vez, é a qualificação que o destinador faz, através da construção de uma imagem positiva ou negativa do destinatário, para que ele possa realizar a ação. E essa realização recebe o nome de “performance” (Barros, 2003, p. 23).

Em cada uma dessas estratégias de manipulação, o destinador modaliza valores que ele acredita serem importantes, desejáveis, caros ao destinatário. Na manipulação por provocação, o destinador usa de um saber que possui para construir uma imagem negativa do destinatário, de modo a tentar convencê-lo de que deve mostrar que essa imagem negativa não se sustenta, como um pai que, desejando que seu filho faça a lição de casa, diz ao filho que duvida que ele tenha inteligência suficiente para responder todas as questões passadas pelo professor. Se o filho aceitar a manipulação do pai, tentará fazer as tarefas para mostrar que tem inteligência para tal. É uma estratégia de manipulação pautada no querer-fazer do destinatário.

Na manipulação por sedução, o destinador utiliza de um saber para criar uma imagem positiva do destinatário, visando que ele sinta o dever de corroborar com essa imagem, como um vendedor que diz que venderá fiado ao cliente porque sabe que ele sempre honrou todas as suas dívidas e que é bem-visto por todos os comerciantes, para que o cliente se sinta na obrigação de pagar a dívida e manter sua boa reputação intacta. É uma manipulação que modaliza o destinatário a dever-fazer algo.

Na manipulação por intimidação, o destinador usa de um poder que possui para intimidar, ameaçar o destinatário para que ele aja de acordo com a sua vontade. É uma manipulação que incide sobre o dever-fazer do destinatário. E é esse tipo de manipulação que está presente no texto 1, no percurso de manipulação proposto pela mãe. O destinador-Pureza utiliza de um poder que possui – poder “prever” coisas sobre o futuro do filho, usar sua sabedoria de pessoa mais velha e experiente, da qual as mães supostamente usufruem, para antever que a escolha dele o levará à ruína, quase como ter o poder de profetizar que a partida resultará em sofrimento para ele – para manipular o destinatário-Abel a não ir para o garimpo. Ao utilizar a ausência do tio como uma imagem do que seria o futuro do destinatário, o destinador-Pureza modaliza uma imagem negativa sobre ele, de que ele é alguém que está fazendo uma escolha errada, que está equivocado, e que, ao se dar conta disso, tem o dever de ficar em casa (ficar em casa é a performance esperada pelo destinador, nesse caso).

Já na manipulação por tentação, o destinador usa de um poder que possui para oferecer valores que ele considera desejáveis ao destinatário em troca da ação que ele deseja. É uma manipulação pautada no querer-fazer do destinatário. É o tipo de manipulação utilizada pelo destinador-Abel, que tenta modalizar o destinatário-Pureza para que ela queira que ele vá para o garimpo, onde ele poderá obter as condições necessárias para ofertar à mãe coisas que ele acredita serem desejáveis por ela, como a possibilidade de uma vida melhor. Para conseguir convencê-la de que sua partida será benéfica, ele tenta dissuadi-la oferecendo uma outra interpretação para o não retorno do tio, ao dizer que ele poderia estar rico e bem, e que não voltou por ter encontrado uma parceira amorosa, e não por ter sofrido alguma desgraça. Essa versão do que poderia ter acontecido ao tio também é julgada pelo destinador como desejável ao destinatário dessa manipulação, e esse artifício é utilizado para modalizar a competência no querer-fazer, para que a mãe queira e apoie a partida do filho.

O Nível Discursivo

No nível discursivo, tomamos os textos em sua dimensão discursiva, ou seja, enquanto discursos em um determinado contexto de enunciação, contexto esse que é influenciado pelas ideologias da sociedade em que está inserido (Fiorin, 1998). Nesse nível, a narrativa do texto passa a ser um instrumento discursivo utilizado pelo enunciador – aquele que é responsável pela enunciação – em sua tentativa de produzir um efeito de verdade sobre o enunciatário – aquele a quem o discurso se dirige. Esse efeito de verdade é alcançado, assim como no nível narrativo, através do percurso da manipulação, desta vez praticada pelo enunciador que, no caso do filme, é tematizado como o diretor do filme, e que constrói seu discurso com base em valores que acredita serem de interesse do enunciatário, tematizado aqui como o público, a audiência, os espectadores do filme.

O enunciador não é um sujeito pré-determinado no texto, mas uma espécie de “casa vazia” (Barros, 2003, p. 19), um lugar ocupado pelo produtor ou responsável pela enunciação, e esse lugar é preenchido através da tematização de um sujeito dentro da instância de enunciação. O enunciador dos textos do filme é o próprio diretor, que, ao preencher essa casa vazia, esse “cargos” na produção do discurso, se torna um ator do discurso. Os atores são sujeitos que desempenham papéis temáticos no interior da narrativa e/ou da enunciação (Barros, 2003). Nos textos selecionados, Pureza assume os papéis temáticos de mãe de Abel e de ativista anti-escravidão, mas, ao longo do filme, também assume os papéis temáticos de cozinheira da fazenda, de mulher evangélica, de cuidadora dos demais trabalhadores, entre outros. Abel assume o papel temático de filho e de trabalhador escravizado. Os dois são atores da narrativa, transformada em discurso pelo ator da enunciação, o diretor.

Ao ocupar o espaço de enunciador de um texto, o sujeito da enunciação, tematizado aqui como o diretor do filme, “faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir” (Barros, 2003, p. 54). Essa série de operações conta com os movimentos de projetar, “para fora de si [da enunciação], os actantes e as coordenadas espaço-temporais do discurso” (Barros, 2003, p. 54), e esses movimentos recebem o nome de “desembreagem” ou “debreamagem”. As debreamagens que geram um efeito de aproximação no discurso são chamadas de “debreamagens enunciativas”, e as que produzem um efeito de distanciamento recebem o nome de “debreamagens enuncivas” (Barros, 2003, p. 56). Vejamos as debreamagens utilizadas no texto 2.

Texto 2



Depois de três anos de buscas ininterruptas, Pureza finalmente encontra Abel.

Fonte: Downtown Filmes

A narrativa dos filmes se dá, geralmente, em primeira pessoa, pois o espectador assiste aos acontecimentos como se estivesse os vendo acontecer “ao vivo”, como se fizesse parte da história. O desenrolar das ações são presentificadas aos olhos de quem assiste. Desse modo, ao tomarmos a narrativa enquanto discurso, podemos observar que o sujeito da enunciação, o diretor, utiliza, na primeira imagem do texto 2, de breagens enunciativas, pois a imagem é um recorte da cena final dos atores do filme, quando vemos Pureza reencontrar Abel na fazenda em que ele foi mantido como escravizado, e assistimos ao reencontro como se ele estivesse acontecendo naquele momento, diante de nossos olhos, como se fôssemos testemunhas do fato.

Na segunda imagem do texto 2, o sujeito da enunciação-diretor realiza uma transição de imagens, sobrepondo uma foto dos verdadeiros Pureza e Abel sobre a imagem final do reencontro entre os personagens Pureza e Abel, que culmina na foto da terceira imagem: a foto de Pureza e Abel da vida real, junto da legenda, escrita em terceira pessoa, que diz: “Depois de três anos de buscas ininterruptas, Pureza finalmente encontra Abel”. Apesar de a legenda estar escrita no tempo presente, o que pode ser considerado como uma de breagem enunciativa de tempo, o uso da terceira pessoa (embreagem enunciativa de pessoa) produz um efeito de distanciamento, pois o enunciatário, aqui tematizado como o espectador, é guiado a perceber que a dramatização acabou, e que, portanto, as cenas que está assistindo não são mais ações presentificadas, mas informações e fotos sobre pessoas reais cujos acontecimentos retratados ocorreram anos atrás e em um local distante. O percurso do texto 2 utiliza as imagens para produzir uma de breagem enunciativa, e, assim, conseguir o efeito de distanciamento.

A foto, já bastante envelhecida, apresentada ao final, produz um efeito de “ancoragem” com o mundo real (Barros, 2003, p. 59). A imagem dos verdadeiros Pureza e Abel produz um efeito discursivo de que aquelas ações retratadas ao longo do filme são verídicas, já que os indivíduos que inspiraram a narrativa realmente existem.

Sobre os textos 1 e 2, podemos analisar, ainda, os “temas” e “figuras” neles presentes. Os temas são os percursos semânticos que agrupam diversos textos e discursos que possuam expressões de valores iguais ou semelhantes, como o tema da economia, o tema da violência, o tema da afetividade etc. Já as figuras são as “ilustrações” dos temas nos percursos temáticos presentes nos textos (Barros, 2003, p. 87). Um texto que trata do tema da economia, por exemplo, provavelmente trará figuras como o dinheiro, o cofre, o Banco e demais elementos concretos que ilustrem esse tema. Exemplificaremos alguns dos temas e figuras presentes nos textos 1 e 2:

- O tema da família, figurativizado pelas figuras da mãe e do filho;

- O tema da ascensão social, figurativizada pelas figuras como “garimpo”, “ouro” e “vida melhor”;
- O tema da morte e/ou ausência, figurativizadas pelas figuras do prato e do lugar vazio na mesa.

E, ao longo do filme, muitos outros temas e figuras são apresentados, como o tema da religiosidade, figurativizado pela bíblia e pelas vestimentas de Pureza; o tema da escravidão, figurativizado pelas armas dos capatazes da fazenda e por eles próprios; o tema da política, figurativizado pelo fórum e pelos parlamentares com quem Pureza discute para conseguir que o poder público agisse, dentre muitos outros.

O Nível Fundamental

Por fim, ao chegarmos ao nível fundamental, após análise dos textos 1 e 2, nos deparamos com as oposições semânticas que compõem o tema do filme. De acordo com Barros (2003, p. 10), “as categorias fundamentais são determinadas como positivas ou eufóricas e negativas ou disfóricas”. A oposição semântica fundamental do filme é liberdade x escravização. A liberdade é a categoria fundamental positiva ou eufórica, pois é representada pela alegria dos personagens Pureza e Abel ao se reencontrarem após o resgate; e a escravização é a categoria fundamental negativa ou disfórica, pois é representada pela sujeira, pela crueldade e pelos maus tratos que Pureza, Abel e os demais trabalhadores sofreram.

No texto 1, possuímos o início do seguinte percurso:

Liberdade  não liberdade  Escravização
(Euforia) (não-euforia) (Disforia)

Esse percurso é representado por Pureza e Abel em liberdade (euforia), morando juntos, depois passando a Abel indo para o garimpo e não dando mais notícias (não-liberdade, não-euforia), culminando em Pureza também indo trabalhar na fazenda onde ela acreditava que Abel pudesse estar, e na qual ela acaba sendo explorada também (escravização, disforia). Já no texto 2, há um percurso inverso: Pureza vai até outra fazenda, de propriedade do mesmo dono daquela em que testemunhou e foi vítima do trabalho análogo à escravidão (escravização, disforia), reencontra Abel (não-escravização, não-disforia) e o filme se encerra com a informação de que Abel foi encontrado e resgatado por sua mãe e pelas autoridades (liberdade, euforia). Dessa forma, esses percursos, assim como muitos outros trazidos no longa-metragem, evidenciam que o tema principal do filme é liberdade x escravidão.

Conclusões

Com este trabalho, esperamos ter evidenciado algumas estratégias de construção de sentidos presentes no filme *Pureza*, de Renato Barbieri. A análise do percurso gerativo do sentido dos textos 1 e 2 nos possibilitou depreender os enunciados de estado e de transformações que envolviam os personagens Pureza e Abel, as estratégias de manipulação de um para com o outro no nível narrativo, as estratégias de manipulação do diretor para com os espectadores no nível discursivo, as debreagens enunciativas e enuncivas utilizadas, os temas e as figuras presentes nos textos. Graças a essa análise, chegamos, no nível fundamental, à oposição semântica mínima que constitui o tema central do filme: liberdade x escravização.

O gesto de análise aqui empreendido buscou aumentar a fortuna crítica dos estudos semióticos sobre cinema e escravidão contemporânea, ressaltando a eficácia dos métodos analíticos da teoria para a produção de conhecimento e de reflexões científicas no campo dos estudos linguísticos. Ressaltamos que o filme, por conta de seu tamanho e duração, não pôde ser analisado em sua totalidade, mas que, a partir das inquietações trazidas por este texto, outros estudiosos possam realizar novas pesquisas sobre o objeto.

Referências

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- BRASIL. Artigo 149. **Código Penal brasileiro**. Online A. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 03 jan. 2024.
- BRASIL. Trabalho Forçado. **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. Online B. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-escravo/lang-pt/index.htm#:~:text=Entre%201995%20e%202020%2C%20mais,SEPR\)%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Economia](https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-escravo/lang-pt/index.htm#:~:text=Entre%201995%20e%202020%2C%20mais,SEPR)%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Economia). Acesso em: 03 jan. 2024.
- COMO Nascem os Anjos. Direção de Murilo Salles. Produção de Murilo Salles. Brasil: **Cinema Brasil Digital**, 1996. Película.
- DOMÉSTICAS. Direção de Fernando Meirelles; Nando Olival. Produção de Andrea Barata Ribeiro; Ana Soares. Brasil: **Pandora**, 2001. DVD.
- DEUS e o Diabo na Terra do Sol. Direção de Glauber Rocha. Produção de Jarbas Barbosa; Luiz Augusto Mendes; Glauber Rocha; Luiz Paulino dos Santos. Brasil, 1964. Película.
- ELES Não Usam Black-tie. Direção de Leon Hirschman. Produção de Leon

Hirszman. Brasil: **Embrafilme**, 1981. Película.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Do Sentido II**. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

LAZZARI, Márcia Cristina. Direitos humanos e trabalho escravo contemporâneo. *In: Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 8, n. 1, 2016, p. 62-82. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/revistapassagens/article/view/46183>. Acesso em: 03 jan. 2024.

LEÃO, Luís Henrique da Costa. Trabalho escravo contemporâneo como um problema de saúde pública. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, 2016, p. 3927-3936. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MrpZT63fbMrqJ6XGr39mNFK/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MACÊDO, Gabriela; BRITO, Letícia. Mais de 200 trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão, em Goiás. **G1**. 2023. Online. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/03/17/mais-de-200-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-goias.ghtml>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MARANHENSE, que inspirou o filme 'Pureza', recebe prêmio internacional Award por sua contribuição na luta contra a escravidão e o tráfico de pessoas. **G1**. 2023. Online. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/06/15/maranhense-que-inspirou-o-filme-pureza-recebe-premio-internacional-award.ghtml>. Acesso em: 03 jan. 2024.

O AMULETO de Ogum. Direção de Nelson Pereira dos Santos. Produção de Nelson Pereira dos Santos. Brasil, 1974. Película.

O QUE já se sabe sobre o caso de trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão em Bento Gonçalves. **GZH**. 2023. Online. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/policia/noticia/2023/02/o-que-ja-se-sabe-sobre-o-caso-de-trabalhadores-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-bento-goncalves-cleipkvpd0005016m8uuew3q6.html>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PUREZA. Direção de Renato Barbieri. Produção de Paulo Morelli; Affonso Beato; Marcus Ligocki. Brasil: **Downtown Filmes**, 2019. Blue Ray.

ROSSINI, Miriam de Souza. Tendências do Cinema Brasileiro contemporâneo: modelos de produção e de representação. *In: Sessões do Imaginário*, v. 21, n. 35, 2016, p. 02-11. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/famecos/article/view/24689>. Acesso em: 03 jan. 2024.

SEIS trabalhadores em situação análoga à escravidão são resgatados em MS. **Uol**. 2023. Online. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/08/16/seis-trabalhadores-em-situacao-analoga-a-escravidao-sao-resgatados-em-ms.htm>. Acesso em: 03 jan. 2024.

A FALA PÚBLICA DAS MULHERES ERVEIRAS DO VER-O-PESO, DISCURSOS SOBRE DESEJO E SEXUALIDADE

Nelma do Socorro Santana Queiroz¹

No mês de setembro, de 2023, após visita ao Ver-o-Peso, em Belém do Pará, o jornalista da Jovem Pan, Felipeh Campos, divulgou um vídeo em sua rede social *Instagram* mostrando sua passagem pelas bancas das vendedoras de ervas. Para surpresa de muitos, a prática de venda de produtos destinados à sexualidade e os discursos dessas mulheres erveiras foram alvo de inúmeros comentários pejorativos por parte dos seguidores do jornalista, dando início, assim, a uma polêmica que virou notícia em alguns jornais nacionais.

Posto isto, pelo viés dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF), interessam-nos as condições sócio-históricas que possibilitam a existência de uma batalha discursiva em torno da fala pública das erveiras na venda de produtos para fins afetivos e sexuais, com ênfase no tabu linguístico que se estabelece como mola propulsora da polêmica. Assim, para tais análises, usaremos como chave de interpretação as noções de discurso, enunciado e memória - pensadas n' *A Ordem do discurso* e n' *A arqueologia do saber* - para tratar da batalha discursiva, bem como as relações de saber e poder, o tabu linguístico e as vontades de verdades – conceitos basilares que sustentam nosso gesto de análise.

Desse modo, para começar a delinear as análises discursivas no tocante aos discursos dessas mulheres², é indispensável a apresentação desse espaço heterotópico que constitui o contexto de produção dos enunciados que serão aqui apresentados.

1 Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Possui vínculo como membro titular do Laboratório de Estudos do Discurso da Unicentro (PR) (LEDUNI/CNPQ) e do Grupo de Estudos das Identidades e Subjetividades Pan-Amazônicas (GEDISPAN/UFPA-CNPQ). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Pará (2010). Graduada em Formação de Professores pela Universidade do Estado do Pará (2005) e em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (2007). Professora efetiva da Secretaria de Educação do Estado do Pará. E-mail: nelma.queiroz80@gmail.com.

2 As reflexões aqui apresentadas fazem parte do estudo de tese em andamento que versa sobre os discursos das mulheres que trabalham com a venda de ervas no Ver-o-Peso, em Belém (PA). Trata-se de uma análise do discurso fundamentada na arqueogenealogia de Michel Foucault, seguindo os Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF), focalizando, mais precisamente, a construção dos saberes, a genealogia do poder e os cuidados de si.

A HETEROTOPIA DO VER-O-PESO COMO CONDIÇÃO DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DAS ERVEIRAS

Data de 1627 a fundação do Ver-o-Peso. Inicialmente construído com a finalidade de cobrar impostos para a Coroa Portuguesa, o mercado Ver-o-Peso tinha como a principal prática de arrecadação alfandegária e tributação de impostos a verificação do peso das mercadorias a serem liberadas para o comércio, posto que funcionou até meados de 1839, e, posteriormente, foi cedido para o funcionamento do mercado de peixes.

Considerado pelo Iphan como um complexo arquitetônico e paisagístico, o Ver-o-Peso atualmente é constituído por Mercados de peixe e de carne, Ladeira do Castelo, Solar da Beira, Praça do Pescador, Praça dos Velames, Praça do Relógio e Palacete Bolonha. Além disso, é constituído ainda por mais de duas mil barracas de comércios populares, onde são vendidos produtos alimentícios, artigos regionais, ervas medicinais e afrodisíacas, entre os mais variados produtos da Amazônia. A área da feira está dividida em Feira da Roupas; Feira da Alimentação; Feira das Frutas; Feira do Camarão e da Farinha; Setor de artesanato; Setor das ervas e produtos medicinais, para citar alguns. Com efeito, o Ver-o-Peso emana toda uma ancestralidade cultural na maior feira livre da América Latina.

De acordo com Bulhosa (2022, p. 39),

A área que se mostra mais interessante é a dos produtos medicinais, dentro das garrafas e no meio de plantas tropicais estão as curas de todos os males como: inveja, olho gordo, mau olhado, depressão, estresse. O ponto alto da cura é quando o cliente voltava e ficava satisfeito, trazia outra pessoa para experimentarem o tratamento.

Nesse lugar heterotópico³ – um outro lugar que existe na realidade, como ressignificação e refuncionalização do lugar concreto que é o complexo Ver-o-Peso –, chama a atenção uma de suas principais características: a maneira peculiar com que a cultura amazônica é vivenciada, nessa relação rio-floresta-cidade, considerada, assim, a porta de entrada para a Amazônia brasileira. Como um lugar de práticas econômicas e culturais, o Ver-o-Peso “[...] é também um lugar de bens simbólicos, que alimentam o corpo, a alma e o espírito de uma cidade que mantém elos com o rio e a floresta” (Bulhosa, 2022, p. 18).

É justamente nesse lugar heterotópico que trabalham as sujeitas mulheres erveiras, que se dedicam à venda de ervas com os mais variados fins. Seu trabalho começa quando as ervas são colhidas dos quintais e da própria floresta

3 Entendido por Michel Foucault como uma utopia real, a heterotopia é uma utopia localizada na nossa realidade, no espaço social presente e concreto. Cf. FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico; As heterotopias**. São Paulo: Edições, 2013.

amazônica – não só por algumas ervaíras, como também por muitos indígenas que possuem saberes ancestrais e de manipulação dessas ervaíras em produtos de venda – e acabam por materializar uma possibilidade de curar doenças e de realizar os desejos. A venda de um produto que parece carecer, de modo bastante enfatizado, do anúncio dos seus benefícios, aponta o fato de que muito mais do que as ervaíras em si, ou por si, são as palavras, os discursos das ervaíras que lhe conferem o valor para as necessidades que parecem proeminentes, ou que se fazem indispensáveis tanto a um certo público, que procura pelas ervaíras para atender determinados desejos, quanto aos transeuntes, que podem se mostrar persuadidos pelas falas das ervaíras.

Por outro lado, é preciso considerar que as mulheres ervaíras que trabalham nesse complexo trazem a público uma fala tipicamente cultural referente à vida privada, dando visibilidade a saberes e promulgando verdades de toda ordem, como, por exemplo, acerca da afetividade e da sexualidade, das necessidades e problemas que afetariam esses campos. Daí apontam nas ervaíras e no modo de usá-las possíveis soluções para tais problemáticas.

Desse modo, o *a priori* histórico que compõe o arquivo para o gesto de análise discursiva deste trabalho parte de um lugar heterotópico que descende de toda ancestralidade amazônica (Foucault, 2008; 2013). São saberes atrelados à cultura do povo amazônica materializados nos discursos em feira livre. Dito isso, nesse contexto de produção, a materialidade que compõe este estudo diz respeito aos discursos das mulheres ervaíras acerca da sexualidade e afetividade feminina. Nesse âmbito, interessa-nos pensar a interdiscursividade do público no privado e do privado no público a partir das enunciações dessas mulheres no acontecimento discursivo *venda*; a relação de saber materializado nos ‘banhos’ vendidos pelas ervaíras; a relação de poder existente na prática de persuasão das sujeitas mulheres ervaíras.

Quando tratamos do *a priori* histórico, aqui, consideramos, portanto, a “[...] condição de realidade para os enunciados” (Foucault, 2008, p. 144) como pré-condição de existência de uma cultura enraizada nos saberes e nas ancestralidades amazônicas, imersos na cultura das águas e da floresta, de um povo autóctone que demonstra esses saberes e ancestralidades nos mais variados ambientes, pois a ele cabe essa condição de existência transmitida por seus ancestrais; condições necessárias para entendermos esse *a priori* histórico e a condição de emergência dos discursos das mulheres vendedoras de ervaíras da feira do Ver-o-Peso. Isso comprova, consoante Foucault (2008, p. 144), que o *a priori* histórico não dispõe apenas de um sentido, mas reverbera sentidos e verdades de uma história específica “[...] que não o reconduz às leis de um devir estranho”. A respeito desse conceito, Foucault (2008, 144) verbaliza que se trata de

[...] isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. *A priori*, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas à experiência, mas de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas.

Com efeito, sabendo que o discurso não é nem língua nem fala, mas se realiza na materialidade linguística (verbal e/ou não verbal), é preciso sair do estritamente linguístico para estudar o discurso em sua completude, que se constitui na exterioridade, por exemplo, no contexto do complexo Ver-o-Peso. Esse deve ser o ponto de partida para a compreensão e análise de mulheres vendedoras de ervas, atuantes na grande feira: espaço conhecido da região metropolitana de Belém, mas que pode ser tratado como um lugar que tem efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporizam e o levam a funcionar em unidades polivalentes. Ou seja, como um “lugar praticado”, ou ainda, na visão de Merleau-Ponty, como um “espaço antropológico” (Certeau, 1998, p. 202).

SEXUALIDADE, RELAÇÕES DE PODER E TABU LINGUÍSTICO: O QUE PODE OU NÃO SER DITO NAS HETEROTOPIAS DAS FEIRAS?

Entre a obstinação das sujeitas mulheres erveiras de falar sobre a afetividade e a sexualidade no acontecimento da venda de essências para tais fins, na feira do Ver-o-Peso, e o conjunto de ordenações que envolve o que se pode e é dito sobre isso, prestamos atenção a vários pontos relevantes às análises: a procura e a compra de um produto que retroalimenta um desejo vendido numa feira livre, num espaço heterotópico; o dizer da sujeita que comercializa esse desejo mostrando vontades de verdades; o preconceito em torno desses dizeres, que reafirma o tabu linguístico sobre seus discursos, entre tantas outras possibilidades de análises discursivas.

A temática da sexualidade é muito presente nas reflexões propostas por Michel Foucault ao pensar sobre a constituição do sujeito pelo discurso e pelas práticas de cuidado de si (e do outro), tendo como cerne as análises a respeito dos cuidados de si. Partindo de suas reflexões, constituímos uma sociedade de sexualidade, que determina mecanismos de poder.

O que determina a sua importância não é tanto sua raridade ou precariedade quanto sua insistência, sua presença insidiosa, o fato de ser em toda parte provocada e temida. O poder a esboça suscita-a e dela se serve como um sentido proliferante de que sempre é preciso retomar o controle para que não escape [...] (Foucault, 1988, p. 161).

Com isso, podemos compreender que a **sexualidade**, de acordo com os postulados de Foucault, funciona como um dos instrumentos de subjetivação

e uma ferramenta de poder e resistência. Tais conceitos atravessam, pois, os olhares analíticos sobre as práticas de venda das mulheres erveiras do Ver-o-Peso e seus discursos na ocasião da comercialização dos chamados “produtos do desejo”, que apontam descobertas significativas relacionadas à subjetivação dos sujeitos atrelados ao acontecimento da venda.

Podemos pensar, então, não apenas na constituição de subjetividades, como também nas relações de poder que se constituem no emaranhado discursivo atrelado à temática sexual e afetiva, tendo em vista que “[...] o dispositivo da sexualidade deve ser pensado a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas” (Foucault, 1988, p. 164).

“Onde está o perigo do discurso e de sua proliferação?” (Foucault, 2013, p. 8). Eis a pergunta inicial do filósofo para explicar como o discurso se organiza e se manifesta, bem como quais são seus efeitos de verdade. Essa indagação norteia o olhar discursivo do pensador francês voltado para o dispositivo da sexualidade e eclode em meio a olhares para a ordem do discurso de que trata em sua aula inaugural no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970, quando delinea reflexões partindo de algumas inquietações a respeito do discurso e de sua proliferação.

Nessa aula, compreendemos o funcionamento dos três tipos de interdições abordadas por ele: não se tem o direito de dizer tudo; não se pode falar de tudo em qualquer circunstância; qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa: o “[...] tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (Foucault, 2013, p. 9). A partir de tais compreensões, é possível entender a dinâmica dessas interdições na polêmica em torno do discurso das mulheres erveiras, emergentes no espaço heterotópico da maior feira da América Latina, tendo em vista que o discurso trata da sexualidade e afetividade feminina.

Assim, a interdição de que trata Foucault está associada ao **dispositivo da sexualidade** por ser um dos temas mais polêmicos, por meio do qual se pode perceber como o tabu linguístico está ligado aos tipos de interdição, considerado como um mecanismo de controle externo. Para Foucault, o tema sexualidade é exemplo de regiões em que a grade da interdição é mais cercada, mostrando com isso que diante desse tema mais polêmico é que o discurso mostra o seu poder. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (Foucault, 2013, p. 9-10).

Sobre isso, enreda sua linha de pensamento sobre o objetivo de parte de seu trabalho, na tentativa de “[...] criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos” (Foucault, 1995, p. 231). Nesse

sentido, apresenta três modos de subjetivação pelos quais os seres humanos são transformados em sujeitos, a saber: pelo estatuto da ciência ou do saber; pelas “práticas divisórias”, que consistem em ver o sujeito em relação aos outros; pelo domínio da sexualidade. Assim, é importante esclarecer que o foco de seu trabalho não era estabelecer apenas as relações de poder entre os sujeitos – como muitos afirmam e embora tenha despendido muito empenho em tratar dessas questões –, mas, sim, a constituição do próprio sujeito. Tais postulados se apresentam, portanto, como ferramentas substanciais para estudar a constituição das subjetividades de mulheres erveiras da/na Amazônia, por meio de um acontecimento discursivo que nos mostra como essas **relações de poder** estão visíveis em **batalhas discursivas** e na própria constituição dos sujeitos.

Para entender o funcionamento dessas lutas discursivas precisamos, primeiramente, entendê-las como formas de resistência que funcionam em oposições, por exemplo, “[...] ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre os modos de vida das pessoas” (Foucault, 1995, p. 234).

Nesse sentido, as **batalhas discursivas** espelham oposições que mostram efeitos de poder e vontades de verdades, dando relevo às questões sobre o modo como o saber é colocado em visibilidade, como funcionam e circulam; qual é a sua relação com o poder. Tudo isso ressalta como “[...] essas lutas contemporâneas giram em torno da questão: quem somos nós?” (Foucault, 1995, p. 235), questionamento que guia este estudo associado à constituição das subjetividades de mulheres erveiras da/na Amazônia.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (Foucault, 1995, p. 235).

Logo, seguindo os pressupostos arqueogenealógicos, apresentaremos recortes dessa batalha discursiva que emergiram em tais condições socio-históricas de produção aqui realçadas. Assim, os enunciados que selecionamos para apresentação desse embate, no *Instagram*, irrompem de um enfrentamento ancorado em vontades de verdade (Foucault, 2012), relações de poder e tabu linguístico em torno do dispositivo da sexualidade, conceitos basilares para a compreensão do nosso gesto de análise a partir de então.

DO DISCURSO DAS SUJEITAS MULHERES ERVEIRAS, A POLÊMICA NA *INTERNET*

A notícia a respeito da polêmica no *Instagram* a partir da postagem do jornalista Felipeh Campos ganhou destaque nas páginas dos jornais **Pop List** e **bt+**. Os comentários raivosos e preconceituosos de inúmeros seguidores a respeito da fala das erveiras foram publicizados após sua postagem sobre sua visita ao Ver-o-Peso, em Belém do Pará.

Figura 1 – Postagem do jornalista Felipeh Campos



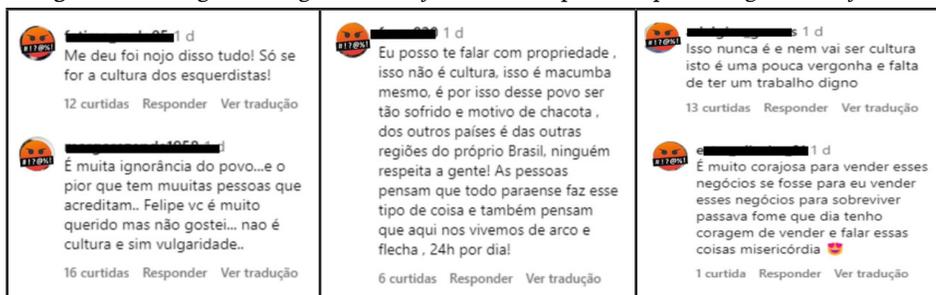
Fonte: *Instagram* (2023).

A emergência do enunciado “o Brasil precisa ser estudado pela NASA” na postagem nos remete à compreensão de que o que está no plano discursivo remonta a algo que surpreende, que está para além do trivial. As condições de produção desse enunciado tocam em questões culturais do povo brasileiro. Entretanto, embora o jornalista tenha valorizado a cultura da região na apresentação da postagem, isso não foi o suficiente para conter o ímpeto de muitos internautas.

Os ataques estavam associados aos títulos das essências vendidas por essas mulheres, enunciados como: “Chora nos meus pés”, “Pega e não me larga”, “Pega negão”, “Afasta homem liso”, “Chora na minha buceta”, entre outros. A notícia não mostra, no entanto, na íntegra o discurso dessas mulheres a respeito da sexualidade, dos órgãos e dos atos sexuais, pois no momento da fala das erveiras foram inseridos sons de censura pelos jornais. Essas informações são captadas no vídeo que acompanha as imagens da notícia, ainda que sejam constantemente interrompidas ao longo do diálogo entre o jornalista e a erveira no acontecimento da venda.

A título de exemplificação, nesse primeiro momento, apresentam-se alguns exemplos de falas preconceituosas que podem comprovar o desconhecimento da cultura local e o preconceito da prática dessas sujeitas mulheres erveiras. São discursos que irrompem do confronto entre vontades de verdade e que ganham força na página de comentário do jornalista.

Figura 2 – Postagens de seguidores do jornalista Felipeh Campos divulgadas nos jornais



Fonte: *Instagram* (2023).

Inicialmente, podemos observar nos comentários ataques explícitos às falas das erveiras. Neles, podemos observar formações discursivas de cunho político (“só se for a cultura dos esquerdistas”); religioso (“isso não é cultura, isso é macumba”); cultural (“não gostei... não é cultura e sim vulgaridade”), “isso nunca é e nem vai ser cultura, isso é vulgaridade”); econômico (“isso é falta de um trabalho digno”). Por outro lado, outros comentários de seguidores que se posicionaram de modo resistente em defesa das erveiras são apresentados na sequência.

Figura 3 – Postagens de seguidores do jornalista Felipeh Campos

Cada lugar tem sua cultura, todo turista que vai lá acaba levando um vidrinho desse. Paraense é alegre, brinca, ri, fala besteira, é alegre e feliz. O povo que tá achando ruim é pq é mal amado e mal com!d*

As pessoas estão scandalizadas porquê? ,sendo isso a tempo vende no ver o peso pelas erveiras e em todo país do Brasil a uma região que tem seu próprio lugar e coisas essencias ela tá trabalhando e muita gente não estuda fica falando besteira na internet Belém do Pará e Rico em cultura, gastronomia e seu povo acolhedor Sim!

Aqui em Belém do Pará é desse jeito mesmo. Ele perguntou e ela respondeu da forma q todos os hipócritas falam longe dos holofotes. Temos ervas pra tudo! e todas tem o demonstrativo na embalagem....kkkkk amo o meu Pará ❤️

Fonte: *Instagram* (2023).

Tais comentários vêm ao encontro do que Foucault (2008, p. 119) assevera em *A arqueologia do saber*, quando trata do enunciado como aquele que “[...] circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade”. Diante disso, podemos observar como a ordem de contestações e lutas estão presentes nesses discursos de resistências, ampliando a batalha discursiva e possibilitando trajetos de análise que atribuem ao enunciado outros sentidos e outras verdades para tratar da cultura amazônica, seus saberes e dizeres.

Neves (2022), ao tratar da ancestralidade indígena eclipsada em Belém/Mairi, terra de Maira, tentar responder a uma das perguntas-chave deste artigo: o que há de tão perigoso em suas práticas e memórias? A partir de então, promove,

entre tantas reflexões, a que diz respeito à trajetória das mulheres erveiras na feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, defendendo a necessidade de se pensar nessas sujeitas, sem deixar de considerar as fraturas e outras formas de vida e de narrativas atreladas ao dispositivo colonial, o que, de certa forma, contribui para o entendimento das práticas de preconceitos linguístico e cultural sofridos por elas.

Em Belém, parte da população conhece e se identifica com as trajetórias de luta e resistência das erveiras, das várias situações de preconceito a que foram historicamente submetidas, recorrentemente associadas às proibições da medicina ocidental e às interdições impostas pelas igrejas cristãs (Neves, 2022, p. 180).

Depreende-se, portanto, que a sexualidade funciona como um instrumento de subjetivação e uma ferramenta de poder e resistência. Esses e outros conceitos atravessam os olhares analíticos sobre as práticas de vendas das mulheres erveiras do Ver-o-Peso e seus discursos diante da venda de seus produtos, nos quais podem ser feitas descobertas significativas relacionadas à subjetivação.

Esse acontecimento discursivo pode ser analisado a partir das práticas de saber-poder, tendo em vista que a luta discursiva protagonizada na *internet* exemplifica como a relação de poder se estabelece discursivamente. Para Foucault (1995, p. 242), “[...] o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia em estrutura permanente”. O que nos permite dizer que no acontecimento discursivo em questão ele se estabelece em linhas de forças a depender da cultura ou religião a que se associa.

Em meio à polêmica, pode-se tecer algumas reflexões sobre o preconceito e a intolerância cultural, bem como a transparência do desconforto de boa parte dos seguidores do jornalista sobre a temática da sexualidade ser tratada de modo tão “aberto”, sem o filtro do pudor. Na terceira fase de seus estudos, Foucault (1988) expõe que se regula o sexo, não pela proibição, e sim por meio de discursos úteis que visibilizam o que por tanto tempo nos permitiu silenciar acerca do sexo enquanto produto do pecado. “A questão que gostaria de colocar não é por que somos reprimidos mas, por que dizemos, com tanta paixão, tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nós mesmo que somos reprimidos?” (Foucault, 1988, p. 15).

Em *História da sexualidade* (1988), Foucault assim nos diz a respeito da polêmica sobre a injunção secular de conhecer o sexo e colocá-lo em discurso:

São esses ardis que mereceriam espanto hoje em dia. E devemos pensar que um dia, talvez, numa outra economia dos corpos e dos prazeres, já não se compreenderá muito bem de que maneira os ardis da sexualidade e do poder que sustêm seu dispositivo conseguiram submeter-nos a essa austera monarquia do sexo, a ponto de voltar-nos à tarefa infinita de forçar seu segredo e de extorquir a essa sombra as confissões mais verdadeiras (Foucault, 1998, p. 74).

Isso, de certa forma, contribui para o discurso intolerante e preconceituoso, pois nos ambientes virtuais, devido à agilidade de informação, à superficialidade dos discursos e à falta de comprometimento com o que se diz. Assim, a *internet* se torna um terreno favorável para o aparecimento de uma avalanche de rótulos sobre os aspectos culturais de outrem.

Ao analisar polêmicas como essas à luz dos estudos foucaultianos, não podemos esquecer que nos planos das formações discursivas há uma relação de poder; que entre o que pode ser dito e o que é censurado existem mecanismos de legitimação de discursos que colocam em evidências alguns em detrimento de outros; que fazem restrição a alguns discursos e a certas categorias de sujeitos. Ou será que ainda se deve pensar em regime de exclusividade de divulgação de discurso como acontecia nas antigas “[...] sociedades de discurso” que restringiam a sua circulação a espaços fechados de poder?

Em se tratando de tentativas de governamentalidade nos estudos discursivos foucaultianos, não podemos esquecer que

O exercício do poder como um modo de ação sobre a ação dos outros, quando as caracterizamos pelo ‘governo’ dos homens, uns pelos outros - no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer (Foucault, 1995, p. 244).

Essas são apenas algumas das questões que merecem desdobramentos na continuidade deste estudo sobre a polêmica que gravita em torno dos discursos e das práticas das mulheres erveiras da feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, o que possivelmente contribuirá também com a formulação da tese final do trabalho de pesquisa em andamento.

PALAVRAS DE DESFECHO

Neste trabalho, detemo-nos nas contribuições dos EDF para o estudo dos discursos das mulheres erveiras do Ver-o-Peso, que compõem a pesquisa de tese em andamento. São análises discursivas preliminares a respeito do discurso público das erveiras sobre sexualidade e afetividade feminina, bem como a constituição do tabu linguístico e de vontades de verdades que atravessam esses discursos. Para tanto, partimos da materialidade constitutiva de uma polêmica na rede social *Instagram*, que trata, sobretudo, da fala pública das erveiras na comercialização de produtos destinados a fins sexuais. Para sintetizar nosso gesto de análise, adentramos às discussões do pensador francês Michel Foucault a respeito da relação entre sujeito, saber e poder.

Desse modo, pudemos perceber que, ao ser divulgada uma reportagem sobre essas mulheres, emergem consonâncias e discordâncias em relação à tradicional prática de venda de ervas destinadas, em especial, à garantia de conquistas amorosas, desempenho sexual, relacionamentos duradouros, enfim, discursos enredados nas tramas do dispositivo da sexualidade e que suscitam preconceitos linguísticos, morais e éticos. Os tabus linguísticos e a disseminação desses preconceitos, que estão para além do campo linguístico, implicam, portanto, batalhas discursivas e modos de subjetivação sobre quem são as mulheres erveiras.

Com as contribuições de Foucault, sobretudo em *A ordem do discurso*, ao tratar dos perigos do discurso e de sua proliferação, podemos pensar que a palavra proibida está no cerne do discurso que funciona como procedimento de exclusão, pois, para o pensador, a produção do discurso na sociedade é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída, tendo em vista que “[...] não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2013, p. 9).

Considerando essas e outras questões não maturadas ainda, vemos que temos um longo caminho de análise discursiva olhando para os discursos públicos das mulheres erveiras e para as relações de poder que se estabelecem no embate discursivo que toca a sexualidade e a postura dessas mulheres ao tratarem livremente desse assunto.

Por fim, essas análises contribuirão, ainda, para o entendimento de como essas práticas discursivas interferem, inclusive, no processo de subjetivação dessas mulheres e nos ajudarão a tecer um aprofundamento no campo de estudos fundamentados nas contribuições do filósofo Michel Foucault, buscando analisar subjetividades nas relações de saber-poder e dizeres de si das sujeitas mulheres da/na Amazônia.

Referências

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2008.

BOULHOSA, Ernesto Feio. **Ver-o-Peso**: “Lugar de cheiros, cores, sabores e mandingas”. 1. ed. Belém-Pará: Cromos, 2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (Org. e Trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT. **O corpo utópico; As heterotopias**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 1. ed. São Paulo: Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Alburquerque e J.A. Guilhon Alburquerque. 1. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

GREGOLIN, Maria do Rosário; NEVES, Ivânia. A Arqueogenealogia Foucaultiana como lente para a análise do Governo da Língua Portuguesa no Brasil: continuidades e disrupções. *In*: **Revista Moara**, Belém, v. 2, n. 57, 2021, p. 8-32. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9898>. Acesso em: 27 jan. 2023.

NEVES, Ivânia dos Santos. Mairi, terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém. *In*: **Policromias – Revista do Discurso, Imagem e Som**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2022. p. 178-205. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/download/52550/28678>. Acesso em: 11 out. 2024.

VER-O-PESO (PA). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**: Belém (PA)-Cidades. Brasil (2023). Disponível em: Página - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Acesso em: 29 jan. 2023.

FORMAÇÃO DOCENTE INDÍGENA: ALGUNS APONTAMENTOS

Sandra Yva Faustino¹

Maria Claudia Teixeira²

Contextualização

Começamos este texto marcando, primeiramente, o lugar do qual derivam as reflexões aqui tecidas. De posições diferentes, mas convergindo para o mesmo ponto, a primeira autora, acadêmica do 4º ano do curso de Pedagogia para Povos Indígenas ofertado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro – na Terra Indígena Rio das Cobras (TIRC), indígena da etnia Guarani, residente na Terra Indígena, na aldeia Lebre e, a segunda autora, docente de Língua Portuguesa no curso acima citado, lançamos nosso olhar para a formação de professores indígenas, tema essencial para colocar em destaque a educação escolar indígena, suas especificidades e as ações que contribuem para promoção de melhorias no âmbito educacional indígena na TIRC.

Nossas reflexões estão organizadas em três momentos, nos quais enfocamos: (i) a formação de professores indígenas; (ii) o curso de Pedagogia para povos indígenas na Terra Indígena Rio das Cobras e (iii) as contribuições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) para a formação de professores indígenas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, lançamos mão da abordagem qualitativa, que “tem como foco de estudo o processo vivenciado pelos sujeitos” (Queiroz *et al*, 2007, p. 276). A partir dessa abordagem, adotamos como procedimento a pesquisa bibliográfica acerca da formação docente indígena, do curso de Pedagogia para Povos Indígenas ofertado na Unicentro, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e a narrativa pessoal, que envolve o relato de experiência da primeira autora como bolsista do programa. Sobre o relato de experiência como instrumento metodológico é importante

1 Acadêmica da etnia Guarani, graduanda do 4º ano do curso de Pedagogia para povos indígenas, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

2 Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora colaboradora lotada no Departamento de Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

destacar que nesse estudo, “configura-se como narrativa que, simultaneamente, circunscreve experiência, lugar de fala e seu tempo histórico” (Daltro; Faria, 2019, n.p.).

Gestado inicialmente como Trabalho de Conclusão de Curso, o estudo vai ganhando novas reflexões à medida que vamos nos aprofundando em leituras para melhor conhecer a temática sobre a qual nos debruçamos. São nossos primeiros passos nessa jornada de descobertas, trocas e superação. O fio condutor de nosso estudo é o PIBID, pois foi das ações desenvolvidas no programa que o “ser professor(a)” passou a ser compreendido com maior clareza, entendido como uma “construção angariada no decorrer de um longo processo, pois é preciso tempo para assimilar a formação, para aprender como agir, para tomar decisões e principalmente para se reconhecer como um formador das futuras gerações” (Iza *et al*, 2014, p. 276).

Em algumas passagens do texto o discurso estará marcado na 1ª. pessoa do singular, essas passagens revelam a voz da primeira autora do texto, seus posicionamentos e os relatos acerca das suas vivências no curso e no PIBID. Abordar a formação docente indígena e o PIBID desenvolvido no curso de Pedagogia para Povos Indígenas na Unicentro é relevante, pois possibilita, além das reflexões sobre a formação de professores indígenas, construir um arquivo sobre o PIBID no curso de Pedagogia ofertado na TIRC, dando visibilidade às contribuições do Programa para a formação docente. Esse trabalho, devemos destacar, é muito mais descritivo do que analítico.

A formação de professores indígenas: algumas considerações

A formação de professores para atuar na educação escolar indígena exige que seja levado em consideração aspectos próprios da cultura indígena, uma vez que os alunos vivem os costumes de sua etnia e falam a sua língua materna, diferente da língua portuguesa, e essas especificidades devem ser respeitadas e consideradas nos processos de ensino e aprendizagem, sendo necessária a articulação entre formação docente e cultura indígena.

Vale destacar aqui que a educação escolar indígena ao longo do processo histórico de formação do Brasil foi conduzida por diferentes práticas, calcadas em dois paradigmas: o paradigma assimilacionista e o paradigma emancipatório. De acordo com Maher (2006), no paradigma assimilacionista os objetivos de ensino seguiam os modelos assimilacionista de submersão e assimilacionista de transição e, no paradigma emancipatório, o modelo de enriquecimento cultural e linguístico, mais recente e ainda em construção.

Conforme a autora, o paradigma assimilacionista predominou até o final da década de 1970 e teve como objetivo fazer com que o indígena abdicasse “de

sua língua, de suas crenças e de seus padrões culturais e incorporar, assimilar os valores e comportamentos, inclusive lingüísticos, da sociedade nacional” (Maher, 2006, p. 20). Nesse paradigma, no modelo assimilacionista de submersão “as crianças indígenas eram retiradas de suas famílias, de suas aldeias e colocadas em internatos para serem catequizadas, para aprenderem português e os nossos costumes, enfim para ‘aprenderem a ser gente’” (Maher, 2006, p. 20).

No modelo assimilacionista de transição, ao invés de retirar as crianças para aprender em escolas fora das aldeias, as escolas são trazidas para as aldeias. Diferente do modelo anterior, neste, a alfabetização ocorria em língua materna e depois a criança aprendia outros conteúdos em língua portuguesa “depois que ela entende o que é escrita, como é o seu funcionamento, vai-se introduzindo o português paulatinamente até que a língua indígena seja totalmente excluída do currículo escolar” (Maher, 2006, p. 21). Ainda praticado em muitas escolas indígenas – “seu objetivo final é subtrair a língua materna do repertório do falante” (Maher, 2006, p. 21-22).

O paradigma emancipatório é pautado na interculturalidade e no bilinguismo. O modelo de enriquecimento cultural e lingüístico pretende que os indígenas se tornem “cada vez mais proficientes na língua de seus ancestrais” (Maher, 2006, p. 22), reconheçam, valorizem e respeitem as crenças, os saberes e as práticas culturais. Contudo, a educação escolar indígena que “propõe o respeito à diversidade cultural dos povos indígenas”, conforme destaca Medeiros (2018), distante do assimilacionismo que ameaça a própria identidade indígena, e que perdurou durante muito tempo na educação escolar indígena do Brasil, encontra ainda muitos obstáculos devido à falta de professores adequadamente formados para desenvolver um trabalho que promova o ensino e a aprendizagem de forma diferenciada para atender às demandas de cada comunidade.

O processo de formação de professores indígenas, segundo Menezes, Faustino e Novak (2021), tem início, no Brasil, na década de 1970, com o curso de Formação de Monitores Bilingues, “desenvolvido na Terra Indígena Guarita, localizada no estado do Rio Grande do Sul, organizado e coordenado pela agência missionária *Summer Institute of Linguistic (SIL)*, conveniada com a FUNAI” (Menezes; Faustino; Novak, 2021, n.p.). De acordo com as autoras, o objetivo do curso era formar monitores indígenas bilíngues para atuar como “tradutores em sala de aula até que as crianças aprendessem o português e dominassem o código da linguagem escrita, isto é, para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental” (Menezes; Faustino; Novak, 2021, n.p.). Sendo assim, o curso não formava para a docência, mas para o trabalho com tradução. Ao indígena é negado o lugar de professor.

Após a promulgação da Constituição Federal (1988), que normatizou os direitos dos povos indígenas, foram publicadas legislações que objetivaram

“regulamentar as ações na organização da educação escolar indígena” (Menezes; Faustino; Novak, 2021, n.p.). Dentre as legislações mencionadas pelas autoras, destacamos as *Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena*, em que se explicita que “as comunidades indígenas exigem, e têm direito a isso, que sejam índios os professores de suas escolas” (Brasil, 1994, p. 21). Contudo, nas escolas indígenas, o corpo docente, em sua maioria, ainda é formado por professores não-indígenas.

Menezes, Faustino e Novak (2021, n.p.), afirmam que “a Educação Básica Indígena no estado do Paraná é formada por 39 escolas situadas em 32 Terras Indígenas habitadas por indígenas das etnias Kaingang, Guarani e Xetá”. No levantamento de dados sobre o corpo docente dessas escolas, as autoras constataram que “atualmente há apenas 68 professores indígenas formados atuando em salas de aulas, e ao todo, há a demanda de 764 professores para atender às 39 escolas indígenas”. A Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, com a oferta do curso de Pedagogia na Terra Indígena Rio das Cobras, contribui para suprir essa demanda, desempenhando o seu papel social de refletir e transformar as formas de ver, compreender e produzir conhecimento.

A Pedagogia para Povos Indígenas: uma conquista

O curso de Pedagogia para Povos Indígenas (PI), ofertado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), vinculado ao Departamento de Pedagogia e coordenado pelo Laboratório de Educação do Campo e Indígena (LAECI), é o primeiro do Paraná ofertado por uma universidade estadual e destinado aos povos indígenas do estado. Além disso, o curso funciona em uma unidade avançada localizada na Terra Indígena Rio das Cobras (TIRC), município de Nova Laranjeiras (PR), a maior terra indígena do Paraná, composta pelas aldeias Trevo, Vila Nova, Sede, Encruzilhada, Campo do Dia, Jacutinga, Taquara, Lebre e Pinhal. Na TIRC vivem povos de duas etnias: Kaingang, do tronco linguístico macro-jê, e Guarani, do tronco tupi-guarani. De acordo com Fernandes (2023, p. 39), “na Terra Indígena Rio das Cobras há 3.260 pessoas e 998 famílias”, sendo 815 famílias Kaingang e 183 famílias Guarani.

Esse curso foi criado, de acordo com Gehrke, Sapelli e Faustino (2020), de uma demanda apresentada pela comunidade da TIRC evidenciada nos resultados obtidos com o trabalho de extensão desenvolvido pelo Laboratório da Educação do Campo e Indígena (LAECI), IV e V Círculos de formação de professores; Programa Escola da Terra, esse desenvolvido na parceria: MEC/SEED/UFGS/UNICENTRO/UFPR (2017-2019). Com as ações de extensão foi possível constatar a presença majoritária de docentes não-indígenas, logo, a falta de protagonismo indígena nas discussões referentes à educação escolar indígena,

situação que põe em risco a cultura indígena e o modelo de enriquecimento cultural e linguístico que se almeja para a educação escolar indígena.

Ainda segundo os autores, a institucionalização do curso também “é resultado de conversa feita com os indígenas em uma visita dos estudantes de Pedagogia a uma Escola na Terra Indígena Rio das Cobras” (Gerhke; Sapelli; Faustino, 2020, p. 7), logo, contou com a participação de muitas mãos e mentes, lideranças, estudantes e educadores indígenas e pesquisadores engajados com a luta indígena, criado, portanto, de uma demanda apresentada pela comunidade indígena, numa ação que significa a resistência.

A primeira turma de licenciandos em PI da Unicentro iniciou suas atividades acadêmicas no ano de 2019³. De acordo com a Pedagogia da Alternância, essa “organização conta com etapas de estudo, de trabalho na universidade e com intervenção nas comunidades de origem, na tentativa de potencializar essas práticas” (Domingos; Santos; Collares, 2021, p. 62-63). Na etapa de estudo denominada tempo universidade (TU), os acadêmicos têm aulas concentradas com professores que permanecem na aldeia, depois, no tempo comunidade (TC) praticam, na comunidade, o que foi aprendido nas aulas (como atividades de leitura, escrita, entrevistas, jogos, confecção de materiais entre outras). Dessa primeira turma, em 2022, formaram-se 28 pedagogos das etnias Kaingang, Guarani e Xetá. A cerimônia de formatura foi a primeira realizada em área demarcada.

A segunda turma⁴ de PI, possui, no quarto ano do curso, 18 acadêmicos e, a terceira turma⁵, finalizando a segunda etapa do primeiro ano, conta com 58 graduandos, totalizando 76 acadêmicos matriculados ocupando o espaço da Universidade na TI Rio das Cobras.

O curso é importante para o povo indígena porque é uma porta que se abre para que se busquem os conhecimentos através do ensino, da pesquisa e da extensão, mobilizando os saberes interculturais e os etnoconhecimentos. Contudo, pelas condições de criação, instalação e organização curricular⁶, o curso de PI não desempenha apenas a função de formar profissionais para ocupar os espaços, promovendo, assim, uma transformação social; pois, para

3 Disponível em: https://www3.unicentro.br/vestibular/wp-content/uploads/sites/30/2019/04/convocados_primeira_chamada_2019.pdf Acesso em: 01 nov. 2024.

4 Disponível em: https://www3.unicentro.br/vestibular/wp-content/uploads/sites/30/2021/07/Edital_22_2021_Resultado_do_Vestibular_ind_gena_60e8a70d2fcd0.pdf Acesso em: 01 nov. 2024.

5 Disponível em: https://www3.unicentro.br/vestibular/wp-content/uploads/sites/30/2023/06/Edital_4_2023_COORPS_Resultado_do_Processo_Seletivo_Diferenciado_para_Ind_genas_6478e3b1de657.pdf Acesso em: 01 nov. 2024.

6 Disponível em: <https://www3.unicentro.br/proen/wp-content/uploads/sites/41/2024/10/Pedagogia-indigena-G.pdf> Acesso em: 01 nov. 2024.

além disso, o curso funciona como meio de valorizar e preservar a língua e, logo, a identidade e a memória dos povos indígenas. Afinal, como afirma Souza (2022, p. 16):

A língua guarda saberes milenares tecnológicos, sobre crenças, valores éticos e morais, história dentre outros. A língua constitui a identidade de cada um e a relação de alteridade. Logo, quando se investe num trabalho de salvaguarda linguística, investe-se num trabalho político de preservação da memória, não só de um grupo minoritário, mas de toda uma nação.

Portanto, o curso de PI, ao ligar os diferentes saberes teóricos aos etnoconhecimentos e oferecer vivências importantes para que possamos ter o envolvimento que contribui para a educação escolar indígena, singulariza-se pelo trabalho político que o constitui, dando visibilidade ao povo indígena do Paraná e condições para o fortalecimento de ações que favorecem os direitos dos povos indígenas, suas línguas nativas, sua cultura e a educação escolar indígena.

De acordo com Gehrke, Sapelli e Faustino (2019, p. 49), “os cursos de licenciaturas que formam professores nas universidades do Paraná não contemplam conhecimentos científicos capazes de auxiliar os povos indígenas” na elaboração de instrumentos linguísticos como gramáticas, dicionários e livros didáticos de diferentes disciplinas. Conforme os autores, “nas escolas indígenas do Paraná não existem livros didáticos destas áreas do conhecimento e nem livros com abordagem interdisciplinar que contemplem os etno-conhecimentos indígenas e que sejam bilíngues” (Gehrke; Sapelli; Faustino, 2019, p. 49). Assim, o curso de PI garante a oferta dos conhecimentos necessários para suprir essa defasagem, possibilitando ao indígena, futuro pedagogo, professor em formação, sua inserção na pesquisa para assumir a posição de autor, principalmente no que se refere à educação escolar indígena, “pautando não mais em uma perspectiva assimilacionista, mas de significação e ressignificação” (Domingos; Santos; Collares, 2021, p. 66).

Dentre as ações desenvolvidas no curso, no âmbito das políticas para permanência dos estudantes, está o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), sobre o qual trataremos na próxima seção.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), foi instituído, de acordo com Johann e Lima (2023, p. 14), “pela Portaria Normativa n. 38, de 12 de dezembro de 2007, com o objetivo de ‘fomentar a iniciação à docência de estudantes de instituições federais de educação superior’”. Para as autoras, o “diferencial desse programa está no seu desenho pedagógico, com foco nos estudantes de licenciatura, tendo a participação de professores

formadores (de Instituições de Ensino Superior) e professores supervisores (de escolas públicas)” (Johann; Lima, 2023, p. 14). Em 2009, o programa foi ampliado para instituições públicas estaduais, como é o caso da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.

De acordo com as autoras, o PIBID, ao longo de sua história, “ganhou o caráter de política de Estado, sinalizando que a formação de professores passou a ter espaço em nosso país” (Johann; Lima, 2023, p. 16). Segundo as pesquisadoras, o PIBID configura-se como importante estratégia “de combate à evasão e ao abandono das licenciaturas, mas também como apoio fundante para a valorização da profissão docente e consequente ampliação do interesse dos jovens pela carreira docente” (Johann; Lima, 2023, p. 26). Além disso, a articulação entre a Universidade e a Escola de educação básica, “alimenta o processo de fortalecimento das licenciaturas e contribui de forma significativa para a consolidação da identidade docente e a valorização da profissão docente” (Johann; Lima, 2023, p. 26).

Com o objetivo de proporcionar aos acadêmicos de licenciatura a imersão no cotidiano das escolas públicas de educação básica, e contribuir para o aprimoramento da formação de professores em nível superior, para o desenvolvimento de projetos institucionais de iniciação à docência, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) “concede cotas de bolsas às Instituições de Ensino Superior (IES), que realizam as seleções internas dos bolsistas participantes dos seus subprojetos aprovados”⁷. São cinco modalidades de bolsas: 1) bolsista de iniciação à docência (acadêmico de licenciatura regularmente matriculado); 2) professor supervisor (docente da educação básica que supervisiona as atividades dos bolsistas); 3) coordenador de área (docente do ensino superior que planeja, organiza, executa e avalia as atividades dos bolsistas e articula com as escolas públicas); 4) coordenador de área de gestão de projetos educacionais (docente do ensino superior que apoia a Coordenação Institucional e o Projeto Institucional); e 5) coordenador institucional (professor de instituição de educação superior que garante e acompanha a execução das atividades de iniciação à docência previstas no projeto).

O Decreto nº 7.219 de 2010 traz os objetivos do programa:

7 Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid> Acesso em: 9 jul. 2024.

- I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II - contribuir para a valorização do magistério;
- III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Esses objetivos demonstram a importância do Programa para a valorização e formação docente, possibilitando a vivência das práticas docentes ao futuro profissional. Considerando esses objetivos, o edital de seleção do qual participei, Edital nº 01/2022-PROEN/PIBID – Seleção de acadêmicos para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, especifica como deveres do bolsista:

- a) participar das atividades definidas pelo projeto;
- b) dedicar-se, no período de vinculação ao projeto sem prejuízo do cumprimento de seus compromissos regulares como discente;
- c) informar imediatamente ao coordenador de área qualquer irregularidade no recebimento de sua bolsa;
- d) registrar e sistematizar as ações desenvolvidas durante sua participação no projeto (em formulário a ser disponibilizado pela coordenação institucional);
- e) apresentar formalmente os resultados parciais e finais de seu trabalho, divulgando-os nos seminários de formação de professores da educação básica promovidos pela instituição (orientado pelo(a) coordenador(a) de área);
- f) participar das atividades de acompanhamento e avaliação definidas pela Capes (com apoio e suporte institucional);
- g) possuir bom desempenho acadêmico, evidenciado pelo histórico escolar, consoante as normas da IES;
- h) participar das atividades de acompanhamento e avaliação definidas pela CAPES;
- i) firmar termo de compromisso por meio de sistema eletrônico próprio da CAPES, atestando o atendimento aos requisitos de participação e o aceite das condições para o recebimento da bolsa (UNICENTRO, 2022b).

O conjunto de itens mencionados destaca as responsabilidades e o compromisso como fundamentais para o sucesso do aluno e do projeto. O registro das ações desenvolvidas e a apresentação formal dos resultados são

essenciais para a construção de um conhecimento estruturado e compartilhado, contribuindo para a formação de professores. O bom desempenho acadêmico é uma exigência para manter a qualidade e o rigor do projeto, evidenciando a seriedade do envolvimento do aluno.

Os bolsistas participantes do PIBID têm a oportunidade de experimentar o ambiente escolar, observando e participando de atividades tanto dentro quanto fora da sala de aula. Dessa maneira, eles podem formar uma compreensão do que significa ser professor e os desafios da prática profissional.

No ano de 2020 o curso de PI foi contemplado com 16 bolsas que duraram até março de 2022, sob coordenação do Prof. Dr. Marcos Gehrke, os bolsistas atuaram em dois colégios: o Colégio Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva (Aldeia Sede), e o Colégio Estadual Professor Candoca Tãnhprag Fidêncio (Aldeia Trevo).

Em 2022, já na turma da segunda oferta do curso, em conformidade com o Edital da CAPES nº 23/2022 e a Portaria da CAPES nº 83/2022, foram aprovados, pelo Edital nº 04/2022-PROEN/PIBID, 16 acadêmicos para atuar como bolsistas e 2 como não-bolsistas nos seguintes colégios: o Colégio Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva (Aldeia Sede), e o Colégio Estadual Professor Candoca Tãnhprag Fidêncio (Aldeia Trevo). A coordenação de área do PIBID (indígena), nesse período, foi feita pela professora Dra. Melissa Rodrigues da Silva. Essas bolsas tiveram vigência até abril de 2024.

Pode-se dizer que o PIBID, como programa institucional, colabora para a formação inicial docente. Nesse contexto, e considerando nossa própria vivência, podemos afirmar que o PIBID favorece o contato do estudante de licenciatura com a realidade da prática educacional, ou seja, é um meio para aprimorar e fazer com que os acadêmicos se familiarizem com o dia a dia escolar.

O PIBID e suas contribuições para a formação docente indígena

No contexto que viemos percorrendo até aqui é importante destacar que a formação de professores indígenas no ensino superior representa a “luta por igualdade e justiça social, diminuição do preconceito, maior espaço de atuação econômica e política em suas aldeias e junto à sociedade envolvente; inclusão e autonomia” (Faustino; Novak; Rodrigues, 2020, p. 22). Nesse sentido, o PIBID contribui para a permanência e para a formação inicial de qualidade aos professores que atuarão nas escolas indígenas, isso porque o Programa deu a oportunidade de vivenciarmos experiências e compartilharmos os conhecimentos junto aos professores que atuam na sala de aula.

Nessa seção, com o objetivo de refletir sobre as contribuições do PIBID na formação de professores indígenas e para a construção de uma escola de

qualidade, bilíngue e intercultural, apresento o relato de minha experiência como bolsista do PIBID. Como dito anteriormente, as atividades do PIBID, coordenadas pela Profa. Dra. Melissa Rodrigues da Silva, foram realizadas em dois colégios: Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva (Aldeia Sede), e o Colégio Estadual Professor Candoca Tãnhprag Fidêncio (Aldeia Trevo).

Como bolsista do PIBID, atuei na Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva (Aldeia Sede). A escola atende Educação Infantil e Ensino Fundamental e, de acordo com os dados obtidos pelo site da Secretaria Estadual de Educação⁸, há 197 alunos matriculados, divididos em 21 turmas – 4 turmas de educação infantil, com 30 matriculados; 15 turmas de ensino fundamental, com 162 matriculados; e 2 turmas de atendimento educacional especializado, com 5 alunos matriculados. Em cada turma há em média doze alunos, atendidos por professores indígenas e não-indígenas.

De acordo com levantamento feito por Fernandes (2023), em sua dissertação de Mestrado, o corpo docente da Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva (Aldeia Sede) é formado por 34 professores, que ministram as seguintes disciplinas: Língua/Literatura Portuguesa, Educação Física, Língua Materna-Kaingang, Arte indígena, Matemática, Ciências, História, Geografia e Ensino religioso. É importante destacar que desse total de professores, 20 são indígenas e 14 são não-indígenas e isso já é resultado da ação entre a comunidade da TI Rio das Cobras e a Unicentro: dos 20 professores indígenas, ainda de acordo com o levantamento de Fernandes (2023), 9 são licenciados pelo curso de PI, sendo que 5 são regentes de turma e 4 são docentes de Língua Materna, Kaingang. Contudo, a direção e a equipe pedagógica são formadas por professores não-indígenas.

Para o desenvolvimento das atividades do PIBID, as orientações iniciais foram no sentido de que os bolsistas deveriam, primeiramente, realizar observações participativas em sala de aula, interagir com os professores e alunos, perguntar sempre que tivéssemos dúvidas, para que pudéssemos aprender cada vez mais junto aos professores e também trocar experiências vividas durante o curso. A orientação que considero de maior importância, foi a de que devíamos nos dedicar, levar a sério as atividades, ter responsabilidade e assiduidade. Foi nos ensinado, portanto, o compromisso, o comprometimento com o “fazer docente”. Após o período de observações, a vivência na sala de aula, foi desenvolvido o planejamento para a regência de aulas, com o objetivo principal de contribuir para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em língua portuguesa.

8 Secretaria da Educação. Consulta escolas. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=79f&codigoMunicipio=1714&codigoEstab=457> Acesso em: 15 jul. 2024.

A primeira semana de atividades na escola não foi muito boa, não conseguia ajudar os alunos e desejei desistir, porque percebi que seria muito difícil. Nesse primeiro momento, acompanhei os alunos do 2º ano do ensino fundamental, mas não conseguia me comunicar com eles porque eles não entendiam a língua portuguesa e eu não falo a língua deles. Somos de diferentes etnias, eles são Kaingang e eu Guarani e a nossa língua é totalmente diferente uma da outra. Como eles são do 2º ano ainda não conseguem compreender o português, pois em casa usam sua língua materna. Nesse contexto, me senti deslocada, senti que ali não era o meu lugar e que não conseguiria desenvolver aquilo que os professores desenvolvem com os alunos em sala de aula. Depois refleti e falei para mim mesma: “Eu vou conseguir! Não estou aqui por acaso”. Pedi à supervisora para mudar de turma e ela atendeu ao meu pedido. Passei, então, a acompanhar a professora regente não-indígena e seus alunos do 3º ano. Assim, com o tempo, percebi que ali é meu lugar, e nesse lugar vejo dois exemplos para o meu futuro: ser uma boa ou uma péssima professora.

Bagio, Castanho e Pereira (2019, p. 7) explicam que o “ensino é carregado de razão e emoção, é o espaço para a vida, para a vivência das relações entre professores e alunos, para a ampliação da convivência socioafetiva e cultural dos alunos”. Nesse sentido, entendo que “ser bom professor” é ensinar, ser acolhedor, dar atenção, conviver, incentivar de forma positiva olhando o futuro, estimular a curiosidade do aluno questionando-o para mostrar que ele é inteligente e capaz de fazer as coisas acontecerem. A insistência também faz parte de “ser bom professor”, ter paciência e respeito pelos alunos para que possam se sentir à vontade para dialogar com seu professor, desenvolver a autonomia e ter domínio sobre o conteúdo.

A turma que acompanhei é formada por 12 alunos e com eles as atividades foram mais tranquilas, pois compreendem o português. A professora regente também foi bem legal comigo, ela contava que os alunos tinham dificuldades na leitura e escrita, por isso sempre me chamava para participar das aulas e auxiliá-los. Ela não pareceu se incomodar com minha presença. Com ela, aprendi a ter paciência, acolhimento, a brincar para que eles possam se sentir seguros. No decorrer dos dias e meses vi o avanço dos alunos na leitura e na escrita.

Nas aulas que ministrei abordei a leitura e a escrita, desenvolvendo atividades que possibilitassem a tentativa de escrita de palavras. Para isso, mostrei as relações entre grafema e fonema. A metodologia foi desenvolvida através do material impresso, com propostas de leitura e escrita. Antes de passar as atividades, usei o quadro, giz e o banner de alfabeto com sílabas complexas, o qual lemos antes de realizar os exercícios. Para o desenvolvimento dessas aulas, foram essenciais os aprendizados obtidos nas disciplinas de Alfabetização e Letramento, Geografia,

Matemática, Língua Portuguesa e Psicologia. Os planos de aula foram elaborados com os conhecimentos obtidos, principalmente, nessas disciplinas.

Foi muito bom vivenciar essa experiência, porque com ela descobri que é isso mesmo que quero, descobri que quero continuar e melhorar na vida profissional como docente, e que amo o que estou fazendo. Isso foi oportunizado pelo PIBID: vivenciar experiências, compartilhar os conhecimentos, praticar a aprendizagem e acompanhar os professores e alunos em sala de aula antes mesmo de atuar na profissão. Por essa experiência, que não é isolada, é possível afirmar que PIBID contribui para formação de professores ao oportunizar a vivência em campo com situações reais do cotidiano escolar.

As experiências vividas em sala de aula serviram para eu mudar meus conceitos, principalmente em relação aos professores e ao trabalho pedagógico, pois a partir do trabalho desenvolvido por mim nesses meses como auxiliar de turma, por meio do PIBID, percebi que a função do professor vai além de ensinar letras, ele transmite afeto, ele se apega aos alunos da mesma forma que os alunos se apegam a ele. Forma-se um elo, que desenvolve muito mais que aprendizagem pedagógica.

Com isso tudo foi possível observar como esse programa nos auxilia em relação à formação inicial. Assim, posso afirmar que o PIBID, qualifica e valoriza o magistério, por meio de ações pedagógicas que promovem a formação dos futuros professores. Além disso, o PIBID também me auxiliou com uma renda para que eu pudesse me dedicar mais.

Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas são iniciais e, como sinalizamos na parte introdutória, são muito mais descritivas do que analíticas, pois o desejo é tornar visível a experiência e abrir caminhos para as discussões em torno da formação docente e a educação escolar indígena na Terra Indígena Rio das Cobras.

Na contextualização do nosso trabalho evidenciamos os nossos lugares: o da pesquisadora indígena e da pesquisadora não-indígena, o da aluna e o da professora compartilhando e trocando conhecimentos. Nesse fazer acadêmico, esses sujeitos vão alternando essas posições sociais e vão (re)descobrimo e (res) significando o mundo, a história e a língua que as constituem.

O movimento que empreendemos nesse estudo evidencia um profícuo campo de estudos para discutir a formação docente e a educação escolar indígena que, como pode ser observado, necessita ainda de muitos estudos e de ações para que os indígenas ocupem a posição sujeito professor para (re)construir e (res) significar a história, a cultura e a língua.

No texto apresentado neste trabalho não trouxemos respostas, mas cremos que dele podem ser levantadas muitas questões e é o que esperamos, que

esse estudo possa ser tomado como um arquivo para que pesquisas em torno da formação docente indígena, da identidade docente, da educação escolar indígena, da Pedagogia para Povos Indígenas, do Programa Institucional de Iniciação à Docência, da Terra Indígena Rio das Cobras, dos saberes, da cultura e da língua indígena possam ser tomados como objetos de estudo em diferentes perspectivas teóricas para que a luta do povo indígena por justiça e reconhecimento sejam fortalecidas.

Referências

BAGIO, Viviane Aparecida; CASTANHO, Maria Eugênia de Lima Montes; PEREIRA, Ana Lúcia. Ser bom professor: quem, quando, como e para quem. *In: Acta Scientiarum*. Human and Social Sciences, v. 41, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/46570/751375148444>. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar**. Elaborado pelo comitê de Educação Escolar Indígena. 2. ed. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1994. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F3D00026.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *In: Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 19, n. 1, 2019, p. 223-237.. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015/29664>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DOMINGOS, Vanessa Toledo; SANTOS, Rodrigo dos; COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira. Guarani, Kaingang e Xetá: o curso de pedagogia para povos indígenas/bílingue da Unicentro na terra indígena Rio das Cobras em tempos de pandemia. *In: Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 13, n. 30, 2021, p. 58-76.

FAUSTINO, Rosângela Célia; NOVAK, Maria Simone Jacomini; RODRIGUES, Isabel Cristina. O acesso de mulheres indígenas à universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas. *In: Tempo e Argumento*, v. 12, p. e0103, 2020, p. 01-30.. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0103/11456>. Acesso em: 9 jul. 2024.

FERNANDES, Danusa Korig Bernardo. **Política e prática do material didático Kanhgág na escola: um estudo na terra indígena Rio das Cobras no Paraná**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Educação.

Guarapuava, 2023.

GEHRKE, Marcos; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert; FAUSTINO, Rosângela Célia. (orgs.). Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia: formação intercultural e bilíngue de professores indígenas do Paraná, apresentado no **Caderno de Educação do Campo**, volume 9, 2019. Disponível em: <https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/files/2020/05/Caderno-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-do-Campo-n%C2%BA-9.pdf> Acesso em: 02 nov. 2023.

GEHRKE, Marcos; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert; FAUSTINO, Rosângela Célia. Formação de pedagogos e pedagogas indígenas: Uma terra de direitos e de resistência. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 28 (156), 2020. <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4704>. Este artigo faz parte do dossiê especial, Educação e Povos Indígenas - Identidades em Construção e Reconstrução, editado por Juliane Sachser Angnes e Kaizo Iwakami Beltrão. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/proec/wp-content/uploads/sites/73/2021/07/bibliografia-formacao-do-pedagogo-indigena.pdf> Acesso em: 04 nov. 2023.

IZA, Dijnane Fernanda Vedovatto *et al.* Identidade docente: As várias faces da constituição do ser professor. *In: Revista Eletrônica de Educação*, v. 8, n. 2, p. 273-292, 2014. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/978>. Acesso em: 14 nov. 2024.

JOHANN, Cristiane Antonia Hauschild; LIMA, Jaqueline Rabelo de. Pibid e Residência Pedagógica e seus impactos na formação docente: percepção de coordenadores institucionais. *In: Revista Linhas. Florianópolis*, v. 24, n. 56, 2023, p. 12-31. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/24425>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MAHER, Terezinha Machado. A formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. *In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (org.). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006. p. 11-38.

MENEZES, Maria Christine Berdusco; FAUSTINO, Rosangela Celia; NOVAK, Maria Simone Jacomini. Formação inicial de professores indígenas: ações desenvolvidas no estado do Paraná. *In: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, mar. 2021, p. 910-925. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6198/619869091010/html/> Acesso em: 05 jun. 2024.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaina; SOUZA, Ângela Maria Alves e; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *In: R Enferm UERJ*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2007, p. 276-283. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod_resource/content/1/

Observa%C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf Acesso em: 17 ago. 2024.

UNICENTRO. (2018). **Ofício nº329 GR/UNICENTRO, 28 de setembro de 2018**. Ofício de solicitação de autorização de funcionamento do Curso de graduação para a formação de Educador Indígena na Terra Indígena Rio das Cobras, município de Nova Laranjeiras ao CEE.

UNICENTRO. (2022). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**: oferta na Terra Indígena Rio das Cobras. Disponível em: <https://www3.unicentro.br/proen/wp-content/uploads/sites/41/2023/09/PPC-PEDAGOGIA-INDIGENA-REFORMULACAO-CURRICULARIZACAO-2023-FINAL-FINAL.pdf> Acesso em: 02 nov. 2023.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade feminina 113, 115, 120

Análise Crítica do Discurso 5, 20

B

Base Nacional Comum Curricular 43, 44, 51

Batalhas discursivas 116, 121

Bilinguismo 7, 8, 9, 10, 12, 13, 17, 18, 125

BNCC 43, 44, 50, 51

C

Canção “Cidadão” 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Classes marginalizadas 81, 92

Classes trabalhadoras 82, 84, 86, 89

Cultura 7, 11, 28, 52, 56, 57, 63, 64, 76, 85, 92, 112, 113, 117, 118, 119, 124, 127, 128, 134, 135

D

Debreagens 100, 105, 107, 109

Democracia 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Denúncia social 82, 85, 86, 96

Desigualdades 70, 78, 82, 83, 84, 86, 90

Desigualdade social 74, 89, 91

Dicionário inFormal 67, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80

Dispositivo da sexualidade 115, 116, 121

Ditadura 71, 72, 73, 83, 84, 85, 96

Ditadura militar 83, 84, 85

Diversidade cultural 7, 125

E

Educação 5, 13, 23, 29, 40, 41, 94, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 135

Educação básica 5, 29, 41, 51, 126, 129, 130

Educação escolar 123, 124, 125, 126, 127, 128, 134, 135

Educação escolar indígena 123, 124, 125, 126, 127, 128, 134, 135

Educação infantil 13, 132

Enriquecimento cultural 124, 125, 127

Enriquecimento cultural e linguístico 124, 125, 127

Ensino Fundamental 43, 132

Enunciador 39, 100, 105

Escravidão no Brasil 97, 98
Escravidão 97, 98, 108, 109
Estudos Discursivos Foucaultianos 5, 111
Estudos linguísticos 21, 109

F

Formação de professores 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 136
Formação de professores indígenas 123, 124, 125, 131, 136

I

Identidade 46, 52, 55, 56, 57, 89, 90, 91, 92, 93, 116, 125, 128, 129, 135
Identidade coletiva 91, 92, 93
Ideologia e hegemonia 24, 27
Idioma 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 17, 18, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62
Intercultural 132, 136
Interdisciplinar 93, 128, 130
Invisibilidade social 81, 83, 85, 87, 88

L

Leitura e interpretação 43, 50
Liberdade 26, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 83, 108, 109, 120
Liberdade de expressão 72, 73, 75, 79, 83
Licenciatura 29, 128, 129, 130, 131
Linguagem 7, 9, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 29, 30, 32, 41, 43, 46, 51, 68, 71, 73, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 99, 125
Língua materna 9, 10, 52, 54, 59, 60, 124, 125, 133
Línguas ucraniana e polonesa 54, 64
Linguística 8, 9, 21, 23, 26, 29, 31, 42, 54, 55, 56, 57, 60, 65, 66, 68, 114, 128

M

Manipulação 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 113
Marginalização 24, 82, 83, 86, 89, 90, 92, 93
Marketing 34, 36, 38, 39, 40
Meio ambiente 36, 37, 39, 40
Meios de comunicação 28, 43, 44
Meme 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50
Memória 19, 32, 40, 47, 69, 86, 92, 111, 128
Método one person - one language 7, 10, 11, 12, 14, 17, 18
Monolíngue 55, 56
Mulheres erveiras 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121
Multilinguismo 53, 55
Música popular brasileira 82, 83, 85, 94

N

Nível narrativo 99, 100, 101, 105, 109
Núcleo familiar 11, 12, 13, 16, 17

P

- Paradigma emancipatório 124, 125
 Paráfrase e polissemia 77, 78, 80
 Pertinência enunciativa 29, 30, 32, 39, 40, 44, 47, 49, 50
 PIBID 123, 124, 128, 129, 130, 131, 132, 134
 Povos Indígenas 123, 124, 126, 135, 136
 Preconceito 76, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 97, 114, 117, 119, 131
 Preconceito de classe 83, 84, 85, 86
 Preconceito social 81, 82, 90, 91, 93

R

- Reciclagem 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40
 Redes enunciativas 29, 31, 38, 39, 40
 Regime militar 83, 84, 96
 Resistência 12, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 92, 93, 94, 115, 116, 119, 127, 136

S

- Semântica 29, 46, 99, 100, 108, 109
 Semântica da Enunciação 5, 29, 30, 32, 41, 42, 43, 44, 46, 51
 Semiótica Discursiva 5, 99, 100

T

- Tabu linguístico 111, 114, 115, 116, 120
 Terra Indígena Rio das Cobras 123, 126, 127, 134, 135, 137
 Trabalhador marginalizado 85, 86

